



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ALEXANDRA DE JESUS MEDINA SCHIAVO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PEQUENA CIDADE DE MATIPÓ-MG:
UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DAS RELAÇÕES
CIDADE E CAMPO, URBANO E RURAL**

Juiz de Fora
2015

ALEXANDRA DE JESUS MEDINA SCHIAVO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PEQUENA CIDADE DE MATIPÓ-MG:
UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DAS RELAÇÕES
CIDADE E CAMPO, URBANO E RURAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Espaço e Ambiente
Orientadora: Clarice Cassab

Juiz De Fora
2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Schiavo, Alexandra de Jesus Medina.

A produção do espaço na pequena cidade de Matipó-MG: um estudo sobre a dinâmica das relações cidade e campo, urbano e rural / Alexandra de Jesus Medina Schiavo. -- 2015.

165 p. : il.

Orientadora: Clarice Cassab

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

1. Pequenas cidades. 2. Produção do espaço. 3. Relação cidade e campo, urbano e rural. I. Cassab, Clarice, orient. II. Título.

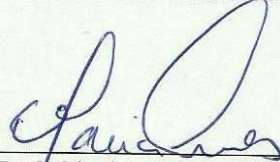
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PEQUENA CIDADE DE MATIPÓ-MG: UM ESTUDO
SOBRE A DINÂMICA DAS RELAÇÕES CIDADE E CAMPO, URBANO E RURAL

ALEXANDRA DE JESUS MEDINA SCHIAVO


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Espaço e Ambiente, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 26 / 10 / 2015

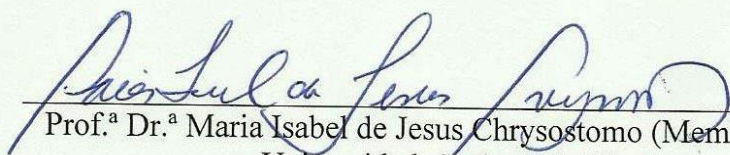
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Clarice Cassab (Membro interno)
Universidade Federal do Juiz de Fora



Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro (Membro interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dr.ª Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (Membro externo)
Universidade Federal de Viçosa

Dedico esse trabalho ao mestre que tem me acompanhado em cada instante dessas últimas duas décadas.
Meu amor, você é essencial!

Agradecimentos

A vida nos dá oportunidades de vivenciar situações inéditas todos os dias. Em algumas delas, os desafios parecem ser maiores e a sensação de que o fardo é mais pesado do que nossa capacidade de carregá-lo às vezes nos tira o fôlego para seguir. Aprendi que o discernimento é essencial para escolher as prioridades, as palavras e decisões certas, cabíveis em cada momento de acordo com a sua ordem de importância.

Diversas situações adversas permearam o percurso até aqui. As avaliações sobre os conflitos foram importantes para eu perceber que a lição principal está em lidar com cada um deles de modo a conquistar algum tipo de aprendizado e continuar adiante.

Mas nem sempre é tão simples enxergar pontos positivos e aprender com as crises, é um exercício constante e, muitas vezes, outras lentes e percepções são necessárias para nos auxiliar nessa tarefa. Meu marido Reinaldo foi, incondicionalmente, o companheiro que proporcionou visões diferentes, me ajudando a aguçar o olhar o tempo todo. É a ele que agradeço primariamente, por ser um conselheiro presente, por indicar possíveis caminhos, mas sempre deixando que eu faça a escolha. E seja ela qual for, a cumplicidade e o amor presentes em nós permitem que sigamos juntos num incessante diálogo sobre a vida.

Gratidão imensa ao meu pai que, com sua humildade, sua fé e orações, me mostra o quanto valioso é acreditar em Deus, e à minha mãe que me inspira a ser forte e resistente, a não desistir tão facilmente dos meus anseios e objetivos. Aos dois por serem minha base familiar e minha inspiração, é por eles que almejo sempre mais... Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos, tios, tias, primos e primas, sogro e sogra, por renovarem minhas energias. A cada encontro com eles, minha alma fica leve pra retomar as tarefas de rotina.

Agradeço à Clarice pela orientação. Ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFJF. À CAPES, pelo apoio financeiro concedido.

A todos os professores que foram base e participaram da minha formação, desde os anos iniciais até agora.

Aos colegas do mestrado, Gabi, Léo e Judson, por somar as experiências e dividir as angústias. E ao Fabrício um agradecimento peculiar, pois, além disso, teve um gesto engrandecedor, me concedeu receber a bolsa antes dele, demonstrando que não necessariamente prevalecem as condições individualistas impostas pelo sistema vigente. À Dayana e

à LÍlian, um brinde ao início de uma nova amizade. Ao Higor, pelo carinho e pelas palavras de incentivo e força, sempre tão pertinentes.

Um agradecimento especial aos amigos da PJ, do 1521, do 311 e à Thaís. Obrigada, Débora, pela presença mais direta nessa fase.

À Karla, Camila, e Karina por me acolherem na república para cursar as disciplinas. Obrigada queridas pelo carinho e pela amizade, pelos cafés, comidas quentinhas quando chegava tarde da noite e pelo arroz carijó, que marcou minha estadia por aí.

Às minhas eternas amigas Fernandinha, Renata, Eliz, Jaque e Natália!

À Geografia que me abriu as portas para aprender muito mais, não só sobre a ciência, mas sobre a vida, as relações, o espaço e o tempo! Aos encontros e congressos, que me proporcionaram amadurecer a ideia de um projeto de mestrado, a conhecer lugares lindos e reconhecer amigos como a Daiane, que há um ano se faz presente, não só partilhando dessa fase turbulenta, mas também de outras tantas tão prazerosas. É uma amiga com lugar garantido em meu coração.

Aos amigos de Matipó e de Viçosa!

Obrigada, Poli, pelo seu carinho e por sua colaboração.

Aos amigos de Barbacena, em especial ao Paixão, Fabrício e Renata, Roni e Adriana, Andréia, Nany e Thiagão, Tyl Fley, Rodrigo e Marianas, à Turma da bagunça e à talentosa banda Pré-Pagos. Um brinde também a todos os músicos que tem alegrado nossos dias em Bq com brindes e canções.

Aos colaboradores que trabalham na Prefeitura Municipal de Matipó, de modo particular ao Danilo, às escolas e à faculdade, à Secretaria de Educação e de Saúde, especialmente à Shélida e ao Cleyton pelos dados fornecidos. Ao Vandeir e aos trabalhadores rurais, pelas trocas de experiência e por conceder as entrevistas.

Aos professores Leonardo Carneiro, Elias Lopes e Wagner Batella, por aceitarem compor a banca dessa dissertação. Um agradecimento especial à professora Isabel Chrystomo que, com carinho e dedicação, contribuiu grandemente não apenas com esse texto, mas com minha formação.

A todos aqueles que, direta e indiretamente contribuíram para o desenrolar dessas linhas que seguem. Gratidão!

Resumo

As reflexões desenvolvidas nessa pesquisa tem como foco o processo de produção do espaço nas pequenas cidades pensando, sobretudo, nas interações entre o urbano e o rural em Matipó – MG. Esse município compõe uma região de outras tantas cidadezinhas que, resguardadas as peculiaridades individuais, possuem uma dinâmica similar em que cidade e campo se inter-relacionam através da prática socioespacial dos sujeitos locais. Optou-se por pensar essas relações e as manifestações das urbanidades e ruralidades mediante os usos do espaço matipoense pelos trabalhadores rurais, estudantes, cidadãos usuários das instâncias de saúde, dentre outros, e das formas como vai se delineando a produção espacial a partir da escolha de algumas dimensões importantes: a cafeicultura e o trabalho exercido nessa atividade, o setor de saúde, a educação básica e o ensino médio e superior. Aborda-se também a dinâmica do solo e a expansão de novos loteamentos na cidade e um recente fomento à construção de chácaras e sítios de passeio no campo. Os resultados obtidos permitiram compreender que essas dimensões se articulam e se movimentam em ambos os sentidos, cidade-campo e campo-cidade demonstrando a complementaridade urbano-rural existente nessa escala.

Palavras-chave: Pequena cidade, produção do espaço, relação cidade-campo e urbano-rural.

Abstract

The reflections developed in this research focuses in the production process in small town spaces, thinking mainly in the interactions between urban and rural in Matipó – MG. This town composes a region with a lot of other small towns that, except the individual peculiarities, have a similar dynamic in that town and countryside are interrelated through socio-spatial practices of local subjects. We chose thinking about these relationships and the urbanities and ruralities manifestations by the uses of matipoense space by rural workers, students, users of health instances among others, and the ways as the spatial production will taking shape from the choice of some important dimensions: the coffee farming and the work done in this activity, the health sector, the basic education, high school and college. We also discuss the soil dynamic and the expansion of new allotments in the town and a recent incentive to build small farms and country houses to field trips. The results allowed us to understand that this dimensions are linked and they move in both directions, town-countryside and countryside-town showing the complementary urban-rural in that range.

Keywords: Small town, production of space, relationship town-countryside and urban-rural.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Fração amostral dos domicílios e números de municípios segundo as classes de tamanho da população (2009)

Tabela 2 - População residente por situação de domicílio no município de Matipó-MG (número de pessoas)

Tabela 3 - População residente por situação de domicílio no município de Matipó-MG (percentual)

Tabela 4: Safra Pecuária – Matipó MG (2015)

Tabela 5: Safra Agrícola – Eucalipto – Matipó MG (2015)

Tabela 6: Cultura Anual de Grãos – Matipó MG (2015)

Tabela 7: Safra Agrícola – Cafeicultura – Matipó – MG (2015)

Tabela 8: Safra 2013/2014

Tabela 9: População residente por domicílio (2010) Municípios Limítrofes a Matipó

Tabela 10: Local de residência dos colheitadores de café

Tabela 11: Bairros e registro de ruas

Tabela 12: Cadastro familiar e populacional por área de abrangência ou ESF (2014)

Tabela 13: Pessoas cobertas com plano de saúde (2014)

Tabela 14: Fluxo Escolar por Faixa Etária – Matipó MG

Tabela 15: Fluxo Escolar por Faixa Etária – Matipó/Minas Gerais/Brasil

Tabela 16: Escolaridade da população de 25 anos ou mais – Matipó MG

Tabela 17: Número de matrículas por nível de ensino – Matipó MG (2012)

Tabela 18: Número de alunos matriculados nas escolas municipais – Matipó MG

Tabela 19: Número de alunos matriculados nas escolas estaduais – Matipó MG

Tabela 20: Número de alunos matriculados por local de residência/ano – Matipó MG

Tabela 21: Alunos matriculados por período - Univértix

Tabela 22: Alunos formados - Univértix

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa dos municípios limítrofes

Figura 2: Mapa da Microrregião de Manhuaçu-MG

Figura 3: Organização Espacial da Cidade de Matipó-MG

Figura 4: Idade dos colheitadores de café

Figura 5: Escolaridade dos colheitadores de café

Figura 6: Profissão dos colheitadores de café

Figura 7: Tipo de moradia dos colheitadores de café

Figura 8: Atividades dos colheitadores de café

Figura 9: Renda familiar dos colheitadores de café x número de pessoas que vivem dessa renda

Figura 10: Renda familiar dos colheitadores de café x número de pessoas que vivem dessa renda na época da colheita

Figura 11: Jornada de trabalho dos colheitadores de café

Figura 12: Índice de colheitadores de café com carteira de trabalho assinada

Figura 13: Verticalização na Avenida João Mendes Magalhães

Figura 14: Verticalização na Avenida João Mendes Magalhães

Figura 15: Verticalização na Avenida João Mendes Magalhães

Figura 16: Verticalização na Avenida João Mendes Magalhães

Figura 17: Verticalização na Praça Padre Fialho

Figura 18: Verticalização na Rua Miguel Monteiro

Figura 19: Vista parcial do Loteamento do Zé Geraldo

Figura 20: Vista parcial do Loteamento do Zé Geraldo

Figura 21: Vista parcial do Loteamento do Zé Geraldo

Figura 22: Vista parcial do bairro Judith Mendes

Figura 23: Vista parcial das Chácaras Alphavila

Figura 24: Vista parcial das Chácaras Alphavila

Figura 25: Vista parcial das Chácaras Alphavila

Figura 26: Vista parcial das Chácaras Alphavila

Figura 27: Vista parcial da planta das Chácaras Alphavila

Figura 28: Vista parcial do Loteamento Beira Rio

Figura 29: Chácara

Figura 30: Número de alunos matriculados por local de residência/ano – Matipó MG

Figura 31: Vista frontal da sede da Univértix

Figura 32: Vista lateral da sede da Univértix

Figura 33: Obras do Hospital Escola da Univértix

Figura 34: Hospital Veterinário da Univértix

Figura 35: Mapa – Alunos por município

Figura 36: Mapa – Fluxos de alunos da Univértix (2013)

Figura 37: Gráfico – Funções exercidas pelos estudantes da Univértix

Figura 38: Gráfico – Distribuição dos estudantes da Univértix por curso

Lista de siglas e abreviaturas

ACS – Agentes Comunitários de Saúde

APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

DAP - Declaração de Aptidão ao Programa

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

eSF – Equipes de Saúde da Família

ESF – Estratégia de Saúde da Família

FEMEC – Fundação Educacional do Menor Carente

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MEC – Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PA – Pronto Atendimento

PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde

PATI – Programa de Assistência Técnica Integrada

PNAB – Política Nacional de Atenção Básica

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSF – Programa de Saúde da Família

SUS – Sistema Único de Saúde

Sumário

| | |
|--|------------|
| Introdução | 13 |
| Capítulo 1: A produção do espaço na pequena cidade | 21 |
| 1.1: Pressupostos teóricos sobre a produção social do espaço | 21 |
| 1.2: A realidade das pequenas cidades: um foco sob as lentes da produção do espaço | 31 |
| 1.2.1: O processo de produção do espaço na pequena cidade e suas definições | 33 |
| Capítulo 2: Discussões acerca das relações urbano e rural, campo e cidade | 45 |
| 2.1: Sobre as concepções de urbano e rural, campo e cidade | 45 |
| 2.2: Das abordagens das relações cidade e campo às necessárias discussões sobre urbanidade e ruralidade | 51 |
| Capítulo 3: Caracterização de Matipó e as manifestações da relação urbano e rural na produção do espaço local | 71 |
| 3.1: O setor agrícola e a produção do espaço em Matipó: a evidência da cafeicultura | 78 |
| 3.1.1- Sobre o perfil dos trabalhadores rurais das lavouras de café | 84 |
| 3.2: As percepções sobre a relação cidade e campo relacionadas à dinâmica do solo em Matipó | 99 |
| Capítulo 4: As expressões da relação cidade e campo através dos serviços básicos de saúde e da educação em Matipó | 113 |
| 4.1: A organização do setor de saúde e as expressões da relação cidade e campo | 113 |
| 4.2: As expressões das relações cidade e campo na educação básica | 122 |
| 4.3: A interiorização do ensino superior e as expressões das relações cidade e campo | 133 |
| Considerações Finais | 146 |
| Referências Bibliográficas | 151 |
| Anexos | 156 |

Introdução

Estudar o espaço geográfico e as metamorfoses pelas quais ele passa requer considerar suas interações com o tempo em um processo constante. Ao se pensar a produção espacial, faz-se necessário definir uma escala de análise para facilitar o entendimento do objeto escolhido através das práticas socioespaciais exercidas pelos sujeitos e as relações que são desencadeadas através dessas ações, configurando esse processo em suas singularidades.

Nessa pesquisa, a análise do espaço foi desenvolvida buscando entendê-lo a partir da realidade das pequenas cidades, mais precisamente de Matipó, Minas Gerais. Pesquisar as pequenas cidades significa encarar o desafio recorrente às suas discussões conceituais, à sua definição, ao seu contexto locacional e às questões teórico-metodológicas adotadas. Sobre o aporte teórico de definições, questiona-se:

Pequenas cidades, cidades pequenas, cidades de pequeno porte ou cidades locais? Qual destas expressões melhor representaria esta tipologia de centro urbano? Eis uma questão complexa de responder. Como resultado todas são, comumente, utilizadas sem muito rigor conceitual ou analítico procurando, somente, definir ou delimitar um estudo que discorrerá sobre uma cidade de reduzido tamanho populacional. A falta de um consenso é expressão direta das limitações teórico-conceituais e metodológicas com as quais os pesquisadores têm se deparado na leitura destas realidades urbanas (Moreira Júnior, 2014, p. 4).

Mesmo com essas limitações conceituais, busca-se apresentar algumas ponderações sobre o termo e suas diversas formas de abordagem, justificando a opção em priorizar, aqui, a utilização de *pequenas cidades*.

Apreender os processos que participam e configuram a produção do espaço em uma pequena cidade requer um esforço de se observar as especificidades inerentes a ela. Pesquisá-las significa também apontar reflexões sobre uma das escalas da organização espacial brasileira que envolve, quando somada a população, um grande índice demográfico e que, portanto, precisam ser compreendidas em prol de um conhecimento mais pleno das dinâmicas e do perfil territorial desse país.

Não é tarefa fácil abarcar a singularidade no processo de produção do espaço em tantas localidades, mas, através dos estudos já realizados, é válido traçar parâmetros de comparação para se entender cada qual. Para tanto, deve-se saber o quão podem ser diferentes o modo de vida e as relações sociais estabelecidas, dependendo do contexto em que cada pequena cidade está inserida.

Situadas, por exemplo, numa região de outras tantas cidadezinhas localizadas há poucos quilômetros de distância umas das outras, tem-se um cotidiano, uma morfologia, um modo político e econômico que se assemelham, ainda que mantendo peculiaridades individuais, como é o estudo de caso desenvolvido nessa pesquisa. Por outro lado, pequenas cidades inseridas numa região metropolitana possuem ritmos e características que são influenciados por seu entorno espacial, ou seja, hábitos geralmente mantidos em maiores escalas como as grandes cidades, podem se fazer presentes nas pequenas. A localização e a maior ou menor proximidade entre elas é um fator diferencial para avaliar suas interações e as dinâmicas nessa escala.

As interpretações da produção do espaço nas pequenas cidades devem ser orientadas por lógicas particulares, mas não desconsiderando as lógicas gerais porque quando se observa a realidade, se entende que sempre há uma maior complexidade envolvida, para além de uma classificação de análise definida a priori. É por isso que se procurou, no decorrer do texto, aliar os dados quantitativos àqueles com teor mais qualitativo, levando em conta as interações e as relações consolidadas pelos sujeitos sociais no território da pequena Matipó.

Dois eixos principais se destacam nas maneiras de estudar as pequenas cidades: através das dinâmicas na escala intraurbana, em que se envolvem questões internas como suas funções e formas, seu crescimento e expansão, o mercado imobiliário, dentre outros; e na escala interurbana, com foco na rede urbana, podendo ser priorizadas as relações com a região que a envolve, com as demais cidades ou com o campo em sua unidade territorial, relacionando os significados e os papéis que desempenham.

Mesmo reiterando sobre a inserção dessas cidades num contexto espaço-temporal maior, sobre a relevância de suas relações com uma rede de cidades ou com a região, optou-se, nessa dissertação, por buscar a compreensão da pequena cidade sob as lentes de seu processo de produção do espaço balizada, principalmente, pela manifestação das relações cidade e campo, urbano e rural e das interações socioespaciais dos sujeitos nessas esferas, pensando em que medida elas se efetivam na dinâmica local. Por acreditar que essa variá-

vel é determinante para o entendimento dessas realidades, buscou-se reconhecer essas relações na cidade de Matipó.

Parte-se da necessidade de entender os usos distintos e as relações imbricadas entre cidade e campo, sempre caracterizadas por específicos conteúdos que podem se constituir como urbanos ou rurais, distintos, mas também complementares e, sobremaneira coexistentes (Henrique, 2010).

Apesar de já existir uma gama de trabalhos desenvolvidos sobre o espaço na escala das pequenas cidades, acredita-se que a iniciativa de dar continuidade às investigações é importante para contribuir com as discussões em torno dessa temática e suas repercussões no âmbito acadêmico.

A ideia de estudar essa localidade começou a ser gestada nos anos iniciais da graduação, os mesmos anos em que meu olhar se voltou com mais interesse para a área de Geografia Urbana. As problemáticas na esfera do urbano sempre me chamaram a atenção e despertaram meu interesse, mas no decorrer do processo, percebi o quanto as leituras mediadas pela Geografia Agrária também contribuíram para a compreensão de uma pequena cidade.

Como estudante de Geografia, comecei a perceber, sob lentes mais aguçadas, a paisagem matipoense e suas transformações espaço-temporais, o que hoje chamaria de realidade socioespacial.

A escolha do recorte espacial se justifica por uma vivência pessoal nesse município e por acreditar que o empírico pode orientar as construções e discussões teóricas a respeito das pequenas cidades. A propósito, sendo com base na realidade de Matipó que essas reflexões foram elaboradas, o recorte temporal situa-se entre as décadas de 1990 e 2015, por ser um período de maior dinamização local, com a expansão de novos loteamentos e uma consequente imbricação dos espaços urbano e rural, da instalação de uma faculdade privada de ensino superior e um aumento nos índices de investimentos imobiliários.

Embasado em estudos empíricos e outras metodologias, Henrique (2010) traz uma proposta de roteiro metodológico para se entender a realidade das médias e pequenas cidades da Bahia. O roteiro se orienta a partir de uma organização em quatro planos e os principais aspectos que devem ser analisados em cada qual. No plano econômico, devem-se considerar as esferas diversas da produção, a circulação e distribuição, os serviços e bens, além do consumo. No plano morfológico, são importantes informações sobre as novas formas presentes nas cidades, a expansão urbana através da incorporação de novas áreas,

alteração do perímetro, novos loteamentos, aumento de densidade, infraestrutura e as vias de circulação. No plano político, o foco é analisar como se configura a representação dos partidos, a gestão e a participação popular. E no plano cotidiano, o foco se direciona aos usos diferenciados dos espaços e daqueles restritos, à compreensão da ruralidade e urbanidade local e às novas formas de relações comunitárias, coletividade, vizinhança, virtualidade e novas formas de sociabilidade.

O desenvolvimento dessa pesquisa perpassa por todos esses planos, não obedecendo ao esboço rigidamente, mas elencando principalmente alguns fatores que se observou e interpretou no objeto de estudo empírico, a pequena cidade de Matipó. Descrevem-se tangencialmente as características econômicas locais e algumas especificidades políticas.

Com maior riqueza de detalhes se aborda os planos morfológico e cotidiano. No primeiro, procura-se demonstrar as principais áreas de expansão do município, tanto urbanas com os novos loteamentos, a nova dinâmica de prédios e investimentos imobiliários, quanto rurais, com a incorporação de novas áreas para a construção de chácaras para lazer e sítios de passeio. Dedicar-se ainda mais diretamente ao segundo, focando nas relações cidade e campo e nas manifestações das urbanidades e ruralidades nos usos do espaço matipoense, através da busca pelas atividades de educação e saúde, da esfera do trabalho, especificamente dos trabalhadores rurais.

A questão é perceber/compreender as interações espaciais que se estabelecem entre o urbano e o rural, cidade e campo, através das relações sociais e em que medida isso contribui para a produção do espaço em uma pequena cidade. Escapa-se, desse modo, de uma tentativa de distinção meramente estatística priorizando uma análise socioespacial que abrange o “movimento” dos sujeitos sociais e suas práticas cotidianas.

A realidade local foi abordada a partir desses sujeitos produtores (trabalhadores rurais, estudantes, cidadãos usuários das instâncias de saúde do SUS, agentes de saúde, representantes das secretarias municipais de educação e saúde) e das formas como vão tecendo a relação cidade e campo a partir da escolha de algumas dimensões importantes que expressam as manifestações dessa relação: a cafeicultura e o trabalho exercido nessa atividade, a dinâmica do solo, o setor de saúde, a educação básica e superior.

Alguns fatores principais direcionaram essas escolhas. Primeiramente, a localização e as características locais e regionais implicaram, decerto, num caminho a seguir, pois, não se pode mensurar determinada realidade desconsiderando sua inserção geográfica e econômica.

Matipó localiza-se na Zona da Mata mineira e faz parte da microrregião de Manhuaçu, a qual é composta por uma maioria de cidades classificadas como pequenas, situadas relativamente próximas e que estabelecem relações em rede entre si. Outra característica comum é a presença da cafeicultura como atividade agrícola de grande importância econômica regional e local. Esse fato justifica, inicialmente, a opção por adotar essa dimensão, afinal, como analisar o espaço nessa cidade sem considerar a produção do café, sua principal atividade econômica, e os trabalhadores que tem uma vivência atrelada a essa produção?

Em uma das etapas de produção do café, observou-se um movimento interessante de trabalhadores ou lavradores que residem na cidade, mas se dedicam à colheita do café no campo. Isso configura uma complementaridade entre o urbano e o rural. Na verdade, é uma via de mão dupla, pois, há tanto pessoas da cidade que complementam sua renda no campo, como o contrário, frisando aqueles que buscam trabalho nos comércios, nas casas de família da cidade e na esfera pública.

A saúde e a educação se configuram como necessidades básicas da população. Através da observação do movimento das pessoas, seguida da interpretação dos dados adquiridos nas secretarias municipais, pôde-se conferir uma relação de interdependência entre o urbano e o rural no sentido de acessibilidade a esses serviços, por isso, são dimensões importantes que permitem desenvolver análises para se entender a dinâmica local. Nos últimos anos, a educação superior também é um fator presente e relevante no território matipoense, merecendo destaque nos estudos sobre a conformação espacial.

A opção pela dinâmica do solo se explica por uma intensificação nos investimentos imobiliários impulsionados tanto na cidade, mediados pela expansão de novos loteamentos, como no campo, através de uma tendência recente dos usos do espaço rural para fins de lazer.

Observa-se que essas dimensões se articulam e se movimentam em ambos os sentidos, cidade-campo e campo-cidade, em um movimento do urbano para o rural, por exemplo, através dos interesses que justificam a criação de determinados cursos na faculdade local ou dos cidadãos que vão para o campo no período da colheita do café. Simultaneamente, um movimento do rural para o urbano, através da busca pelas atividades de educação e saúde, dos residentes e trabalhadores rurais que complementam sua renda na cidade.

De modo algum tem-se aqui a pretensão de esgotar o conteúdo referente às pequenas cidades, até porque elas abrangem uma diversidade tão ampla que seria impossível

apontar cada detalhe nessa pesquisa. Apresenta-se um embasamento teórico e o estudo de caso sobre Matipó com a finalidade de mostrar o quanto elas são importantes para a sociedade e também para o entendimento dos espaços urbano e rural e principalmente de suas relações.

O exercício analítico se sobressaiu ao prático no sentido de se embasar mais diretamente em dados primários e secundários, mas as observações do empírico em uma realidade já previamente conhecida possibilitou uma releitura que se consolidou como uma etapa fundamental para as interpretações sobre a organização do espaço local.

Para fins didáticos, esboçam-se as etapas do desenvolvimento metodológico. Contudo, considerando-o como um processo, alerta-se não ter adotado rigidamente uma sequência arbitrária, mas alguns passos foram adaptados e certas vezes retomados, como nas diversas leituras teóricas necessárias.

Definiu-se um escopo bibliográfico composto pela pesquisa através de livros, artigos, periódicos, teses e dissertações que abarcassem conteúdos referentes à produção do espaço, às pequenas cidades, às relações urbano e rural. A leitura desse material, além do aprendizado adquirido através das disciplinas ofertadas pelo programa, foram utilizados para a construção da revisão bibliográfica delineada nesse trabalho.

Os dados secundários estão disponibilizados em sites diversos como o IBGE, o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil 2013, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, dentre outros. Já os dados primários foram obtidos em trabalho de campo na Prefeitura Municipal, das Secretarias Municipais de Educação e Saúde, nas sedes das Escolas Estaduais, nas anotações do caderno de campo, nas observações da realidade e nas conversas realizadas com os trabalhadores rurais.

Na sistematização dos dados coletados, procurou-se aliar os quantitativos àqueles com caráter mais qualitativo, buscando sempre que possível, relacioná-los. Fez-se um esforço de abordar a dinâmica das relações sociais, da espacialização dos sujeitos através do uso do solo, dos equipamentos e da infraestrutura nessa pequena cidade articuladas à argumentação teórica adotada, identificando o processo de produção do espaço mediante as práticas que envolvem a população local.

Diante dessas exposições e sob uma ótica geográfica, a dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro possui um enfoque mais teórico e apresenta, inicialmente, alguns pressupostos sobre o processo de produção do espaço na busca por compreendê-lo

como a produção de relações sociais. Em seguida, foca-se na realidade das pequenas cidades, transcorrendo sobre os desafios de suas definições.

Abordagens teóricas sobre o urbano e o rural configuram o segundo capítulo. Discutem-se enfoques sobre as relações cidade e campo e sobre as urbanidades e ruralidades.

Já no plano do empírico e visando retratar as manifestações da relação urbano e rural na produção do espaço em Matipó, o terceiro capítulo traz, inicialmente, uma caracterização mais geral do município e subdivide-se em duas partes: a primeira conduz a uma leitura dessas manifestações através do setor agrícola, mais especificamente da cafeicultura e dos trabalhadores rurais das lavouras de café; e a segunda retrata as percepções sobre a relação cidade e campo associadas à dinâmica do solo em Matipó, pensando a expansão de novos loteamentos na cidade e o uso do solo em espaços rurais para o lazer.

Para viabilizar a leitura da realidade através de alguns serviços que são necessários à população em geral, o quarto capítulo está subdividido em três partes, as quais se referem à organização do setor de saúde e às expressões da relação cidade e campo; às expressões das relações urbano e rural na educação básica; e às expressões dessas relações na educação superior através da faculdade Univértix.

Por fim, a estrutura da dissertação possibilita reflexões teóricas e empíricas sobre as pequenas cidades, mediadas pelo estudo de caso de Matipó, permitindo verificar através da prática socioespacial dos sujeitos locais a produção social do espaço.

CAPÍTULO 1

A produção do espaço na pequena cidade

1.1: Pressupostos teóricos sobre a produção social do espaço

Pode-se constatar que são inúmeras e diversificadas as teorias sobre a concepção de espaço, desde as mais tradicionais que o retratam de modo fragmentado conforme as diversas ciências parcelares, àquelas que o concebem de forma integrada, como uma totalidade.

Em sua obra “A produção do espaço”, Henri Lefebvre (2006) contribui significativamente para uma análise do espaço social, não através de um discurso sobre o mesmo, mas tecendo considerações sobre a produção do próprio espaço de acordo com proposições que são imanentes e anunciadoras do mundo moderno. Ele faz esse trabalho realizando uma *démarche*, indo do presente ao passado e retornando ao presente em prol de entender as contradições e as imbricações do espaço social em suas diversas escalas.

Falar na história do espaço, como uma realidade social que implica relações e formas, significa, primariamente, não dissociá-la da história do tempo. Anterior a essa história, pode-se remeter a um domínio da natureza sobre o espaço social e, com os processos de produção do espaço como produto industrial, tem-se consequentes mudanças nos ritmos espaço-temporais da natureza, através da prática espacial. Isso permite dizer que a natureza, transformada em produto, é a *matéria-prima* da produção do espaço. Relações *abstratas* foram engendradas nesse processo histórico, a exemplo do valor de troca e do capital, das implicações de novas formas a partir de uma rede de relações sociais estabelecidas conforme uma hierarquização espacial. Para uma abordagem espacial atual é preciso considerar as façanhas do capitalismo e a racionalidade do mundo moderno. Como marco da realidade social do espaço e de sua produção, Lefebvre aponta o papel “histórico” da *Bau-*

*haus*¹, no início dos anos 1920, a qual apresentou, dentre outros aspectos, uma concepção de espaço. “Os integrantes da Bauhaus compreenderam que não se podem *produzir* coisas fora umas das outras no espaço, móveis e imóveis, desconsiderando suas relações e seu conjunto” já que “coisas e objetos podem ser produzidos em suas relações, com suas relações” (Lefebvre, 2006, p. 98; 101; 104).

Esse autor convida a considerar o espaço e o tempo (sociais) como produtos num sentido específico de globalidade, o que contribui para pensar o espaço e a sociedade como um conjunto de relações. Percebe-se que, como um produto social, o espaço é dinâmico e dialético, sendo “produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais” e, ao mesmo tempo, “intervém na própria produção” (Lefebvre, 2006, p. 5).

Refletir sobre o espaço como conjunto de relações e analisar a produção espacial em Matipó conforme as relações sociedade e espaço, abrangendo principalmente aquelas estabelecidas entre cidade e campo, urbano e rural, num sentido dialético é a intenção desse trabalho. Em uma pequena cidade, essas instâncias se imbricam e contribuem para o entendimento da configuração de uma realidade peculiar sob a lógica da *simultaneidade* dos processos, da justaposição dos elementos característicos de uma (des)continuidade espacial. O urbano e o rural se conformam segundo ações (in)diretas estabelecidas entre essas duas instâncias. Lefebvre (2006, p. 6) argumenta que “o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” através da reconstituição de um complexo processo, ou seja, da descoberta, da produção e da criação segundo a lógica da simultaneidade.

Ponderando que é mediante a organização da produção que as formações socioespaciais se constituem, Endlich (2009) argumenta que

As formações socioespaciais delineiam-se de acordo com a organização da produção, constituindo referências concretas de como as relações sociais realizam-se. A produção social de riquezas, da qual deriva a produção das condições sociais, materializam-se, conferindo qualificativos à espacialidade. Portanto, o espaço geográfico talvez seja a dimensão da realidade em que os preceitos e objetos técnicos da materialidade produzida pelo homem ganhe expressão mais concreta (Endlich, 2009, p. 18).

¹ A Bauhaus foi uma escola de arquitetura, design e arte fundada por Walter Gropius no início do século XX na Alemanha. Como contribuição para entender sua importância naquela conjuntura, Lefebvre (2006, p. 105), baliza que “a produção dos conjuntos espaciais como tais corresponde à capacidade das forças produtivas, a uma racionalidade. Portanto, não é mais questão de introduzir isoladamente formas, funções, estruturas, mas de dominar o espaço global, englobando as formas, as funções, as estruturas, numa *concepção unitária*. O que comprova uma ideia de Marx: a indústria abre diante dos olhos o livro onde se inscrevem as capacidades criadoras do “homem” (do ser social)”.

Pensar as relações sociais pela lógica espacial implica em não adotar uma ideia objetiva (absolutizada) do espaço, em sua dimensão material, no sentido de que ele é apenas materialidade e se mostra como palco das atividades da sociedade. Tampouco se deve considerá-lo isoladamente em sua dimensão abstrata que remete ao plano conceitual, sob a égide de categorias como a mercadoria, o cotidiano, o valor de uso, o valor de troca. Preponderantemente, sugere-se uma análise a partir de sua dimensão concreta, ou seja, através da revelação da objetividade em sua relação dialética com a subjetividade, pois, presume-se nele um conteúdo que, através da prática espacial, é revelado². Segundo Carlos (2011), pensar o espaço em sua dimensão concreta:

também significa dizer que a sociedade produzindo e reproduzindo-se toma consciência de sua própria produção: o sujeito que produz se defrontando com o sentido dessa produção (estratégias e projetos), com as contradições e as cisões que entram em choque com as possibilidades de realização dos conteúdos do projeto humano – imaginação e sonho, transportando um projeto de mudança como momento necessário à superação da racionalidade funcional desse processo (Carlos, 2011, p. 73).

A produção do espaço, considerando essas reflexões, se consolida como uma condição para a reprodução de cada sociedade de acordo com o tempo, e isso significa que cada grupo social produz seu próprio espaço, mas este condiciona, igualmente, a organização socioespacial desse grupo.

Salienta-se, para tanto, que a compreensão do espaço e suas transformações é uma tarefa fundamental para a sociedade. As práticas espaciais como um conjunto de ações que alteram o espaço no todo ou em suas partes, interferem na dinâmica de organização espacial. Para Corrêa (1989), o espaço desempenha um papel na sociedade e, organizado pelo homem, a condiciona e compartilha do processo de reprodução social. Nesse foco, vislumbra-se que “nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos” como o espaço (Santos, 1979, p. 18).

Não obstante, a formação e a produção socioespacial se inserem numa contextualização espaço-temporal de acordo com a estrutura previamente existente no local e sua unidade diante das esferas econômica, social, política e cultural considerando a continuidade e a descontinuidade histórica da sociedade. Lefebvre destaca a importância de se considerar o histórico, o ‘diacrônico’, nas análises sobre o espaço como globalidade. Por outro lado, alerta sobre um espaço presente, em que o produto e a produção competem a representa-

² Sobre as dimensões material, concreta e abstrata do espaço ver, dentre outros, Carlos (2011, p.73).

ções inseparáveis. “O passado deixou seus traços e suas inscrições, escritas no tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato” (Lefebvre, 2006, p. 39). Conforme suas ideias,

Sobre e no espaço, há mais que traços incertos deixados pelos acontecimentos; existe a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais. Existe mais que uma escrita no tempo. O espaço gerado pelo tempo é sempre atual, sincrônico e dado como um todo; ligações internas, conexões religam seus elementos, elas também produzidas pelo tempo (Lefebvre, 2006, p. 94).

Comungando com essa reflexão, Endlich (2009) menciona que “embora as cidades sejam marcadas de momentos passados, o presente as situa numa dinâmica sincrônica e articulada, referendando posições anteriores ou redefinindo papéis e conteúdos” (Endlich, 2009, p. 43).

Sobre o tempo, o século XX é um período em que se presencia a produção de um novo espaço no âmbito mundial. O Estado moderno consolida uma organização racional, uma planificação da sociedade e isso significa que há uma apropriação, por parte de um novo modo de produção que visa organizar, para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. Verifica-se que “mudanças decisivas se operam, que dissimulam invariâncias, prolongamentos, estagnações, sobretudo nos espaços de representação”³. Desse modo, se o espaço (e o tempo) social intervém nessa nova sociedade, ele igualmente muda a partir dela (Lefebvre, 2006, p. 6-8; 28; 102).

Como salienta Braudel (2005), o espaço é primaz para se entender a sociedade e a reprodução das relações sociais, e isso aponta para o incessante desafio de estudar o espaço e pensá-lo a partir da prática social, a qual remete ao seu uso, e não exclusivamente sob a ótica de uma prática teórica.

A prática social se efetiva no espaço, e este, por sua vez, é reproduzido enquanto aspecto de reprodução da vida, fato que suscita considerar as relações que se estabelecem entre sociedade e espaço e suas recíprocas influências. A produção do espaço, portanto, se configura como processo fundamental em que a sociedade se constitui (Carlos, 2012).

O entendimento do espaço, por sua vez, não deve jamais se restringir às categorias e à linguagem, deve perpassar também seus conteúdos, suas práticas socioespaciais inerentes às formas. Deve-se pensá-lo através das interações com os ‘sujeitos’.

³ Tratar-se-á com mais detalhes esse termo posteriormente.

Portanto, a produção de um espaço social, para Lefebvre (2006), trata-se de um processo em que a sociedade toma forma. Nesse processo verifica-se, conforme as sociedades, as suas qualidades e épocas, a intervenção diferenciada das concepções dos espaços percebido, concebido e vivido, os quais correspondem espacialmente à prática espacial, à representação do espaço e aos espaços de representação, respectivamente.

A prática espacial engloba, conforme cada formação social, conjuntos espaciais especificados, refere-se às relações frontais em que a sociedade produz seguramente seu espaço apropriando-se dele, remete também ao cotidiano, em que predomina a reprodução das relações sociais.

A representação do espaço é objetiva e se volta a uma elaboração intelectual de signos verbais sobre as concepções de espaço, logo, está ligada ao saber. O concebido seria um meio de identificar o vivido e o percebido. Influencia através da arquitetura, concebida como um projeto em determinado contexto espacial.

Já os espaços de representação correspondem ao vivido, ou seja, aos lugares carregados de simbolismo de cada ‘sujeito’, de cada agente e suas histórias, são impregnados de signos não-verbais, é qualitativo, dinâmico e dotado de fluidez.

Lefebvre (2006) tece uma crítica das discrepâncias entre essa triplicidade que ganha contorno nas análises sobre o espaço social. Segundo ele, a prática social é vista antes que concebida, mas há um primado do concebido sobre o vivido, ou seja, almeja-se reconstituir, conceitualmente, um nexos que não corresponde fidedignamente à sua aplicação na realidade. Desse modo, as imagens e os símbolos que acompanham o vivido costumam escapar à construção do saber abstrato, que é mais sofisticado, porém sem temporalidade e, de certo modo, ‘irreal’.

O descompasso nas abordagens dessas concepções espaciais, quais sejam, o vivido, o percebido e o concebido, inviabiliza a construção de um “código” do espaço, uma vez que esta suscita uma reciprocidade entre teoria e prática, uma reunião de termos dispersados como a diferença e o encontro no espaço, a unidade entre o público e o privado. Esse código teria uma relação dialética entre o vivido e o percebido, entre o saber e o não-saber. Como um conceito novo “ao final, após ter esclarecido verificando-se sua própria formação, a *produção do espaço* (conceito teórico e realidade prática indissolúvelmente ligados) explicitar-se-á e isso será a demonstração: uma verdade ‘em si e para si’, realizada e, contudo, relativa” (Lefebvre, 2006, p.61).

Na realidade matipoense, a análise sobre a produção espacial, implicada, nesse estudo especificamente, através das relações cidade e campo é feita mediante essa tríade, procurando não isolar cada concepção, mas principalmente tecendo relações entre elas. Obviamente, não é tarefa fácil e, ainda assim, corre-se grande risco de não alcançar com precisão esse feito, pois, partilha-se das ideias de Lefebvre (2006, p. 81), quando este afirma que “a representação tão exata quanto possível deste espaço diferirá bastante do espaço de representação que as pessoas que o habitam tem em sua cabeça e, que, no entanto, integra a prática social”.

A emergência do espaço como produção, no plano da realidade, é precedente ao capitalismo, se consolida através da histórica relação homem e natureza, quando aquele se apropria desta. Como condição de realização da vida, a natureza é o meio que se dá a realização do trabalho, até atingir a qualidade de criação humana, se tornando condição de nova produção (Carlos, 2011, p. 64).

O conceito de espaço social se insere no de produção, tornando-se o conteúdo. Implica, decerto, um movimento dialético que modifica a relação “produção-consumo” referente às coisas. Na contemporaneidade, o sistema capitalista em suas diversidade e contradições, enseja uma intervenção, não sem conflitos, na prática através da lógica de reprodução do capital. Como um produto social, o espaço teria assumido uma realidade própria, do mesmo modo que o capital e a mercadoria. Como esses, o espaço seria um meio de controle, de domínio e, ao mesmo tempo, escaparia de modo parcial a esse controle. A realidade espacial teria uma “espécie de autonomia”. O espaço seria, simultaneamente, abstrato e concreto, real e instrumental. De certo modo, há uma concordância dessas reflexões na passagem de Damiani (2006), quando trata, principalmente sobre as pequenas cidades. Para a autora,

assistimos a uma via que leva ao tratamento da cidade *per se*, quando seus problemas são aqueles que lhe são específicos e, ao mesmo tempo, os problemas mundiais que a atravessam, cujo discernimento e consciência coletiva são mais residuais. A cidade aparece como sujeito: o grupo dominante; sua cultura; sua política; a ação popular ou seu silêncio de consentimento. No mundo da economia, que inclui a cidade francamente, ela se eleva a sujeito. Cidades populares, especialmente as pequenas, de inserção mais residual, passam a se tornar econômicas (...). É uma transformação social: a cidade se culturaliza, se economiza (Damiani, 2006, p. 143-144).

Apreende-se que há uma dissimulação nos processos de produção espacial através de uma multiplicação de signos⁴ que, contraditoriamente, mascaram a significação e o objetivo primário dos espaços produzidos pelos agentes capitalistas, a rentabilidade. Como um paradoxo, Lefebvre (2006, p. 87) argumenta que simultaneamente, “como espaço social, ele é obra e produto: realização do ‘ser social’. Mas em conjunturas determinadas, ele toma os caracteres fetichizados, autonomizados, da coisa (da mercadoria, do dinheiro)”.

Em consonância, mas se referindo à escala das pequenas cidades, Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 40) alertam que estas cidades, proporcionalmente, “atendem ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho”.

Seguindo essas reflexões, Carlos (2011), também chama a atenção para uma análise dialética entre sociedade e espaço, ao ponto que por meio desse método, poder-se-ia melhor compreender o mundo na era moderna e em suas contradições. Para ela, as relações sociais são realizadas a partir de relações reais, impressas espaço-temporalmente conforme a reprodução social do espaço. Quando se menciona as contradições em tempos de modernidade, pondera-se a lógica de um sistema de produção, o capitalista, e a produção do espaço a partir da determinação do mundo da mercadoria, ou seja, relacionada ao movimento de reprodução do capital. Simultaneamente, deve-se considerar que essa produção se dá também enquanto ato de “reprodução ininterrupta da vida”⁵ em todas as suas instâncias, o que permite dizer que, do ponto de vista da reprodução social, prima-se pelo uso do e no espaço, que é capaz de ultrapassar a perspectiva na qual ele é apresentado através da racionalidade do lucro, para fins de acumulação.

Desse modo, o ato geral de produzir da sociedade no sentido de permitir sua reprodução enquanto espécie, como ato de produção da vida em todas as suas dimensões, apresentar-se-ia como ato de *reprodução da vida*, ao mesmo tempo que este espaço aparece como condição e meio de realização de novas atividades em sua totalidade, no seio da reprodução da sociedade capitalista e permitindo sua crítica (Carlos, 2011, p. 68).

Concordando com essas ideias, procura-se, nessa pesquisa, articular a relação cidade e campo, urbano e rural na pequena cidade mineira de Matipó, perante a reprodução das relações sociais, pensando a produção do espaço principalmente por meio do seu uso ou da realização da vida, não desconsiderando, contudo, esse movimento simultâneo, em que há

⁴ Lefebvre (2006, p. 131), aponta que diversos desses signos, como os da riqueza, da felicidade, do estilo e do bem-estar, “acobertam” toda marca principal, o máximo lucro.

⁵ Os termos entre aspas são de Carlos (2012, p. 54).

também uma imposição desse espaço como valor de troca, da extensão da propriedade privada, impulsionado pelo capital. Essa simultaneidade desvela o diversificado perfil dos sujeitos sociais, seus interesses e práticas, os quais são manifestados tanto na cidade como no campo e em suas inter-relações, revelando, a partir das formas espaciais, suas ações. Por sua vez, são essas ações que caracterizam os modos como a sociedade se organiza a partir do espaço, e estabelece seus conteúdos.

Moreira Júnior (2011) evidencia que os reflexos da produção espacial, expressos através das contradições e desigualdades sociais, são reafirmados independente do porte da cidade ou do grau de complexidade funcional. Nessa lógica, as pequenas cidades, como Matipó, também passam por processos de (re) organização espacial conforme as (re) configurações da sociedade e suas relações, ainda mais no território brasileiro, em que essa escala de cidade é expressiva maioria.

A abordagem espacial, de acordo com essas observações, remete ao fato de que “o espaço contém relações sociais” e se revela em suas particularidades, quando não confundido com os espaços físico e mental. Sendo assim, o espaço “entra na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade (...), com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; tem valor de troca e valor de uso” (Lefebvre, 2006, p. 5; 31).

Essa passagem permite uma retomada à realidade empírica desse estudo, quando se mensura a intensidade das relações socioespaciais estabelecidas entre as pessoas do urbano e do rural e como elas promovem a produção espacial, suas imbricações espaciais e sua indissociabilidade, demonstradas através das trocas, dos vínculos institucionais (público e privado), dos hábitos culturais urbano-rurícolas, das relações proprietários na cidade e propriedades no campo, e, finalmente, do espaço tanto como valor de uso, em prol da vida, como de troca, mediante os interesses dos diversos agentes.

Destarte, para se analisar o processo de produção espacial, seja em que escala for, é necessário levar em consideração as ações sociais presentes no processo histórico, “pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (Santos, 1979, p.10). Por sua vez, seu estudo como movimento historicamente determinado num processo social é organizado por sujeitos que não só produzem, mas passam, atualmente, do consumo no espaço para o seu consumo propriamente dito⁶.

⁶ Sobre a abordagem do movimento de passagem “do consumo *no* espaço para o consumo *do* espaço”, Carlos (2011, p. 73), alega que isso é “consequência do fato de que, por um lado, o espaço tornado mercadoria se

Especificamente, para se compreender a produção do espaço nas pequenas cidades, deve-se ater às peculiaridades locais juntamente com seu grau de participação num contexto regional e global, afinal, como afirmou Braudel (2005, p.), “nunca uma cidade se apresenta sem o acompanhamento de outras cidades”.

Em suas breves considerações sobre as pequenas cidades, Pedra e Nogueira (2011) apontam que as alterações espaço-temporais na economia e no sistema global são alguns dos atributos de modelagem dessas localidades, as quais foram se especializando e, ao mesmo tempo, mantendo seus costumes, suas próprias características. Muitas dessas pequenas cidades se configuraram como importante reservatório de mão-de-obra. Segundo as autoras, há um ritmo singular e contínuo nos processos de urbanização local, em que essas cidades atuam como distribuidoras e consumidoras de bens das grandes corporações e estão interligadas globalmente através dos bancos e da internet. Por isso, entende-se que as constantes modificações socioespaciais nessa esfera podem advir tanto de processos internos quanto externos.

De uma maneira geral, o perfil dessas cidades mudou a partir do maior acesso à educação e ao conhecimento, adquirindo maior formação e uma inserção mais direta de profissionais especializados atuando internamente.

Essas pequenas cidades agora estão inseridas no processo direto da produção, com isso é ampliada a atuação do papel político, com as funções de controle de atividade econômica, não só na tributação da produção local, mas inserindo-se em uma rede que ultrapassa o local. Contudo, apesar dessa mudança no papel político das pequenas cidades, continua a ser em âmbito local, a maior parte em que esse poder político é exercido” (Pedra e Nogueira, 2011, p. 6-7).

Retomando as discussões de Carlos (2011, p. 64) sobre a problemática espacial, ela argumenta que “a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros da sociedade”. Mas, apesar da atual conjuntura favorecer uma produção espacial voltada ao capital, e ele ser almejado como valor de troca, mercadoria, enseja-se que o espaço é considerado também valor de uso, condição para o vivido e se foca mais diretamente nessa abordagem.

insere no conjunto dos bens necessários à reprodução da vida, de outro a sociedade de consumo organizando o tempo de não trabalho (tornando-o produtivo) faz com que o uso do espaço para essa atividade deixe de ser apenas o lugar do consumo para ser consumido (...).”

Assume-se, nessa perspectiva, a relevância da categoria produção como central nos estudos socioespaciais, pois ela permite determinar os conteúdos dos processos produtivos pelos sujeitos através de finalidades diferenciadas, bem como as formas de apropriação espacial.

Embasada em concepções marxistas-lefebvrianas, Carlos (2012) reitera que o espaço é histórico e socialmente construído, é condição, meio e produto da sociedade, expressa concretamente e oferece as condições para sua reprodução. Argumenta que não se deve reduzir o sentido da cidade e /ou do campo à condição de reprodução do poder ou do capital, esvaziado de seu sentido humano e das contradições de lutas pelo espaço. Para tal, convida a uma reflexão acerca da importância de analisar essa produção também em outros níveis, além do econômico, a partir da reprodução social do espaço considerando que

(...) o sentido da noção de produção aponta um processo real, amplo e profundo enquanto um conjunto de relações, modelos de comportamento, sistema de valores, formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Em sua dimensão de prática sócio-espacial, a produção do espaço revela a realização da vida cotidiana, o modo como se produz o espaço da vida nos modos de apropriação-uso do espaço que a sociedade efetiva enquanto momento da sua produção (Carlos, 2011, 72).

Para a autora, no nível político, o espaço se normatiza, se instrumentaliza e sua produção se realiza sob a lógica do planejamento, apesar de existirem outras forças, outros agentes que atuam sob a lógica da auto-organização.

Por sua vez, no nível social, o espaço denuncia a vida e a sociedade em seus conflitos. É aí que se defrontam a dialética entre o uso e sua redefinição pelo valor de troca, que não é absoluta, embora proeminente, havendo resistências às forças coercitivas da troca. Dessa maneira, percebe-se que a produção do espaço refere-se a relações mais abrangentes e está imbricada na dimensão da prática socioespacial, a qual revela um conteúdo social dado pelas relações sociais estabelecidas em suas contradições, num espaço-tempo determinado.

As observações anteriores revelam o espaço como elemento produtivo e como elemento da realidade da vida cotidiana. Mediante essas constatações, a concepção de produção possibilita à ciência geográfica, o redirecionamento de uma noção de espaço puramente material à revelação dos seus conteúdos imanentes às práticas socioespaciais. Isso remete, ao mesmo tempo, ao desafio de se chegar a uma compreensão do espaço em sua globa-

lidade, como já apontou Lefebvre em sua obra. Em prol de se chegar a essa compreensão, abordar-se-á a seguir, um enfoque sobre a produção espacial à luz das pequenas cidades.

1.2: A realidade das pequenas cidades: um foco sob as lentes da produção do espaço

A proposição de que a literatura referente ao estudo das pequenas e médias cidades é rarefeita pode ser questionado, pois, mesmo não havendo uma metodologia mais ou menos utilizada de um modo geral para os estudos dessas cidades, uma construção mais concisa sobre seu conceito, a preocupação de pesquisadores sobre essa temática se faz presente e há um escopo de investigações que já foram desenvolvidas, sobretudo a partir de fins do século XX, ainda que as leituras sobre elas sejam pontuais (Dias e Santos, 2012).

Sobretudo anterior a esse período e até mesmo atualmente, não se contesta uma prevalência de estudos sobre as metrópoles objetivando a compreensão do perfil da urbanização brasileira. Entretanto, salienta-se que as pesquisas voltadas a essas outras escalas configuram-se como uma eficaz contribuição a esse entendimento. Reafirmando, crê-se, que “existe uma centralidade a partir das metrópoles, o que não ausenta o papel das cidades médias, pequenas cidades e das comunidades rurais na organização e produção do espaço (Alves e Vale, 2013, p. 39)”.

Contemporaneamente tem-se percebido considerável expansão das pesquisas geográficas relacionadas a essa categoria de cidades. Contudo, Fresca (2010) reitera que faltam reflexões teóricas e é fundamental a busca de uma construção intelectual para direcionar as pesquisas. O dado populacional como parâmetro para se distinguir as pequenas cidades não permite analisar as peculiaridades referentes a cada uma delas, apenas resulta do número de habitantes ser similar. Henrique (2010) concorda que o critério populacional deve estar combinado ao cotidiano, ao plano morfológico, às funções e usos urbanos que evidenciam os diferentes papéis e posições dessas cidades na rede urbana, considerando os fluxos e a conexão.

Considera-se importante, além do mais, perceber o papel dessas cidades, sua integração e inserção às redes urbanas, regiões e suas áreas de influência, essas variáveis permitem melhor caminho para compreendê-las e considerá-las como tais.

Refletindo sobre os processos de transformações territoriais urbanas, Lefebvre (1999) assinala que é necessário lançar um olhar para o passado buscando compreender a

cidade como um processo histórico em que fragmentos e formas serão importantes para se entender a sua organização socioespacial. Segundo o autor, a cidade desempenha um papel essencial, pois

contribui para o crescimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho, da utilização das técnicas; inversamente, a combinação das técnicas e da organização do trabalho na produção contribuem para o crescimento da população urbana e para a importância das cidades (Lefebvre, 1999, 146).

É necessário refletir sobre o processo de globalização que tem sua formação a partir de redes desiguais e estabelece valores e práticas que conduzem a uma nova dinâmica, associada às interações espaciais, resultando, conseqüentemente, em uma reestruturação das relações entre cidades, entre o local e o global. Além disso, a maior integração entre diferentes redes urbanas redefine escalas, vetores e direção dos fluxos, possibilitando a articulação entre escalas geográficas de diversas dimensões cujos âmbitos de realização social e econômica se sobrepõem, se combinam e entram em conflito (Sposito, 2012, 126-127).

Apreende-se, dessa maneira, que o encadeamento entre todos os lugares permite a inserção da pequena cidade na ordem social e econômica vigente, ou seja, os processos globalizantes estão articulados aos processos locais. Aparentemente contraditórios ambos são lógicas que convergem para a reprodução da sociedade capitalista, portanto devem ser compreendidos a partir da relação dialética entre o local e o global (Gomes, 2012, 125-128).

Fruto da emergência das redes e do processo de globalização, as atuais dinâmicas territoriais viabilizam a participação das pequenas cidades como núcleos emergentes devido a interesses regionais e mundiais. Segundo Fresca (2010, p. 75), foram as intensas transformações na organização socioespacial brasileira que possibilitaram a realização de novos papéis protagonizados pelas pequenas cidades e sua inserção tanto como *locus* da produção propriamente dita, quanto em interações espaciais mais amplas. Essa reorganização espacial promove, de acordo com a autora, uma “redescoberta destas cidades como uma particularidade da urbanização brasileira”.

Nessa perspectiva, pensa-se que “há uma conexão ativa entre as escalas. A escala não é um fato, mas é examinada no seu processo de produção e reprodução concretos; portanto, socialmente construída, (...) é uma construção de preferência metodológica do pesquisador” (Damiani, 2006, p. 143-144). Nesse caso, a preferência se concretizou no âmbito

de uma pequena cidade, Matipó, para se apreender esse processo que se constrói socialmente.

Para se alcançar a compreensão dos processos sociais nessas localidades, deve-se antes, refletir sobre as discussões e possíveis definições de pequena cidade.

1.2.1: O processo de produção do espaço na pequena cidade e suas definições

Alguns autores como Damiani (2006), Fresca (2010), Sposito e Jurado da Silva (2013) analisando ideias de Santos (1979), chamam a atenção para diferenças necessárias entre dois conceitos importantes, cidade local e pequenas cidades. O primeiro estaria no nível mais inferior da hierarquia urbana⁷ com menor complexidade das atividades urbanas, se remete a uma dimensão mínima de centralidade⁸, suprindo as demandas mais imediatas da população local.

Já as pequenas cidades, na acepção de Fresca (2010, p. 77), podem representar “desde aquelas com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas, até aquelas onde funções urbanas são mais complexas, refletindo inclusive, diferenças do ponto de vista populacional, manifestando realidades muito distintas”. Como já enfatizado, para a autora, é necessário entender sua inserção no contexto socioeconômico da rede urbana, para não generalizar as características de uma ou de outra cidade, apenas por ambas serem consideradas pequenas.

Segundo Sposito e Jurado da Silva (2013), há uma fluidez no uso do termo “cidade pequena”, o qual não se restringe ao conhecimento científico, mas também habitualmente, ao senso comum. Essa é uma das razões pela qual optaram pela utilização desse termo. Outra justificativa é que, na língua portuguesa, o substantivo vem primeiro que o adjetivo.

Nesse estudo, argumenta-se que, muitas vezes, a utilização desse termo, soa tão-somente à extensão da unidade territorial e/ou aos dados demográficos. No intuito de não pensar apenas no porte da cidade e tentando desmistificar essa ideia, para não se cair num reducionismo analítico, popular ou acadêmico referente ao termo, priorizou-se, nessa pesquisa, utilizar “pequenas cidades”. Considera-se importante aliar aos dados demográfico-territoriais, as características de suas relações socioespaciais, perfilando especialmente as

⁷ Mesmo com toda a flexibilidade que se pode conceber à hierarquia urbana nos dias atuais.

⁸ “A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo este considerado como o elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia” (Fresca, 2010, p.77).

relações imbricadas entre cidade e campo em prol de contribuir com as reflexões sobre a produção do espaço local.

Não se pretende, de forma alguma, dizer que Sposito e Jurado da Silva (2013), reduzem sua discussão à extensão territorial e /ou aos aspectos demográficos, ao contrário, o debate realizado por eles foram de grande relevância para a construção dessa e, provavelmente, de outras análises sobre as pequenas cidades. Discorda-se, todavia, da aceção de que, ao utilizar “pequena cidade” se esteja remetendo ao termo em inglês, devido ao adjetivo preceder o substantivo nessa língua, *smallcity*. Acredita-se, no entanto, que no senso comum e talvez com menor intensidade no âmbito acadêmico, o termo “cidade pequena” já esteja arraigado de um simbolismo que remete à extensão do território e às expressões populacionais numéricas, que segundo Fresca (2010, p. 76), é exatamente o que esses termos significam. Para ela, “a palavra pequena é um adjetivo que remete à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade”. Ainda assim, prioriza-se a opção pela adoção do termo “pequena cidade”, para tentar escapar a essas noções isoladas, no intuito de articulá-las a outras já mencionadas.

Não se trata de tarefa fácil definir o conceito de pequenas cidades, sendo que, nessa esfera, existem lacunas para se discutir inclusive uma concepção de cidade, “pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade” (Endlich, 2009, p. 87).

O estudo e a compreensão das pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para entender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana. Além disso, neste mundo cada vez mais articulado, a realidade urbana deve ser compreendida em seu conjunto e com suas contradições. Na medida em que se generalizou o processo de urbanização, ele foi somando contradições, materializadas de diferentes maneiras (Endlich, 2009, p. 87-88).

Sob essas considerações, concorda-se com Olanda (2008), de que não se devem adaptar as teorias sobre uma ótica metropolitana para a análise das pequenas cidades. O olhar do pesquisador não deve, de modo algum, se condicionar por uma realidade tão diferente do seu recorte espacial específico, pois, muitas características que podem passar despercebidas nas grandes cidades, podem ser evidentes e expressivas nas pequenas.

Entende-se que a materialização das contradições está presente também no seio das múltiplas pequenas cidades brasileiras, as quais, por serem complexas e heterogêneas, suscitam um olhar diferenciado e teorias com distintos níveis de abrangência espacial, além de uma análise da configuração interna em face da produção do espaço que se realiza na escala dessas cidades. “Assim, há uma heterogeneidade acentuada de centros nessa modalidade, embora haja distintos limiares espaciais de inserção espacial no contexto das cidades pequenas” (Sposito e Jurado da Silva, 2013, p. 29). Nesse sentido, o que torna a inserção do local mais incisiva no global é justamente a abrangência das comunicações e dos sistemas informacionais com reverberações nas esferas econômica, política e cultural.

Damiani (2006) aborda as diferenças espaciais como sociais e econômicas e o desenvolvimento desigual como inerente à formação econômica e social. Na Geografia, essas diferenças eram percebidas tradicionalmente conforme as hierarquias urbanas e, nesse viés, as pequenas cidades eram verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorviam pouco os processos acumulativos próprios da modernidade. Atualmente, contudo, a era global suscita reconsiderar a forma de se analisar as hierarquias, pois, apesar da inserção de todos os espaços ser precária, há um processo modernizador viabilizado pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a consequente relativização das distâncias, que conduz a uma propagação do modo de vida moderno.

Destarte, esse é um processo complexo e demanda reflexões acerca das diferenças de temporalidades e espacialidades e não apenas em termos de difusão. É exatamente aí que o papel das pequenas e médias cidades e a articulação regional tornam-se peças-chave, uma vez que a reprodução do capital se realiza em diferentes lugares através da divisão territorial do trabalho, e igualmente a reprodução da vida se consolida através do uso do espaço em suas diversas instâncias.

A concepção das pequenas e médias cidades, de acordo com Damiani (2006), exige pensar uma economia do espaço. Percebe-se que apesar das metrópoles concentrarem os elementos mais dinamizadores, é notável a relevância que as primeiras cidades adquiriram, em especial na fase hegemônica do capitalismo financeiro em que as relações são mais voláteis. Denota-se que do processo de acumulação surgem os movimentos contraditórios de concentração e dispersão, centralização e descentralização, imobilidade e movimento (Damiani, 2006, 139).

Apesar desses movimentos contraditórios, há uma preocupação em se privilegiar as grandes cidades nos debates sobre o urbano, uma vez que elas abarcam uma maior com-

plexidade estrutural, funcional, de organização e dinâmica espacial interna, e apesar das pequenas cidades serem numerosas, se verifica, em menor grau, o aparecimento de novas atividades (Corrêa, 1999, 45).

Obviamente, as modificações estruturais urbanas se manifestam com mais intensidade nas grandes cidades, todavia, as pequenas e médias são também afetadas pelos impactos da globalização. Sob a ótica das análises de Paul Singer, Endlich (2009) argumenta que,

as dimensões alcançadas pelas grandes cidades fazem as pequenas cidades enquanto tais parecerem irrelevantes e questionáveis. Mas a cidade como fenômeno universal não surge grande. As primeiras cidades eram aglomerações viabilizadas pela produção de excedente alimentar, divisão espacial do trabalho (campo-cidade) e uma estrutura de controle que procurava manter a drenagem de excedentes (Endlich, 2009, p. 87).

Segundo Soares e Melo (2010, p. 241), “a urbanização brasileira é formada também por pequenas localidades urbanas, muito diversas entre si, espalhadas por todo o território nacional”, o que significa ser “necessário refletir sobre elementos que orientem a compreensão da pequena cidade brasileira”. Em consonância, Damiani (2006, p. 145) argumenta que “o processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades”. Sobre a importância dessas realidades, uma passagem merece ser destacada:

Tendo em vista o contexto da produção e da desigualdade espacial do fenômeno urbano, fica difícil negar a relevância do estudo das cidades pequenas face à ideia de cidade no mundo. Elas representam expressiva quantidade de centros e possuem uma área espacial (se agregadas a esses núcleos territorialmente) realmente importante, e isso se referindo a todos os continentes (Sposito e Jurado da Silva, 2013, p. 29).

Esses autores reforçam que o entendimento da realidade desses centros é ímpar para a compreensão espacial no mundo contemporâneo. Contribuindo para as reflexões sobre essa temática, em sua avaliação sobre as pequenas cidades, Endlich (2009) alia aos procedimentos metodológicos quantitativos, algumas reflexões de ordem qualitativa, para então verificar os papéis e significados dessa categoria de cidades diante da dinâmica intra e interurbana e da combinação das ações dos diversos agentes políticos e econômicos. Além disso, retrata a produção do espaço nessas sociedades locais, enfocando principalmente as condições humano-sociais.

Nesses tempos de globalização, a vida da maioria é subordinada a uma operante racionalidade econômica do espaço geográfico. Racionalidade que, comandada pelo interesse de uma minoria, denota o espaço primordialmente como um fator econômico, muitas vezes escamoteando as esferas políticas e socioculturais que também estão nele implicadas. No caso brasileiro, de um modo geral, verifica-se que as cidades são expressões das contradições presentes em seu processo de urbanização, o qual legou uma espacialidade voltada mais à esfera econômica, relegando um descompasso com as condições sociais e humanas adequadas. Todavia, os vários qualificativos da vertente econômica de análise espacial não são capazes de encobrir os significados sociais do processo (Endlich, 2009).

Sob uma ótica lefebvriana, Endlich (2009) prioriza um pensamento a partir da espacialidade social, balizando o espaço como condição e condicionante dos processos sociais, “enquanto, por um lado, a sociedade define-se econômica e politicamente, estabelecendo condições sociais, produz também o espaço em que vive (...)”, por sua vez, “o espaço produzido é também mediação desse processo”. Ela conduz sua leitura da produção do espaço por um viés histórico, sendo que “cada período expressa uma condição social e política diferenciada” (Endlich, 2009, p. 17; 31).

O foco nesse estudo se converge com as concepções abordadas por Lefebvre (2006), Endlich (2009) e Carlos (2011) sobre a produção do espaço e se volta à análise desse processo nas pequenas cidades, especificamente em Matipó, sob uma perspectiva plural no sentido de abarcar as várias dimensões implicadas nessas localidades.

O Brasil, muito mais conhecido pelos estudos das grandes cidades e metrópoles, está repleto de singularidades outras que merecem destaque no quadro interno territorial. A desconcentração espacial das atividades proporcionada pela reestruturação advinda do capitalismo traz à discussão questões atinentes às áreas não metropolitanas, ou seja, traz o debate sobre a descentralização, oportunizando o estudo das médias e pequenas cidades, haja vista que a compreensão da realidade urbana brasileira depende também do conhecimento dessas espacialidades, muitas vezes negligenciadas pelo conhecimento formal.

A tabela a seguir possibilita visualizar o número de municípios segundo as classes de tamanho da população.

Tabela 1 - Fração amostral dos domicílios e número de municípios, segundo as classes de tamanho da população dos municípios

| Classes de tamanho da população dos municípios (habitantes) | Fração amostral dos domicílios (%) | Número de municípios |
|---|------------------------------------|----------------------|
| Total | 11 | (1) 5 565 |
| Até 2 500 | 50 | 260 |
| Mais de 2 500 até 8 000 | 33 | 1 912 |
| Mais de 8 000 até 20 000 | 20 | 1 749 |
| Mais de 20 000 até 500 000 | 10 | 1 604 |
| Mais de 500 000 | 5 | 40 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Cálculo com base nas estimativas de população residente para 1º de julho de 2009.

(1) Inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Distrito Federal.

As pesquisas referentes ao censo de 2010 denotam que dos 5.565 municípios brasileiros, 3.921 possuem até 20 mil habitantes, o que corresponde a aproximadamente 70% do total. Segundo Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 39), “as cidades pequenas estão ligadas à noção de cidade e se tem, na realidade, que efetuar uma articulação espacial para se compreender a urbanização da sociedade”. A partir dessas ideias e desses dados, enseja-se que é fundamental a realização de estudos voltados ao entendimento da produção do espaço nessa categoria de cidades para se compreender o espraiamento do fenômeno urbano no Brasil e de sua organização espacial, abordando suas singularidades e, ao mesmo tempo, sua integração num contexto mais amplo, regional e/ou global.

Endlich (2009) destaca alguns pontos importantes a se considerar referentes aos papéis das pequenas cidades, como a acessibilidade e o isolamento, os quais podem ser atributos que explicam a existência e ressaltam esse papel. Abordando as implicações advindas do automóvel, ela afirma que “a acessibilidade é contada menos pela distância em quilômetros e mais pela distância horária”, ou seja, o tempo necessário com os meios de circulação disponíveis para ter acesso a tais localidades e que as mudanças atingem não apenas as regiões maiores, mas afetam proporcionalmente toda a rede urbana, inclusive os pequenos centros. Esses, por sua vez, podem perder relativamente o grau de centralidade devido ao acesso facilitado a centros regionais maiores, dotados de maior complexidade no setor de serviços e comércios. Tal fato contribui para uma redefinição do papel dessas pequenas cidades.

Do mesmo modo, Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 40) manifestam um posicionamento semelhante à Endlich, ao destacarem que uma pequena cidade com uma proximidade relativa de centros maiores, bem localizada e dotada de infraestrutura rodoviária, de telecomunicações, universidades, etc., pode ter seu papel reduzido e uma estagnação de crescimento devido à existência desse núcleo polarizante. Simultaneamente, esses autores

apontam que essas cidades “podem ampliar seu crescimento demográfico e incrementar a sua dinâmica econômica em razão dos fluxos de pessoas e dinheiro no tecido urbano da aglomeração”.

Acompanhando esse raciocínio, nota-se que a dinamicidade das relações redefine constantemente o espaço e isso reporta à necessidade de acompanhar a realidade revisando os apontamentos já elaborados, reconhecendo que a urbanização não-metropolitana é uma faceta importante no contexto nacional, pois,

As pequenas cidades ainda são responsáveis por atender parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população. Mas deve-se considerar que estes apresentam outro caráter qualitativo comparativo a outros momentos históricos. Em outras palavras, os bens e serviços tornaram-se muito mais abrangentes em razão das necessidades ou imposição do sistema de consumo à população urbana. Mudanças quantitativas e qualitativas vem ocorrendo no terciário das pequenas cidades, suprimindo em parte, demandas de seu mercado consumidor, seja pela presença dos estabelecimentos físicos, bem como pelo comércio via internet. Essa última possibilidade de aquisição de bens, articulada à renda dos consumidores, tem provocado muitas modificações nos anteriores esquemas de análise do terciário (Fresca, 2010, p. 78).

Embasada na realidade brasileira, Gomes (2012) analisa o contexto potiguar das pequenas cidades a partir do setor terciário. Conforme sua pesquisa, para estudar essas instâncias locais deve-se considerar as relações sociais que são estabelecidas cotidianamente para se desvendar as novas dinâmicas socioespaciais, seus conflitos e contradições, bem como os processos de reprodução social. Abordando sobre a ideologia do consumo divulgada através da mídia, visualiza-se uma alteração nos padrões de consumo da população local, em que há uma demanda diversificada de mercadorias seguidas de uma expansão dos estabelecimentos comerciais, com um espraiamento pelas ruas dessas pequenas cidades, de lojas variadas de acessórios, roupas, cosméticos, dentre outros (Gomes, 2012, p. 134). Sobre o dinamismo das atividades comerciais nesse patamar, a autora julga que

As pequenas cidades, enquanto fragmentos do global reproduzem relações e processos que no conjunto reproduzem o sistema enquanto tal. Não importa como, em que circunstâncias ou mesmo de que forma se dê o consumo. Importa sim, que o consumo aconteça. Para tal, os hábitos, valores, culturas e outros elementos componentes da individualidade dos lugares foram modificados, mas também foram mantidos (Gomes, 2012, p. 137).

Avaliando sobre as cidades locais abordadas por Milton Santos aliadas às necessidades mínimas de sua população, Olanda (2008, p. 188), debate que há uma variação des-

tas conforme a sociedade de consumo se expande, afinal, “cada vez mais são criadas e recriadas necessidades, portanto estas variam de acordo com o espaço e com o tempo. Em resumo, as necessidades mínimas são continuamente alteradas”.

Essas constatações sobre o terciário também ajudam a compreender as relações cidade e campo no âmbito das pequenas cidades, afinal, as transformações na ordem do consumo se alastram ao campo, ao rural, através da cidade, do urbano. Verificar-se-á, posteriormente, essas afirmativas através da realidade matipoense.

Sob um enfoque analítico da geografia, percebe-se, do ponto de vista empírico e social, uma rica realidade a ser explorada na esfera das pequenas cidades e prima-se por um debate qualitativo sob uma continuidade sistemática a partir da vivência, da percepção e da concepção do espaço. A pequena cidade, como explicou Sposito e Jurado da Silva (2013),

(...) pode ser entendida por suas relações na perspectiva campo-cidade, na escala político-administrativa e na sua dependência em relação às demais esferas governamentais. Entretanto, é preciso ressaltar que não há confusão entre a noção de município e a noção de cidade, sendo mais um esforço analítico de apreender a realidade e facilitar a obtenção de dados por meio do município como recorte estatístico (Sposito e Jurado da Silva, 2013, p. 26).

Para não correr o risco de cometer um equívoco, frisa-se ser importante não confundir a noção de cidade e de município. Esta última, de acordo com Fresca (2010, p. 76), “implica em área territorial e não a sede urbana de cada município, residindo aí mais uma questão de denominação que oculta uma série de situações”.

Sobre a produção do espaço urbano em pequenas cidades, Moreira Júnior (2011, p. 6) afirma que se devem ponderar as relações estabelecidas entre elas e o campo, uma vez que são espaços articulados, diferenciados, mas não antagônicos. Portanto, “os aspectos morfológicos devem considerar as formas assumidas em seu processo de produção, desde aquelas com características urbanas como as que têm um vínculo maior com o modo de vida e valores rurais”.

Nesse sentido, dos qualificativos necessários para caracterizar essa temática, apontados pelos autores, objetivou-se entender principalmente como se dá o processo de produção do espaço sob a perspectiva das relações cidade-campo em Matipó.

Por sua vez, independente de ser pequena, salvo as considerações já apontadas sobre a abordagem desse termo nesse estudo, ela se apresenta como uma cidade e deve ser

compreendida como tal, sem uma dissociação com a realidade. Ao mesmo tempo, deve-se resguardar de uma transferência analítica sobre outras escalas de cidades, adaptando-as a esses pequenos centros, uma vez que há uma série de particularidades que são atinentes a essa esfera e devem ser consideradas, ou seja, alguns predicados únicos estão imbricados e revelam esses espaços segundo a desigualdade nos processos de produção do espaço na divisão do trabalho.

A cidade pequena possui, portanto, uma *materialidade* no seu plano espacial, enquanto *forma* no processo de urbanização e uma *imaterialidade* que pode estar relacionada aos seus *fluxos* (de diferentes dimensões e natureza) que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais, etc (Spósito e Jurado da Silva, 2013, p. 31)⁹.

Para além das formas, argumenta-se que tecer análises das relações entre o urbano e o rural é necessário para verificar, historicamente, as transformações ocorridas entre cidade-campo e os novos papéis e funções assumidos por cada uma dessas esferas.

Num empenho para conceituar a pequena cidade brasileira no teor da complexidade que ela envolve, Corrêa (2011) considera que é preciso pensar em alguns apontamentos, como suas origens, a dimensão demográfica e as atividades correspondentes a ela, um viés funcional, até o papel exercido e o grau de centralidade diante da hinterlândia que está inserida¹⁰.

Posteriormente, Corrêa (2012) ressalta que a pequena cidade como objeto de estudo escalarmente delineada exige teorias que envolvam uma abrangência espacial peculiar. Por sua vez, inseridas num contexto regional e global, as especificidades da produção do espaço nessas cidades envolve escalas conceituais como a rede urbana, por estarem interligadas em rede, e o espaço intraurbano, devido à organização interna. Nesse caso particular, interessa mais propriamente a segunda escala, para discutir a realidade matipoense em termos de produção do espaço com foco nas relações estabelecidas nos âmbitos urbano e rural, campo e cidade.

Apesar da ênfase no dinamismo das cidades, os critérios adotados para a sua definição oscilam entre as diversas regiões do mundo e, inúmeras vezes não correspondem efetivamente à realidade em questão. No caso brasileiro, o parâmetro utilizado é político-administrativo, no qual se reconhece a cidade como sendo sede municipal. Em alguns países, se considera ser uma cidade os núcleos com determinado tamanho demográfico, isto é,

⁹ Os grifos são dos autores.

¹⁰ Para mais detalhes sobre esse esforço conceitual do autor, vide Corrêa (2011, p. 6-7).

o critério populacional prevalece. Outros ainda se valem de uma combinação de critérios. Todas essas conjunturas se enveredam para uma discussão conceitual engessada, reduzindo a cidade a expressões isoladas, numéricas ou não, desconsiderando as diversidades intra e interurbanas e as várias possibilidades de se empreender recortes espaciais.

Para Ruy Moreira (2012),

tenha o tamanho que tiver e sejam quais forem as formas de atividade que sua população desempenhe, cidade no Brasil se define até os albores do desenvolvimento industrial por esta especificidade de ser um ente geográfico de caráter por excelência político-administrativo (Moreira, 2012, p. 155; 165).

Abramovay (1998) comenta o fato de o Brasil ser caracterizado como urbano a partir das publicações censitárias e contesta a posição estagnada a que muitos atribuem às populações de áreas que não são densamente povoadas e que, via de regra, possuem sinais concretos de vitalidade. Segundo ele, há um vício de raciocínio adotado pelas diversas ciências sociais, que, aliado à definição do que é urbano e rural no Brasil, trazem aquele como sinal de moderno e este como atrasado, numa dicotomia que aborda esses espaços como distintos e opostos.

Baseando-se nos critérios adotados pela OCDE, Veiga (2008, p. 146) acredita que a combinação do critério populacional com a densidade demográfica e a localização, evitaria a imposição de uma ilusão pela norma legal nas análises das configurações territoriais. Nesse sentido, “o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população”.

Na definição do IBGE, urbano seria toda aglomeração com sede administrativa (cidade) e de distrito (vila), serviços básicos e infraestrutura, e o rural, por sua vez, são as áreas localizadas fora das delimitações da cidade, ou seja, o perímetro urbano, definido arbitrariamente pelas prefeituras, pode não condizer com uma realidade socioespacial efetiva do município, pois, esses critérios são válidos independente das características funcionais e estruturais do local (Abramovay, 1998; Veiga, 2007).

Em relação às pequenas cidades, e não somente a elas, verifica-se essa arbitrariedade na delimitação do perímetro urbano, não necessariamente correspondendo ao conteúdo social imanente àquele espaço. As relações cidade e campo, por exemplo, vão além dessas fronteiras imaginárias impostas artificialmente. De fato, esses limites refletem muito mais os interesses dos diversos agentes sociais produtores do espaço, em especial do Estado, dos proprietários fundiários e dos grandes promotores imobiliários.

Essas definições de cidade, conforme Sposito e Jurado da Silva (2013) implicam também num conceito de cidade distorcido, desconsiderando a esfera histórico-geográfica local, como a formação socioespacial das áreas urbana e rural e a localização dos equipamentos, aspectos basilares para tal conceito. Por sua vez, em muitos estados e localidades, interesses político-eleitorais de uma minoria que detêm o poder interno são a chave para o surgimento de cidades, o que favorece a reprodução espacial sob os moldes de uma elite e a partir de intensa especulação do solo.

Nas pequenas cidades, apesar de maioria no território brasileiro, há uma desatenção do poder público, evidente numa ausência de específicas políticas nessa esfera e na não obrigatoriedade de realizar o plano diretor, por exemplo (*Ibid.*). Enfatizando a complexidade das discussões abordadas nessas últimas linhas, verifica-se que,

a questão é bastante ampla e reflete os aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais da formação socioespacial dos distintos países que adotam diferentes expressões e classificações para a palavra cidade, bem como de suas derivações para as cidades pequenas. Com efeito, cabe ressaltar que a heterogeneidade de interpretações do termo cidade pequena também está presente (...); e isso não diz respeito somente ao campo da sua significação, mas também na expressão do urbano e no aspecto material da cidade (Sposito e Jurado da Silva, 2013, p. 36; 37).

Enquanto conteúdo, o urbano se faz presente na pequena cidade, não isolado, mas em relação intrínseca com o rural, manifestando um modo de vida particular e uma complexidade inerente às suas diversas formas e funções estabelecidas numa conjuntura sócio-histórica específica. Na vida cotidiana, resguardados os devidos contextos espaço-temporais, a relação com o campo é expressiva e se manifesta em diversos graus de intensidade na pequena cidade, “o espaço urbano tende a ser mais bem conhecido por seus habitantes, menos complexo e menos segmentado/fragmentado” (Sposito e Jurado da Silva 2013, p. 40).

Por representar a marca de uma escala da dimensão da cidade na divisão territorial do trabalho e por estar ligada às mudanças espaciais ocorridas no seio do desenvolvimento desigual e combinado dos espaços, é preciso refletir sobre a formação socioespacial e a urbanização como processos na pequena cidade. Além do mais, indagar sobre onde, pensando na inserção geográfica analítica, e quando, pensando temporalmente, é um pré-requisito para o entendimento de toda e qualquer realidade (Sposito e Jurado da Silva 2013, p. 41).

Desse modo, para compreender a produção do espaço na pequena cidade, bem como seus conteúdos sociais, deve-se admitir ser necessário observar as relações cidade e campo, urbano e rural, uma vez que pode ser também através destas que são engendradas as principais demandas para a realização da vida. Cabe aqui uma ressalva para lembrar que essas relações ocorrem também em outras escalas como nas médias e grandes cidades, embora sua manifestação possa ser mais evidente nos pequenos centros.

Como a produção do espaço se expressa conforme os interesses diversificados dos sujeitos sociais e suas classes, obviamente há conflitos. Preocupa-se com um enfoque qualitativo da cidade, na busca de entender o social e o econômico em suas relações, almejando uma apreensão do papel e do significado da pequena cidade no capitalismo que, apesar do predomínio de um caráter econômico, resguarda também seus qualificativos enquanto espaço de reprodução da vida, em suas reciprocidades e contradições.

Assim, consoante à argumentação de se considerar as relações urbano e rural, campo e cidade para a apreensão da produção do espaço nas pequenas cidades, é fundamental tecer um aparato teórico sobre essas concepções em prol de entendê-los nessa conjuntura de análise.

Adianta-se que definir o que é o urbano e o que é o rural não é tarefa simples, tampouco delegar uma conceituação universal e consagrada a esses termos parece ser viável. Do mesmo modo, abordar as relações entre eles se constitui num desafio enorme, que, entretanto, se faz necessário conforme os contextos socioespaciais de um modo geral, e de Matipó em particular.

No próximo capítulo, serão discutidas concepções de urbano e rural, cidade e campo e as relações estabelecidas entre eles, perpassando os diversos debates que foram desenvolvidos sobre a temática.

CAPÍTULO 2

Discussões acerca das relações urbano e rural, campo e cidade

2.1: Sobre as concepções de urbano e rural, campo e cidade

Os debates sobre o que é o urbano e o rural, a cidade e o campo, bem como as diversas abordagens que envolvem suas relações, são diversificados e remontam a uma literatura extensa de acordo com os contextos históricos e socioespaciais.

As diversas ciências, como a Sociologia, a Economia e a Geografia trataram, simultânea e diversamente essa temática, a qual envolve desde um viés dicotômico dessas relações até a imbricação de formas e modos de vida nesses espaços.

Segundo Favaretto (2007), na ciência econômica o vislumbrar do rural sempre foi pensado em sua relação com a agricultura, ainda que se considerassem outros fatores, o embasamento era a partir do setor primário de atividades. Para Frabetti (2006), a Sociologia Rural em sua emergência como disciplina, surge como um conhecimento instrumental visando superar o chamado ‘atraso no campo’ devido à urbanização da sociedade. Essa ciência, à luz do positivismo, apreende as diferenças entre o urbano e o rural através de uma perspectiva funcional num processo histórico linear do capitalismo. Nessas análises também há forte presença daquele setor como um determinante nas economias locais e na vida da população dos pequenos lugarejos.

Contestando a ideia do fim das contradições nas relações entre o urbano e o rural, Frabetti (2006) salienta que, nos debates geográficos, a própria fragmentação em diferentes disciplinas, como a Geografia Urbana e a Geografia Agrária, propicia um tratamento distinto da realidade urbana e da realidade rural e suas respectivas relações.

Na opinião de Corrêa (2011), os geógrafos urbanos e rurais têm priorizado interesses outros em seus estudos espaciais como a segregação residencial, a ação dos agentes de produção do espaço, as modificações no mundo agrário ou o percurso dos movimentos sociais, negligenciando, de certa maneira, as questões relativas às relações entre o urbano e

o rural. Evidencia, por outro lado, que essas relações se constituem também importantes fontes para a apreensão das dinâmicas socioespaciais na sociedade contemporânea, ainda mais quando está em voga o entendimento de pequenas cidades.

As discussões sobre a relação urbano-rural na Geografia brasileira serão abordadas mais diretamente à luz das análises de Alves (2012), o qual traz um apanhado acerca do desenvolvimento das pesquisas que envolvem essa temática em consonância com a evolução dessa ciência. O geógrafo precisa tecer considerações plurais e abordar concepções que proporcionem a integração desses espaços, devendo ir além de reflexões com bases exclusivas na economia e no mercado.

No período de 1930 a 1970, as pesquisas desenvolvidas à luz da Geografia Clássica sobre as dinâmicas da cidade e do campo, destacam-nos como espaços distintos, de pouca integração. Os principais eixos de desenvolvimento das análises eram os sistemas agrícolas, o habitat, os gêneros de vida, as infraestruturas e a economia urbana. A cidade era representada por São Paulo, Rio de Janeiro e pequenos vilarejos. O campo tinha uma forte economia e detinha o maior índice populacional, além de manter o domínio do meio técnico e natural.

Entre 1960 e 1980, as pesquisas dos geógrafos teóricos se baseavam em modelos matemáticos e espaciais focando na organização cartográfica e na distribuição das funções do campo e da cidade. Destacavam uma maior integração espacial urbano-rural em um período de modernização do campo e de intenso processo de urbanização, com altos índices de êxodo rural e uma conseqüente criação das franjas urbano-rurais, dos espaços suburbanos e periurbanos. Cabe ressaltar a ausência de um viés mais crítico-social, que abordasse também as desigualdades socioespaciais e o caráter político das relações urbano-rurais.

As tendências de análise na Geografia Crítica, com a inserção do método dialético marxista, proporcionou um novo foco aos estudiosos. Nessa conjuntura, as interpretações sobre os espaços urbanos e rurais ganharam dimensões outras que propiciaram às análises um embasamento nas inter-relações entre esses espaços, compreendidos por alguns como *rururbano*, e por outros como um *continuum*, na maioria das vezes a partir da cidade e da urbanização do campo. A multifuncionalidade e a pluriatividade do rural são outros enfoques advindos dessa fase, além de novas concepções como a ruralidade e a urbanidade, os quais permitem entender a dinâmica mais contemporânea da cidade e do campo.

Ruy Moreira (2012) aborda a cidade e o campo no mundo contemporâneo a partir das realidades europeia e brasileira. Tece reflexões do contexto europeu sob três dimensões: cidade e campo numa sociedade de domínio rural; cidade e campo numa sociedade de divisão territorial do trabalho; cidade e campo numa sociedade de domínio urbano¹¹. Apesar de seguir um padrão universal, o Brasil constrói uma história própria, ora trilhando os traçados europeus, ora se diferenciando destes, pois,

É o caráter agromercantil que está na base desta especificidade, dando à sociedade brasileira uma face a um só tempo, rural e urbana, em praticamente todo o percurso da história. É assim que a relação cidade-campo no Brasil em tudo conceitual e empiricamente difere do traçado geral das relações cidade-campo das sociedades europeias, desenvolvendo-se num formato que lhe é próprio (Moreira, 2012, p. 159).

Deve-se ter cautela, pois, é uma característica que, vez ou outra, se faz presente no âmbito acadêmico: a transposição de análises de uma realidade para outra de formação e evolução distintas. “Habitados ao modo europeu de constituição e desenvolvimento, transformamos e tomamos o que é uma especificidade num valor universal”, entretanto, “em cada canto da superfície terrestre, campo, cidade e relação cidade-campo se fazem de modo específico”, em suas inserções espaciais. Além disso, “é no quadro das especificidades espaciais concretas que cada estrutura real de sociedade se edifica. E o geral e o particular contextualmente se encontram” (Moreira, 2012, p. 155; 163).

Considera-se fundamental essa colocação, por entender que a generalização de formas de análise espacial impossibilita uma compreensão efetiva do empírico. Nesse caso, as especificidades das relações cidade e campo da pequena cidade de Matipó precisam ser enfatizadas e sua análise deve recorrer à realidade espaço-temporal em que está inserida. Antes de chegar a essas considerações, todavia, abordam-se explicações mais gerais numa dimensão multiescalar para, posteriormente, avançar à escala das pequenas cidades e, mais diretamente de Matipó.

O desenvolvimento das pesquisas e estudos sobre a relação urbano/rural e cidade/campo se constitui de importantes fontes analíticas. Todavia, muito mais que perpassar por todos esses estudos, o que seria inviável nos limites dessa pesquisa, tangencia-se o teor dessas relações em outros contextos, priorizando alguns marcos, principalmente pós meados do século XX, período de intensa urbanização no território brasileiro, buscando salien-

¹¹ Nesse texto, será prioridade tratar do contexto brasileiro. Para mais detalhes sobre as formas históricas no contexto europeu abordadas, vide Moreira (2012).

tar as facetas do rural e do urbano, bem como suas relações estabelecidas nessa conjuntura e nos períodos posteriores de reafirmação do sistema capitalista de produção.

À luz das reflexões de Ruy Moreira, infere-se que, na conjuntura de uma sociedade colonizada pela metrópole portuguesa, as relações que se estabeleciam eram do espaço interno brasileiro para atender às demandas externas de acumulação da metrópole, o que permite concluir que a divisão territorial do trabalho se dava numa instância internacionalizada, em que não era a cidade e o campo brasileiros, mas aquela representada pela metrópole e este pela colônia. Portanto, uma colônia típica de um campo e um rural, a fazenda, que tinha uma cultura da cidade e do urbano metropolitano. As relações se complexificam e o traço marcante dessa realidade, diferente da europeia, é que o campo tem uma representação cosmopolita tanto quanto a cidade, a qual tem, por excelência, um caráter político. Nesse sentido, a organização se dá em torno de um todo rural tido como uma célula urbana, “entorno que não distingue campo e cidade, mas a cidade dentro de um todo de mando rural cuja célula de base verdadeiramente é a fazenda” (Moreira, 2012, p. 160-161).

Na conjuntura do início do século XX, há uma modificação na estrutura da divisão interna do trabalho e uma diferenciação funcional nos papéis assumidos pela cidade que se industrializa e pelo campo que resguarda o monopólio fundiário, garantindo o domínio da elite rural tanto sobre o próprio campo, como sobre a cidade. Tais mudanças advêm, sobretudo, acompanhadas da manutenção de um híbrido cosmopolita, chamado por Ruy Moreira de rurano, que conserva um caráter de país agroexportador, e a cidade é declarada sede de município, mas continua com um papel mais político-administrativo que econômico.

Alves (2012), ao interpretar Deffontaines (1944), contribui para essa reflexão, quando destaca que o povoamento no Brasil foi, por três séculos, em espaços rurais, nas fazendas, e conclui que a dinâmica do espaço urbano era, sobretudo, determinada pelo campo. Além disso, citando um exemplo do estado de São Paulo, essa determinação se dava em relação à produção agrícola do café e reafirma que “o campo dita o ritmo do crescimento urbano e das estruturas para a população da cidade” (Alves, 2012, p. 10-11).

Na perspectiva de Moreira (2012), há que se refletir sobre o processo de urbanização dos países de capitalismo avançado e dos países latino-americanos, asiáticos e africanos, os quais se concretizaram sobre um processo histórico diverso, em que os agentes sociais atuavam sobre estruturas sociais igualmente diversas. Sobretudo, deve-se ter cautela para não se incorrer ao equívoco de uma comparação ineficaz da conformação socioespa-

cial que se configurou pós esse processo nesses países, bem como nas modificações ocorridas no urbano e no rural e em suas relações como consequências dessa conjuntura.

Nos primeiros países, verifica-se uma instauração mais lenta e processual do fenômeno urbano, em que o estabelecimento de infraestrutura e as condições necessárias foram construídos em conformidade com uma realidade nova que se processava. Nos demais países, o *boom* ocorreu em um curto período temporal, ainda que houvesse um contraste na dispersão desse fenômeno no espaço. Tais países sofreram um grande índice de êxodo rural, um aumento populacional sem precedentes com concentração principalmente nas grandes cidades. Esse foi um período na história de progressão sem precedentes, porém, a questão maior é salientar que esse fato se efetivou sem uma infraestrutura adequada, sem o acompanhamento de um desenvolvimento econômico eficaz e sem um aumento proporcional da produção agrícola (Favaretto, 2007, p. 174).

Com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, da indústria moderna, em especial entre as décadas de 1950 e 1970, outro viés é aplicado àquele espaço que outrora era tão arraigado, “o campo perde o laço rural do passado rural”. A cultura urbana chega ao campo e há mudanças nos costumes e hábitos de consumo, e, apesar disso, a economia baseada na agroindústria consolida um viés conservador das relações estabelecidas entre cidade e campo. Nesse contexto configura-se uma redefinição das funções dessas instâncias na divisão territorial do trabalho, em que o campo é terceirizado pela cidade e esta, por sua vez é agronindustrializada pelo campo (Moreira, 2012, p. 162-163).

Nessa conjuntura, vivencia-se uma fase de intenso êxodo rural em escala nacional e o campo, de certo modo, se esvazia, fato que contribuiu para uma inversão nos índices populacionais, resultando em um maior número de habitantes na zona urbana que na zona rural. Essa é uma fase em que cidade e campo são considerados distintos, e simultaneamente, se relacionam do ponto de vista econômico: o campo se caracteriza pela produção agrícola e a cidade pela produção industrial numa perspectiva dicotômica. Segue-se, em fins do século XX e princípio do XXI um avanço técnico científico informacional, em que se presencia fortemente a centralidade da cidade diante de funções ideológicas e intelectuais, as quais representam a ordem burguesa. Para Moreira, essa seria uma fase em que a indústria reintegra-se ao setor agrícola no espaço rural e, mais uma vez, é redesenhada a divisão do trabalho, com um domínio de valores da cultura urbana (Moreira, 2012, p. 163-164).

Por sua vez, a sociedade de consumo alcança os rincões da cidade e do campo, e, num viés modernizado, a elite rural expande uma identidade urbano-industrial, em que urbano e rural entram na era da mídia caracterizados por um hibridismo sempre novo sob um prisma cosmopolita, afirmou Ruy Moreira. Para uma reflexão dessa conjuntura, é válido trazer a contribuição de Carlos (2003) quando assinala que

a questão que reveste importância, na realidade é qual o conteúdo do processo de urbanização, hoje, e quais as estratégias que apoiam o processo de reprodução continuada da cidade e do campo – nos planos econômico, político, e social. Assim, se de um lado, a gestação da sociedade urbana vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, apoiado fortemente na mídia e pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares), num espaço-tempo diferenciado e desigual, de outro aponta que a realidade produzida é **profundamente desigual**, revelando a dialética do mundo (Carlos, 2003, p. 184).

Após os anos de 1980, novas condições conjunturais impulsionaram o processo de descentralização, que se intensificou em diversos âmbitos, como nos setores comercial, de serviços e também industrial. Nesse viés, foram realmente verificados novos contornos das relações entre cidade e campo, numa “variação nos termos de troca” entre ambos, devido a uma mudança nos padrões de organização espacial, com a sobreposição de uma lógica reticular à de continuidade territorial (Biazzo, 2008a, p. 136-137).

As interações entre cidade e campo, por sua vez, ocorrem não somente a partir da esfera econômica, mas também da política e sociocultural, fato que decorre também de mudanças sociais em níveis mais abrangentes no âmbito da modernidade, era emblemática caracterizada por relações mais voláteis. Nessa conjuntura, os estudos sobre a temática se ampliaram, contudo, as abordagens sobre o urbano e o rural se consolidavam, muitas vezes, por um viés dicotômico, ou seja, esses espaços eram tratados como distintos e antagônicos. No entanto, as transformações atuais requerem uma maleabilidade para analisar os fatos, estabelecendo as relações cidade-campo numa perspectiva de complementaridade, reconhecendo as inter-relações entre ambos, suas consequentes redefinições e as modificações nas configurações espaciais ao longo do tempo (Rosa e Ferreira, 2010, p. 188).

Houve uma redefinição das relações entre os lugares a partir da expansão das comunicações e informações, portanto, “há necessidade de atualizar a relação cidade-campo no mundo moderno” e analisá-la a partir das transformações ocorridas no seio da reprodução da sociedade atual, afinal, “a cidade e o campo vão refletindo o modo como se realiza

a inserção do Brasil no quadro da economia mundial (...)” se fazendo necessário realizar uma busca pelo sentido e pelo conteúdo dessas modificações (Carlos, 2004, p. 7; 9).

São esses, dentre outros fatores e contrastes, que precisam ser elencados ao analisar as relações urbanas e rurais em diferentes realidades contextuais, não desconsiderando, contudo, as similaridades que porventura possam haver mesmo em conjunturas diferenciadas.

2.2: Das abordagens das relações cidade e campo às necessárias discussões sobre urbanidade e ruralidade

Em suas análises sobre a evolução da relação rural-urbano, Favaretto (2007) e Reis (2006) argumentam que, por si só, o rural implica o urbano e vice-versa, e que não podem ser compreendidos isoladamente, ou seja, um só existe em relação com seu par oposto, e as delimitações são um primeiro desafio a ser debatido.

De uma maneira geral, as interpretações nas diversas ciências sobre urbano e rural, cidade e campo e suas relações se associam a três principais abordagens¹²: 1) dicotômica, 2) *continuum* e 3) permanência das ruralidades. Atualmente, os debates perpassam também a noção de uma hibridéz espacial para caracterizar essas relações. Ponderar-se-á as discussões sobre elas, sem a intenção de esgotá-las, perpassando diversos períodos e autores sem uma demarcação individual, no sentido de não isolá-las para efeito analítico, mas compreendendo as interfaces dos debates.

Numa interpretação de Karl Marx, Frabetti (2006) enfatiza que a distinção e, ao mesmo tempo, a inter-relação entre cidade e campo, na tradição do materialismo histórico, se dá através da organização e da divisão do trabalho social, em que se institui a propriedade da terra. A cidade e o campo, para tanto, “são partes de um todo, constituídas por relações sociais e de apropriação dos recursos disponíveis e desigualmente distribuídos no espaço”, ou seja, são formas sociais territorializadas. Isso significa que, historicamente, há divergências e complementaridades entre a cidade e o campo, de acordo com seus conteúdos sociais, os quais revelam diferenças de interesses, contradições e inclusive manifestam uma cooperação funcional, mas forçada, não livre, dependendo dos interesses dos sujeitos sociais (Frabetti, 2006, p. 144;146).

¹² De acordo com Hespanhol (2013, p. 106) e sua interpretação de Mota; Schmitz (2002).

Acredita-se que, localizados em um mesmo território, deve-se pensar a interação cidade-campo numa perspectiva dialética, considerando que

O espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano (...). O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do *continuum*, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades (Wanderley, 2000, p.118).

Na abordagem de um *continuum*, segundo Frabetti (2006), deve-se pensar o espaço da cidade e do campo em suas relações sociais, demográficas e a partir do grau de divisão do trabalho, uma vez que esses indicadores os aproximam, apesar de também revelar a distinção entre eles. Há, portanto, que se considerar uma evidente inter-relação que abarca um conjunto social mais amplo, envolvendo a cidade e o campo, não um e outro isoladamente. Vários estudos defendem que a modernização do campo possibilitou destruir formas arcaicas, havendo uma maior integração com a cidade, ao que cabe acrescentar que a teoria do *continuum* embasa-se numa concepção dual, em que dois pontos extremos, o urbano e o rural, estariam passando por uma gradação, a qual pressupõe uma urbanização do campo através das relações de mercado. Essa visão evolucionista, contudo, impossibilita a percepção das contradições existentes nos processos sociais que envolvem o urbano e o rural.

Já do ponto de vista de Wanderley (2001) e Santos (2001), a abordagem conceitual embasada na ideia de *continuum* das relações cidade e campo possui duas vertentes. A primeira considera uma tendência de progressão dos valores e da cultura citadina para o campo, ou seja, a cena de um domínio urbano em que se presencia a homogeneização socioespacial a partir da urbanização do campo e o conseqüente fim da realidade rural. Diferente da primeira, a outra seria uma visão de integração e aproximação dos polos, em que há uma manutenção das particularidades do urbano e do rural, apesar de ressaltar as semelhanças existentes entre eles numa perspectiva de continuidade entre a cidade e o campo.

A ideia de *continuum* rural-urbano foi apresentada pela primeira vez por Sorokin e Zimmermann em 1929, como sendo dois extremos em uma escala de gradação. Merece ser destacada a pertinente observação feita por Reis (2006) sobre essa concepção, na qual “(...) a obra clássica de 1929 acaba se constituindo em um forte alicerce para as conceituações

dicotômicas, uma vez que ressalta as diferenças existentes entre os espaços rural e urbano como pólos contidos em uma escala de gradação” (Reis, 2006, p. 4).

Escapando às ideias de um ponto de vista linear e de modernização do campo, Frabetti (2006, p. 156) propõe que a cidade e o campo “entram como condição essencial para a composição de uma totalidade que combina aquilo que o processo histórico separou no passado com a divisão do trabalho”. Interpretando as ideias de Oliveira (1991), aquele autor afirma que é no campo que ainda se encontram algumas condições, como o trabalho familiar, que remetem à ‘reprodução das relações de produção não capitalistas’, revelando o movimento de desenvolvimento desigual do capitalismo. Ao mesmo tempo, com a necessidade de vender seus produtos e consumir o que não pode produzir, o trabalhador familiar se integra e, sobremaneira, se subordina ao processo do capital (Frabetti, 2006, p. 156-157). Como reafirmação dessa passagem, argumenta-se que

O desenvolvimento linear do capital, bem como sua implicação supostamente unívoca sobre a relação cidade-campo, não condiz com a realidade complexa apreendida ainda nos dias de hoje nas relações de produção rurais em países de industrialização tardia como o Brasil, já que o campesinato, com seu processo de trabalho e suas representações particulares, mantém significativa presença não só na produção de mercadorias, mas também nas lutas políticas (...) reproduzindo-se numa relação contraditória com as determinações do modo de produção (Frabetti, 2006, p. 166).

Sob um ponto de vista semelhante, Carlos (2004) explica que são inegáveis as novas conformações dos espaços advindas com a industrialização da agricultura. Acredita que mesmo havendo uma reprodução capitalista e a implantação do trabalho assalariado no campo, o modo de vida e as relações camponesas não se extinguíram, nem se submeteram integralmente à lógica do capital, ou seja, há um processo em suas contradições.

Contudo, há proposições que não priorizam a sociabilidade camponesa, a luta pelo modo de vida no campo, mas defendem uma viabilidade econômica do rural, encobrendo aspectos, conflitos e lutas sociais. A cidade evidencia um valor no campo, condicionado pela lógica do mercado, desconsiderando a teia relacional que faz com que as famílias permaneçam no campo, o que reflete nada além de uma cooperação funcional nas relações cidade-campo. Pensando desse modo, “o campo não se reduz a uma função, mas, antes, aparece como necessidade insubstituível no interior da reprodução ampliada do capital” (Frabetti, 2006, p. 167).

Numa perspectiva histórica, citando clássicos como Romero e Buarque de Holanda, Favaretto (2007) conclui que ambos, apesar de seus argumentos diferenciados, concordam

que o viés dinâmico da história está num triunfo do urbano sobre o rural, embora também haja uma interpenetração dos dois polos. Nos dois autores, as relações estabelecidas entre esses espaços se materializam tanto na mentalidade como nas formas de vida. Apesar do formato e da velocidade que se deu o fenômeno da urbanização, uma característica marcante na América Latina e no Brasil é que houve, simultaneamente, “uma diluição e persistência do rural no urbano” (Favaretto, 2007, p. 174).

Para abordar, historicamente, as relações cidade e campo e realizar um tratamento das contradições e polaridades entre ambos, deve-se considerar além de critérios funcionais e estruturais, também aqueles relacionais. Sabe-se que uma disputa histórica entre dois polos opostos e dicotômicos, foi por longo período, uma base para os estudos desses espaços, porém, concorda-se que “mais interessante do que procurar em qual dos polos se encontra a virtude imanente é compreender as múltiplas articulações possíveis entre eles e os resultados que essas interações geram” (Favaretto, 2007, p. 160; 162; 169).

Concorda-se que a cidade e o campo são elementos constituintes de uma totalidade e que, portanto, só podem ser pensados em suas relações econômicas, políticas, sociais, culturais, espaciais e considera-se que a população de ambos são parcelas de uma mesma sociedade. Assim, escapa-se aqui de uma abordagem dicotômica em que o rural é o arcaico e o urbano é o moderno, ao contrário, acredita-se que o mais pertinente é entendê-los nas suas relações e como inseridos numa lógica de produção do espaço, já abordada anteriormente, a partir da cidade de Matipó.

Não se trata de impugnar um domínio urbano na contemporaneidade, mas de revelar a necessidade de qualificá-lo, objetivando perceber o que isso significa diante de outros momentos e o que seria, então, teórica e empiricamente, as especificidades do rural diante desse “comando” urbano (Favaretto, 2007). As conformações multifacetadas da sociedade contemporânea comportam diferentes padrões de relações entre a cidade e o campo, o urbano e o rural, especialmente em se tratando da realidade de pequenas cidades, como é o caso de Matipó.

A nova perspectiva de análise referente à interação urbano-rural se embasa nas relações sociais que, por sua vez, se desenvolve a partir da articulação do local ao global, reforçando a identidade e o sentido de pertencimento a determinado lugar. Esse fato revela, assim, que não haveria um *continuum* no sentido de um domínio da cena urbana, tampouco uma tendência à homogeneização do espaço. A expansão da racionalidade urbana não acarreta a dissolução do agrário, tampouco uniformiza as condições de vida no campo, pois,

o modo de reação da população de cada local é diferenciado diante dos processos de transformação e se configura de acordo com o universo social, econômico e cultural em que cada uma está inserida (Carneiro, 1998).

Nas concepções de Carneiro (1998, p.59)¹³, a modernização seria uma fase nova, com objetivos igualmente novos e a integração do campo à sociedade moderna se firmaria com a manutenção das tradições culturais. Isto significa que “não se trata, portanto, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas de sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais”.

Desse modo, questiona-se, junto a Favaretto: Há uma nova etapa? E se responde, embasada em suas considerações, que sim, de certo modo, sim! Percebe-se, atualmente, nos âmbitos mundial e nacional, que as transformações ocorridas pós Revolução Industrial, quando se tem modificações gerais nas relações de produção, e, ainda mais no século XX e XXI, com a evolução das técnicas e o processo constante de modernização da sociedade, ainda que num desenvolvimento desigual, trouxeram consigo também mudanças nas dinâmicas da cidade e do campo. Diante disso, apesar da passagem abaixo se referir ao contexto europeu, avalia-se que o Brasil e, nesse trabalho a realidade matipoense, também vivem uma fase de heterogeneização do espaço rural, em que

A primazia marcante das atividades primárias – agricultura, pecuária, mineração, silvicultura – cede espaço a uma maior diversificação, com uma crescente heterogeneização das economias rurais, em que se destaca o crescimento cada vez maior do setor de serviços. Com isso, mudam as vantagens comparativas do rural nas possibilidades de captação das rendas urbanas. A localização, a fertilidade e o preço da terra passam a dividir importância com a acessibilidade, a paisagem. (...) São outros agentes, novas variáveis introduzidas ou tornadas mais relevantes, novos interesses, uma nova estrutura de oposições e identidades que sustentam a especificidade dessa nova configuração da relação rural–urbano (Favaretto, 2007, p. 178).

Em linhas gerais, é mediante essas múltiplas articulações que é realizada a análise das relações cidade e campo em Matipó, visualiza-se, através de fatores empíricos (abordados nos próximos capítulos), que há uma complementaridade desses espaços e a permanência da cultura urbana e também da cultura rural, ainda que sob traços marcantes de ruralidades no urbano e de urbanidades no rural. Considera-se, por sua vez, que ambos os espaços fazem parte de um único território (caracterizados por uma hibridez), o do municí-

¹³ A autora utiliza as ideias de Pongratz (1990) para esse debate.

pio, e que eles mantêm relações recíprocas através de diversas instâncias, políticas, econômicas, educacionais, de lazer, de saúde, dentre outras.

Em seu ponto de vista sobre algumas obras de Henri Lefebvre, Favaretto (2007, p. 180), alerta para o fato de que “não há, nesse autor, e nem na linhagem que ele inaugura, uma demonstração do esvaziamento do conteúdo social e explicativo do rural”, mas, paradoxalmente, que há também a afirmativa de uma sociedade urbana como devir. “A vitalidade do rural não se resume mais aos campos, como lugar de realização de atividades primárias, mas a uma trama complexa envolvendo os campos e suas cidades, com destaque para uma integração intersetorial da economia” (*op. cit.*, p. 183).

Observa-se, sobre a longa evolução da relação urbano-rural, que uma análise apenas sob o ponto de vista da dimensão setorial, que relaciona o campo às atividades primárias, inviabiliza a compreensão do rural contemporâneo. Compreensão que poderia se concretizar mais efetivamente em termos territoriais a partir do debate de alguns traços distintivos da ruralidade, dentre os quais, a relação entre sociedade e natureza; as relações de proximidade; e as relações com a cidade (Favaretto, 2007, p. 184).

Esses traços se diferem de tempos anteriores. Na atualidade, se percebe uma representação do espaço em que há um constante aumento do grau de complexidade das relações entre o urbano e o rural, favorecida pela interconexão direta ou indireta dos diversos elementos que outrora eram considerados de um ou outro polo. Pondera-se, mais uma vez, que não cabe tratar das relações entre esses espaços considerando-os como polos opostos, mas deve-se essencialmente, perpassar os conteúdos socioespaciais novos que estão neles implicados para então entender as novas significações impregnadas nesses espaços de representação. O argumento é que a integração entre ambos se dá tanto através de trocas materiais quanto simbólicas, e que os traços de urbanidade e ruralidade se estabelecem através das dimensões política, econômica e sociocultural. Alves (2012) afirma que

A noção de ruralidade e urbanidade ganha destaque nas pesquisas em geografia, pois não se trata somente da questão espacial (do espaço absoluto), mas o espaço vivido e imaterial, considerando os valores e o modo de vida que constituem o lugar. A ideia de estudar o espaço apenas pelos fixos, funções e formas, não responde a totalidade da relação campo-cidade, deve-se atentar aos processos da sociedade (Alves, 2012, p. 16).

Nos tempos atuais, o campo se tornou um espaço diferenciado e se caracteriza por inúmeras atividades além da agrícola, o que não significa necessariamente que esteja pas-

sando por um processo de urbanização e perdendo suas especificidades e sua importância enquanto uma categoria analítica.

Para Sposito (2010), o que se presencia é uma superposição de formas urbanas e rurais que advém de uma indefinição dos limites entre essas áreas e assim, há o reconhecimento de um contínuo cidade-campo. Esse contínuo caracteriza áreas de transição e contato interespacial e enseja que esses espaços estão imbuídos, num mesmo território, de articulações e interesses, logo, de relações associadas aos mundos urbano e rural, pois,

Não é possível se ver a cidade atual como unidade, porque as articulações que entre ela e o campo se estabelecem são mais intensas do que nunca, porque não são apenas as relativas à divisão técnica, social e territorial do trabalho, aquelas que orientam as relações entre o rural e o urbano. Trata-se também de articulações que se acentuam porque estão expressas em formas espaciais em que a cidade e o campo se imbricam, sobrepõem-se, não apenas na escala local, mas em múltiplas escalas (Sposito, 2012. p. 134).

Admite-se uma imbricação dos espaços e acorda-se com Andrade e Alves (2014, p. 167) que “o espaço rural sofre interferências do urbano, mas que isso é insuficiente para eliminá-lo. Assim, o rural ganha um novo significado no contexto atual, mas segue como elemento fundamental para se entender a realidade”. Essa passagem se torna ainda mais provável quando se fala em pequenas cidades, afinal, a dinâmica espacial desses locais, geralmente permite ser vivida, percebida e concebida através das relações estabelecidas com o campo.

As transformações advindas de todo o processo de construção da sociedade não são suficientes para destruir o rural e eliminar as ruralidades, logo, não se pode falar de um todo urbano, mas há que se considerar a importância do campo e do rural para a cidade e para o urbano, e vice-versa.

Adepto daqueles que apostam num gradiente de variações espaciais em que, após a diferenciação das áreas urbana e rural na perspectiva dicotômica, Reis (2006) crê que a tendência é que ocorra a *urbanização do rural* para efetivar o espaço *continuum*. Com o processo de urbanização, impulsionado a partir da década de 1980, houve uma diversificação econômica no campo e várias das atividades tidas como exclusivamente urbanas, como os comércios, os serviços e as indústrias, passam a se implantar também no campo. Essa nova dinâmica favorece a conformação de uma *nova ruralidade*, que confere a esses locais uma retenção da população e de trabalhadores, reduzindo o êxodo rural e, em certo ponto,

atraindo-os. Por sua vez, a pluriatividade é uma característica alternativa para esse público, ainda mais quando se refere a um período de intensa fluidez.

Concorda-se que se vivencia uma nova dinâmica e que o rural, assim como o urbano, especialmente após a urbanização intensificada, a modernização da agricultura e todo o contexto de fins do século XX e princípios do XXI, sofreram profundas transformações que suscitam um novo olhar sobre esses espaços. Comunga-se também que uma nova ruralidade se faz presente e que o campo adquiriu novas especialidades e vem se tornando cada vez mais dinâmico e pluriativo, com acesso mais direto às tecnologias de informação e comunicação, o que possibilita uma hibridez de modos de vida. Do mesmo modo, acredita-se nas novas dinâmicas urbanas, as quais abarcam também essa ruralidade, ainda com mais intensidade quando se menciona as pequenas cidades, e, nesse caso, Matipó.

Contudo, distancia-se, aqui, da visão de uma urbanização do rural, haja vista que, independente de aderir a hábitos urbanos e ao uso dos recursos modernos que são considerados da cidade, o campo continua sendo uma especificidade que, em diferentes graus de intensidade, mantém valores e hábitos que permanecem caracterizando o espaço em sua heterogeneidade, apesar de resguardar uma complementariedade com a cidade.

“O crescente aumento dos meios de transporte, a multiplicação de estradas, ligando o campo às cidades”, foram fatores que contribuíram “para pôr fim ao isolamento que, durante décadas, manteve a população rural alijada dos benefícios que os urbanos gozavam” (Santos, 2001, p. 73). Com base nessa reflexão, atenta-se que o desfrute de hábitos que proporcionam maior conforto, lazer e facilitam a vida em diversos quesitos nos espaços rurais, não implicam numa homogeneização espacial com o predomínio da urbanização do campo, afinal, há também no urbano das pequenas cidades, traços e hábitos de ruralidade no cotidiano.

Espaços rurais e urbanos ora podem ser análogos, ora diferenciados segundo a conjuntura histórica de cada sociedade, o que importa é perceber a interdependência entre eles, acima das diferenças e inseridos no contexto mais amplo da sociedade global. Apesar dos altos índices de urbanização da sociedade contemporânea, esses espaços não tenderiam à homogeneização e a identidade de cada uma dessas esferas não se perderia facilmente, afinal, é preciso considerar a interação e os fatores históricos de cada grupo (Rosa e Ferreira, 2010). Nas palavras de Carneiro (1998), a memória coletiva informa o reconhecimento de um espaço como próprio a alguém. E Bagli contribui afirmando que:

Embora transformações apontem aparentemente para a homogeneização dos espaços, em virtude da difusão de características comuns, a intensificação das relações se estabelece justamente pela manutenção das peculiaridades. Os espaços ampliam suas inter-relações, porque as diferenças existentes em cada um deles favorecem a busca pelo outro como tentativa de suprimir possíveis ausências (Bagli, 2010. p. 82).

Vale ressaltar que há também uma reinvenção das peculiaridades, uma hibridização que, não raro, incorpora traços que não são exatamente de uma tradição cultural interna.

“A cidade e o campo estão atravessados por novos objetos que vão dominando a vida cotidiana” (Carlos, 2004, p. 11). É o conteúdo das relações sociais contido na cidade e no campo que os diferenciam e, apesar dessas relações serem mediadas com base na construção da sociedade urbana, o campo não é transformado em cidade, o que ocorre é uma articulação de ambos a partir de uma redefinição do conteúdo que aponta as contradições e, simultaneamente, a união dos dois como conceito e realidade. Por sua vez, “o mundo rural não estaria desaparecendo, englobado pelo desenvolvimento das cidades, nem o campo ampliando seu domínio” (*op. cit.*, p. 9). A reprodução da sociedade deve estar no centro das discussões para revelar, através da prática socioespacial, o conteúdo das relações sociais.

Em relação aos limites cidade e campo, Rua (2006), interpretando Haesbaert, elucidada que as dimensões simbólico-cultural e jurídico-política do território estão em conflito constante nos espaços rurais. Tal conflito, por sua vez, se manifesta, por exemplo, “na permanente intenção de “urbanizar” as áreas tidas como rurais, na perspectiva de maior arrecadação de IPTU” (*op. cit.*, p. 97). Confirma-se, desse modo, que esses limites muitas vezes são arbitrários e não condizentes com a realidade socioespacial e que, realmente a adoção de novas medidas em relação a isso se faz urgente.

Uma definição do rural seria mais próxima do real quando o mesmo é analisado em suas relações com a cidade e não em oposição a ela. Isso, todavia, não é possível quando, já de antemão, se considera o urbano apenas pela delimitação administrativa e o rural como o aglomerado instalado fora desses limites, o que favorece, por exemplo, no caso do Brasil, a uma arbitrariedade por arrecadações fiscais, deixando em segundo plano, outras dimensões como as socioculturais e as geográficas. Simultaneamente, as transformações contemporâneas não permitem que o rural seja mais analisado essencialmente por desenvolver atividades agrícolas, uma vez que a dinamização econômica e os novos moldes de produção social e capitalista do espaço suscitam análises que considerem um eixo de dinamização que abarca o desenvolvimento de outras atividades que caracterizam uma população

pluriativa, afinal, “em todos os países em desenvolvimento o trabalho não-agrícola cresce mais que o agrícola no meio rural” (Abramovay, 1998, p. 2-5).

“De fato, é impossível realizar um recorte espacial perfeito diante de toda a complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre os espaços rurais e urbanos” (Reis, 2006, p. 12). As delimitações são pertinentes e necessárias para se formular políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural, mas devem ser considerados, além de critérios demográficos e espaciais, aqueles referentes aos traços culturais e socioeconômicos regionais/locais.

Importantes contribuições sobre os desafios da permanência do rural frente a uma conjuntura de intensificadas modificações e das teorias que abordavam o seu desaparecimento são trazidas por Ferreira (2002), a qual faz reflexões sobre o sentido social do rural no período contemporâneo¹⁴ enfocando especificidades do território brasileiro. Alguns sentidos principais se vinculavam à ideia de declínio do rural, a saber, a intensificação do êxodo rural, o ‘domínio’ e a organização industrial sobre a agricultura difundindo a empresa moderna e a consequente redução de ocupação e emprego, a proletarização dos grupos rurais e, obviamente, uma expansão da cultura e do modo de vida urbanos.

Todavia, como num movimento de resgate do rural como categoria analítica, as ciências sociais, a partir dos anos de 1990, assinalam um viés alternativo apontando o rural como um espaço propício à qualidade de vida, enfatizando as suas potencialidades e repensando-o como se ocorresse uma reconstrução a partir de um “novo rural”, de novas ruralidades. Apesar de serem debates contemporâneos, Ferreira (2002) salienta que eles sofrem a influência de teorias clássicas sobre a temática, como a posição de homogeneização, em que a ruralidade abarcaria “identidades rurais em transformação”, e como a posição de resignificação, em que, mesmo sendo espaço de vida e mantendo relações sociais próprias, está articulado e imerso em símbolos gerais de urbanidade, o que direciona a reflexão para o fato de que

Não se trata de sociedades rurais de caráter totalizante: não se trata de autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação, a complementaridade. É a essa percepção que se encadeia a possibilidade de uma reconstrução da ruralidade como portadora de mudanças societárias (Ferreira, 2002, p. 31).

¹⁴ Primeiro Ferreira (2002) traz reflexões sobre as tendências de estudos sobre o rural nos países de capitalismo avançado para, posteriormente trazer algumas especificidades brasileiras.

Sobre a realidade brasileira, não houve uma homogeneização dos padrões tecnológicos da agricultura, apesar de uma generalização do modelo produtivista, pois “a agricultura *tradicional* persiste em muito maior escala no Brasil” (Ferreira, 2002, p. 36). Além disso, os processos que desencadearam a inserção de atividades não-agrícolas no campo, bem como o significativo aumento de trabalhadores pluriativos e de aposentados residentes nesse local, consolidam uma nova paisagem, diversificada, mas que não foi urbanizada e sim possui traços de urbanidade. Conclui-se que Ferreira (2002) não é adepta à concepção de homogeneização cultural e dos hábitos cotidianos, tampouco de uma urbanização geral do território, pois isso não possibilita a compreensão da complexidade das relações contemporâneas.

Apesar de incipientes, alguns processos que ocorreram nos países de capitalismo avançado se fazem presentes no Brasil, contudo, assim como Moreira (2012), Ferreira (2002) adverte sobre a importância de se compreender o rural brasileiro em sua realidade interna, uma vez que esta não permite um rural que seja preponderantemente não-agrícola, até pelas bases de formação histórico-social do território, isso significa que

Temos no Brasil uma ruralidade em reconstrução, sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades (Ferreira, 2002, p. 41).

Hespanhol (2013, p.109) concorda em não radicalizar adotando uma perspectiva homogeneizadora dos espaços, considerando, porém, todas as transformações advindas do processo de modernização da sociedade, em que “ampliam-se as coexistências, as contradições e os conflitos entre diferentes temporalidades e espacialidades presentes no rural”. Portanto,

Campo e cidade são compreendidos como espaços (formas) dotados de conteúdos que, por sua vez, denominam-se rural e urbano. Esses conteúdos (ruralidade e urbanidade), entretanto, podem extrapolar seus espaços de origem e, portanto, qualquer definição a priori que se apresente de forma estanque pode impossibilitar uma análise mais completa da realidade que, em si, é dotada de uma multiplicidade de sentidos (Hespanhol, 2013, p. 109).

Diante desses sentidos múltiplos e da diversidade territorial brasileira, composta por uma imensidão de pequenas cidades em sua paisagem, as análises cidade-campo são ícones fundamentais para a sua compreensão. As definições de urbano e rural por um viés administrativo é o que acontece no Brasil, e é por isso que, mesmo com seus equívocos e

as inúmeras críticas recebidas, é que não se deve pensar em uma urbanização do campo, mas em ruralidades e urbanidades presentes em ambos os espaços, sendo a manifestação de suas relações o que se deve destacar revelando as peculiaridades socioespaciais presentes.

Articuladas essas características, poder-se-ia pensar num rural que não se esvazia social, cultural, demográfica e economicamente num processo homogeneizador constante a partir do urbano, mas em espaços heterogêneos que, mesmo com as intrínsecas inter-relações, mantém seus laços e se conformam numa hibridez típica da complexidade atual. “A abordagem espacial”, para Abramovay (1998, p. 6) “e o pressuposto da multissetorialidade do meio rural permitem que não se suponha, mesmo nas nações mais desenvolvidas, que o campo tenha se urbanizado”.

Nesse sentido, a definição setorial não alcançaria as características mais gerais que a ruralidade¹⁵ abarca, sendo necessário se pensar numa dimensão territorial, pois a agricultura faz parte do desenvolvimento rural, mas não é o seu único setor, ele converge com outras múltiplas atividades econômicas presentes nesse espaço. Em consonância, Rua (2005, p. 46) concorda com o uso de uma “concepção de espaço, feito território”, pois “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um lugar de relações, de apropriações, de dominações”.

Segundo Abramovay (1998, p. 27), “o essencial, porém, mesmo sob o ângulo quantitativo, é que se abandone a identificação automática entre rural e áreas destinadas ao esvaziamento social, cultural e demográfico”. Veiga (2007) também é favorável ao rompimento de uma visão de que todo o rural existente no Brasil pertence a municípios que estão se esvaziando. Além disso, essas características mais gerais do rural foram elencadas pelo primeiro autor por entender que “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas” (Abramovay, 1998, p. 26-27).

O urbano e o rural são concebidos por Rua (2005, p. 47) “como resultado de interações múltiplas, transescalares, não-hierarquizadas e mostrando novas possibilidades espaciais a serem construídas num movimento histórico em que a homogeneização e a diversidade não obscureçam a sua dialética”. Sua compreensão do rural é feita através de um método multidimensional, em que esse espaço se configura como um híbrido de possibilidades. Contextualiza a modernização conservadora ocorrida no Brasil e o privilégio de al-

¹⁵ Para maiores detalhes sobre a ruralidade, vide Abramovay (1998, p. 6-7), que utiliza e interpreta fontes como Sarraceno (1996/99), OCDE (1994) e FAO/DAS (1998) para suas análises.

guns setores/atores em detrimento de outros, bastando para tal, lembrar a questão da concentração fundiária e do domínio da grande propriedade agrária sobre o território. Além disso, problematiza que, nas análises das relações dicotômicas entre urbano e rural, há uma polarização exercida pela cidade em relação ao campo, o qual é visto como o atrasado, residual, através da concentração de poder político, capital, dentre outros, reforçando uma visão burguesa de vida.

Todavia, reforça-se que as análises dicotômicas não repercutem efetivamente a realidade concreta nas diversas escalas, sendo que a perspectiva de uma integração cidade e campo explicita as complexidades dessas relações preservando as especificidades de cada um desses espaços. Nos tempos recentes, os estudos sobre essa temática tem se consolidado também através da ideia de um novo rural¹⁶, caracterizado pela pluriatividade num viés multifuncional, sem desconsiderar o agrícola, mas não se restringindo a ele. Esse quadro reflete as lógicas atuais de configuração da sociedade, que evidenciam o movimento contraditório do sistema econômico em voga, afinal, nunca é demais lembrar que “o capitalismo integra sem homogeneizar espacial ou socialmente” (Rua, 2005, p. 47).

Acredita-se ser inviável se pensar num rural isolado e arcaico em plena era das tecnologias de informação e comunicação, mesmo se considerando a desigualdade na difusão desses equipamentos. Também se incorre em um equívoco pensar o desenvolvimento do rural como um estágio evolutivo da urbanização, isso seria desconsiderar todo um rol de especificidades que desfalaria de sentido o empírico das pequenas cidades, por exemplo.

Nessas esferas, e em Matipó especificamente, há, sem sombra de dúvidas, uma intrínseca relação do campo com a cidade e há também uma interdependência socioespacial e econômica viabilizada pela própria dinâmica interna, através da qual, as trocas simbólicas, materiais e pessoais do rural com o urbano resultam em transformações sem, contudo descaracterizar as bases do sistema sociocultural. Nesse caso, como se apontará posteriormente, hábitos de vida urbanos predominam, mas permeados por ruralidades que dão um sentido peculiar ao cotidiano local. Isso implica concordar que

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdo diversificado, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (Carneiro, 1998, p. 58).

¹⁶ Expressão consagrada por Graziano da Silva.

Nessa pesquisa, pensa-se a produção do espaço na perspectiva de uma construção social sob a orientação dos sujeitos sociais envolvidos no processo e não a partir de uma reificação do espaço geográfico, aludindo a ele em suas semelhanças, conflitos e contradições, porque resultam “da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem ‘urbana’ ou ‘rural’” (Carneiro, 1998, p. 59). Pondera-se que se devem alcançar, através dos sujeitos, as práticas sociais e os significados que possibilitam operacionalizar as interações na cidade e no campo. Conclui-se, sobretudo, que é mais importante a compreensão das representações sociais do urbano e do rural, do que insistir numa delimitação de fronteiras entre eles (*op. cit.*).

Concorda-se que as reflexões sobre o urbano e o rural sejam pontuadas a partir da ideia de um espaço híbrido, desmistificando as análises polarizadas (Santos, 1993). Adotar a noção de hibridez contribui essencialmente para se chegar a uma identidade do rural, a qual adquiriu, contemporaneamente, outras territorialidades através da incorporação e da interação com as urbanidades no rural. A re-apresentação de um outro rural com novas representações, as quais têm a face da natureza, mas que são, primordialmente, concebidas como mercadorias na cidade. Paradoxalmente, não é meramente a partir das criações urbanas que ocorre a ressignificação do rural, deve-se ponderar a importância da leitura particular da própria população que vive nesse espaço. A associação dessas percepções caracteriza, por sua vez, o caráter híbrido de componentes urbanos e rurais que conformam as identidades e o território (Rua, 2005).

Por acreditarem que o urbano e o rural são espaços interdependentes, Candiotto e Corrêa (2008) inferem que através do acesso aos modernos veículos de comunicação como a internet, canais de TV, celulares, dentre outros, decorrentes do processo de tecnicização do campo, ocorre uma ampliação e extensão de valores concebidos como urbanos ao espaço rural. Esse fato não configura, contudo, uma urbanização generalizada, física e/ou ideológica do rural, devido à manutenção ou reafirmação de valores típicos desse espaço, sendo que as ruralidades se apresentam como “aspectos identitários do modo de vida rural”. Há um aumento da coexistência entre ações e objetos oriundos do urbano e do rural conformando a hibridez do espaço geográfico (Candiotto e Corrêa, 2008, p. 230; 238).

Nesse sentido, Rua (2006, p. 87) reitera que “o rural permanece como tal, mas recriado e integrado a novas lógicas”, incluindo um viés de revalorização desse espaço e da cultura local, consolidando “atividades rurais e urbanas em áreas interioranas”.

A produção de um rural híbrido transcende as condições materiais e os processos que lhe dão origem. Tal origem está também relacionada à produção de discursos sobre o rural e de poderosas imagens e símbolos, através dos quais, o rural é representado como o “outro” em relação ao urbano. Isto implica em múltiplas narrativas que relacionam as práticas materiais, representacionais e simbólicas, cada uma apresentando características particulares que internalizam relações dialéticas. O hibridismo representa um processo de produção de espaços, feitos territórios, em um movimento de vir-a-ser de perpétua transgressão (criação) (Rua, 2006, p. 89).

Em suas acepções, Biazzo (2008a)¹⁷ interpreta uma “sociologia da ação”¹⁸. “Nela, o que define o espaço são as relações entre os atores, sua disputa de interesses pelo uso desse espaço (...)”, portanto, não encara as categorias de rural e urbano como “tipos de espaço”, mas, como “qualidades das relações sociais e, por isso, trata-se de rural e urbano no local e, não, um local como rural ou urbano”. Com base nisso, contesta-se novamente a ideia de urbanização do rural, respondendo de uma maneira diferenciada, enfatizando que é desnecessário se pensar no desaparecimento do rural ou das manifestações de ruralidades por causa dos processos modernizantes, “pois ambos podem conviver nos mesmos locais, nas práticas dos mesmo atores sociais” (Biazzo, 2008a, p. 139).

Deve-se ter cautela ao aplicar uma diferenciação apenas estatística a espaços urbanos e rurais e, com isso, ocultar as reais imbricações espaciais complementares e contraditórias que estão neles implicadas nesse contexto de interações espaciais.

Às transformações por que passa o rural nos dias atuais, Rua (2006, p. 94) denomina de “urbanidades no rural”, elucidando que “o urbano parece-nos realmente dominante”, na relação assimétrica entre o urbano e o rural. Considera o território e a escala como ferramentas fundamentais para focar o rural e suas transformações atuais.

A ideia de “urbanidades no rural” compreendendo que as especificidades do rural devem ser preservadas, inclusive como bases para ações políticas necessárias – uma reforma agrária diversificada, capaz de contemplar a imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje – e que essa ideia pode auxiliar na análise das múltiplas territorialidades criadas por esse caráter híbrido que o espaço adquire (Rua, 2006, p. 100).

Os elementos que caracterizam determinado local “podem ser de natureza interna e atrair e interagir com os fatores externos, numa combinação multiescalar que caracteriza

¹⁷ Biazzo (2008a) expõe suas considerações sobre as reflexões de outros autores como Remy (1989) e Morimont (1989 e 1997) sobre o rural e a ruralidade. Em suma, eles não vinculam essas categorias a específicos recortes espaciais ou a formas materializadas.

¹⁸ A ideia de “sociologia da ação” vem de Remy (1989) e é colocada por Biazzo no teor de sua interpretação.

cada lugar, de maneira singular. Tudo isto se processa em um movimento histórico que evidencia o dinamismo do espaço geográfico” (Rua, 2006, p. 99).

Com base nisso, se identifica uma interessante reflexão sobre as interações assimétricas entre o rural e o urbano, bem como sobre o global e o local, as quais não recobrem seus conflitos socioespaciais, mas permitem alcançá-los através das constantes mudanças na escala da ação, a qual “se torna, cada vez mais, um elemento definidor dessas interações espaciais, em nosso caso, das interações do rural com o urbano” (Rua, 2005, p.58). O global geralmente se relaciona a um espaço de dominação, o da sociedade urbana, que, de certo modo, leva suas representações aos diversos territórios, contudo, na escala local, elas vigoram, muitas vezes, como frutos de releituras que se processam no seio de manifestações e resistências. É válido lembrar que essas interações são heterogêneas e se dão de modo desigual espaço-temporalmente (Rua, 2005).

A escala da ação é um elemento capaz de definir o teor dessas interações contemporaneamente, enquanto que se tornam menos significativas as abordagens embasadas em recortes administrativos por não abarcarem efetivamente a dinâmica complexa que configura a hibridez do espaço. Essa hibridez é marcada por inter-relações no território em que o urbano interage com o rural transformado, mas que não foi extinto, pois, as ações locais, ainda que sofram interferências da escala externa e mais ampla¹⁹, as interpretam particularmente produzindo territorialidades específicas e que podem, a partir de diferenciadas vivências, adquirir um caráter multiterritorial. Crê-se numa concretude e em movimentos mensuráveis na escala local, mas que, de certo modo, sofrem as interferências globais (Rua, 2006).

O processo de difusão de urbanidades no rural e sua integração a novas ruralidades configura uma hibridez espacial, a qual compreende uma análise não-polarizada cidade e campo, não presumindo uma destruição do rural, mas reconhecendo seu papel, apesar de reconhecer, com ênfase, o comando do urbano atualmente

As “urbanidades no rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. Não se pretende criar conceitos novos que obstaculizem, mais ainda, a discussão, mas indicar: que a ideia de urbanização rural dificulta a compreensão dos processos em curso pelo caráter homogeneizador e simplificador que carrega; que a urbanização, difusa, ideológica/cultural, difícil-

¹⁹ Para Rua (2006, p. 101), poder-se-ia denominar a escala mais ampla, de “urbanização ideológica, difusa, comportamental”, a da sociedade urbana. Por sua vez, as interações entre essa escala e a mais restrita, do lugar, ocorre de forma desigual, “com caráter desigualizador”.

mente pode ser mensurada. A ideia de “novas ruralidades” parece-nos enfatizar por demais a força do rural diante do urbano que, sem dúvida, comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo. Deve-se abrir possibilidades outras para a construção de identidades locais que se territorializam (Rua, 2005, p. 57).

Nessa passagem, percebe-se que João Rua defende, com veemência, um domínio do urbano e aponta uma demasiada força do rural na concepção de novas ruralidades. Diversamente, em suas reflexões sobre as relações cidade e campo no Brasil, Alentejano (2003) examina pontos de vista variados como o de Graziano da Silva (1996), Veiga (2001), Ferreira (2002), Rua (2002) dentre outros, e tece suas considerações particulares sobre a dinâmica desses espaços no século XXI. Desconsiderar a dinâmica própria do rural e atribuí-la ao urbano, mesmo se falando que as especificidades do rural devem continuar sendo percebidas, a propósito das análises de Rua com a adoção das “urbanidades no rural”, coloca esse espaço como um elemento incorporado/incorporador da urbanização, destituindo o seu sentido de categoria de explicação e descrição do real.

Buscando esse sentido, Alentejano (2003) admite que o significado de rural tem sido alterado em função de todas as transformações advindas dos processos urbanos, mas reitera que nem por isso o rural deixará de existir, tampouco pode ser considerado como atrasado e referido apenas em relação com o agrícola. Um desafio certo é a superação dessa visão dual, do urbano tido como moderno e do rural como arcaico, principalmente quando se leva em conta que a difusão tecnológica “integra as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades”, portanto, não se trata de uma transformação de todos os espaços moldados conforme as características da cidade e do urbano, “mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque de ambos” (Alentejano, 2003, p. 33).

Com base nesse autor, questiona-se: será que existiriam vários urbanos e vários rurais? Segue-se com mais reflexões e não respostas arrematadas, sem, contudo, fugir do desafio de reconceituação de urbano e rural, substituindo-os, mas na tentativa de compreendê-los em suas complexidades no cenário atual.

Biazzo (2008b), por sua vez, alega que se ocorrem mudanças no discurso hegemônico, conseqüentemente, as concepções de urbano e de rural também adquirem novos significados, ou seja, há uma convivência discursiva de acordo com a conjuntura e os interesses que são concebidos, muitas vezes, desconsiderando o percebido e o vivido já anunciados por Lefebvre.

Apesar de haver uma recriação constante dos espaços pela lógica do capitalismo e dos discursos hegemônicos por ela se pautarem, Rua (2006) alerta que se deve ater também às resistências relativas às representações do rural. Julga-se, desse modo, necessário repensar o urbano e o rural em suas relações na conjuntura de integração multiescalar, buscando compreender as novas territorialidades híbridas que se consolidam devido a essas interações no processo de produção do espaço das pequenas cidades em geral e de Matipó em particular.

Os geógrafos têm utilizado os vocábulos urbano e rural como categorias operatórias, os quais são referenciados como “conjuntos de formas concretas a compor os espaços produzidos pelas sociedades”. Em outras vezes, mais raras, quando essas concepções tendem a uma construção teórica, são consideradas como “conteúdos ou significados das práticas sociais”, servindo como categorias analíticas que contribuem com o avanço científico (Biazzo, 2008a, p. 133).

A cidade e o campo correspondem às formas no espaço, enquanto o urbano e o rural seriam o conteúdo social dessas formas (Santos, 1993). Numa perspectiva crítica, Biazzo (2008a) aponta importantes contribuições de Carneiro (2003), ao enfatizar que a ruralidade compreende muito mais as manifestações do rural no processo social do que um modo de vida ou um espaço. É necessário pensar o rural através do urbano e vice-versa. Para desnaturalizar referências duais sobre o urbano e o rural supõe-se sua designação mais como representações sociais, o que possibilita, nesses termos, “reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos” (Biazzo, 2008a, p. 141).

Campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social (Biazzo, 2008a, p. 143).

Embasada nessas análises, avalia-se que campo e cidade podem ser considerados como melhores bases empíricas e que urbano e rural são dificilmente mensuráveis ou passíveis de delimitação. Ademais, urbanidade e ruralidade se combinam espacialmente e nos atos de agentes sociais individuais ou coletivos, e são, portanto, heranças, relações, hábitos, conjuntos de ações, origens, os quais combinados geram novas territorialidades que se su-

perpõem. Urbanidade e ruralidade “expressam maior dinamismo através de identidades sociais que se reconstruem” (Biazzo, 2008a, p. 145).

Mencionando a dependência dos pequenos municípios com o rural no decorrer da urbanização brasileira, Wanderley (2001) alerta sobre a importância de se refletir sobre as especificidades desse processo nessa escala, levando-se em conta as relações cidade e campo que aí se manifestam e conformam essas realidades. Concorde-se que o mundo rural não é autônomo nem está alheio à realidade nacional e internacional, mas tem as suas peculiaridades sociais, culturais e históricas diante da sociedade, caracterizando-se como um espaço diferenciado construído socialmente e como lugar de vida, de um cotidiano próprio, identitário.

São inegáveis as mudanças nas relações urbano-rurais e, mesmo considerando um padrão de homogeneização espacial, é importante se pensar nos termos das diferenças nas representações sociais do urbano e do rural, as quais são responsáveis por garantir as posições sociais e a identidade dos sujeitos que vivem na cidade e no campo. Para Wanderley (2001), essas diferenças representativas não estão assentadas no acesso a bens sociais e materiais, hoje difundidos similarmente entre a população urbana e rural, nem no modo de vida característico delas. Tais diferenças vão se manifestar no plano das ‘identificações e das reivindicações na vida cotidiana’, de forma que o ‘rural’ se torna um ator coletivo’, constituído a partir de uma referência espacial e ‘inserido num campo ampliado de trocas sociais’” (*op. cit.* p. 33). O espaço local é por excelência, onde urbano e rural se encontram, reafirmam seus conflitos e tensões e simultaneamente são fontes de cooperação e integração.

Rua (2006) acredita que as reflexões se passam por duas escalas de ação, em que há, por um lado, domínio do espaço pela urbanização comportamental, difusa e ideológica numa escala mais ampla e, por outro, numa mais restrita, sem se ater em demasiado às ações locais, há a possibilidade de realizar “leituras particulares dos movimentos mais gerais, processados localmente” (*op. cit.*, p. 94). Além disso, aponta que a produção e a vivência dos agentes sociais e a produção de múltiplas territorialidades caracteriza um resultado das interações entre o urbano e o rural, a saber, os espaços híbridos. É dessa influência mútua que advém as “urbanidades”, as quais “não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas”, isso reforça que “o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir” (Rua, 2006, p. 95).

As ruralidades, de acordo com as concepções de Candiotto e Corrêa (2008), compreendem objetos, ações e identidades típicos do rural que se manifestam no urbano enquanto as urbanidades correspondem a objetos e práticas de caráter urbano que se inserem no rural. O uso dessas concepções é pertinente para se compreender o caráter híbrido do espaço, pois urbanidades e ruralidades se manifestam como territorialidades/ações sociais e se concretizam no espaço através dos objetos que são identificados pela sociedade como pertencentes ao urbano ou ao rural, incorporando a nova dinamicidade que se faz presente no espaço. “Nos habitantes das cidades predominam as urbanidades e nos do campo, as ruralidades, porém, assim como os urbanos podem apresentar ruralidades, os indivíduos e grupos rurais podem ter territorialidades urbanas (urbanidades)” (*op. cit.*, p. 239). À guisa de confirmação, nessa passagem os autores reiteram que

Os conceitos de ruralidades e urbanidades vêm sendo trabalhados como referências a territorialidades de indivíduos e grupos sociais, sejam elas socioculturais, econômicas e/ou políticas, assim como a objetos e ações característicos do espaço rural ou urbano. Objetos e ações estão, contudo, imbricados, influenciando territorialidades e também demonstrando territorialidades (Candiotto e Corrêa, 2008, p. 231).

Acorda-se com Rua (2006) que uma “visão integradora das territorialidades” possibilita compreender as especificidades de cada esfera conforme as relações que se estabelecem entre o urbano e o rural, nesse caso, tais relações estão implicadas na pequena Matipó. Ao elucidar essa concordância, pensa-se que as “urbanidades no rural” ajudam a entender a complexidade da hibridez espacial, contudo, discorda-se que ela sozinha dê conta de abarcar toda a conjuntura de produção do espaço que se consolida na contemporaneidade, sendo, portanto, essencial, elencar também as ruralidades no urbano. Logo, não se crê na ideia de urbanização total da sociedade, nem que se tenha que ter uma ênfase no urbano para a análise das relações com o rural, tampouco o contrário satisfaria o conteúdo. O que se defende é uma posição dialética para se compreender uma convivência socioespacial, principalmente nas pequenas cidades, do urbano e do rural manifestada pela cidade e pelo campo através das urbanidades e das ruralidades.

CAPÍTULO 3

Caracterização de Matipó e as manifestações da relação urbano e rural na produção do espaço local

Matipó é uma pequena cidade do interior mineiro que abarca uma escala de natureza singular e, portanto, precisa ser contextualizada a partir da realidade local.

Conforme o histórico das cidades do IBGE²⁰, o povoado que deu origem à cidade de Matipó foi possivelmente fundado em 1840 quando surgiram as primeiras habitações. Mendes (2009) afirma que no ano de 1870, o local passou a se chamar São João do Matipó. O segundo nome é devido ao rio que atravessa a localidade - rio Matipó, afluente do Rio Doce pela margem direita. Sobre a origem do nome da cidade, a autora alerta que

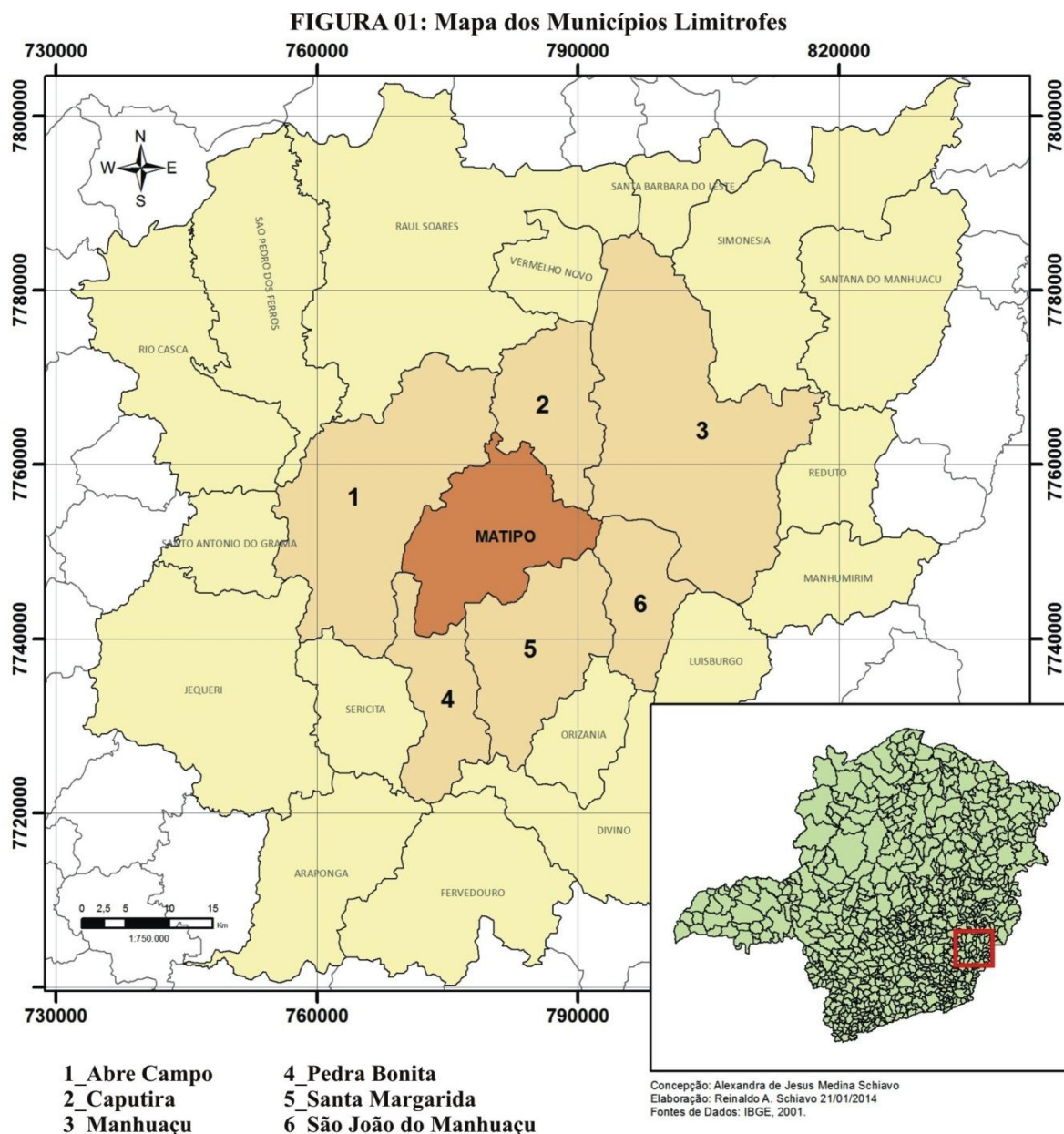
De acordo com o histórico da Prefeitura encontramos duas versões: a palavra de origem indígena “Machi-poo” significa “milho em pó”, isto devido ao fato dos índios plantarem milho no local em que foram construídas as primeiras casas, cabe ressaltar que não se sabe quem atribuiu essa versão e nem baseado em quê. A segunda versão é remetida a Waldemar de Almeida Barbosa (embora não se faça menção à fonte bibliográfica), segundo informações, o topônimo Matipó seria classificado da seguinte forma: “Matipó: etim, mati, matei, pequeno, pó. Pó, mão, cipó, fibra, a mão pequena, o cipozinho, a fibra delgada. (...)o nome da cidade, na realidade, é devido aos antigos moradores da região; índios que moravam à margem do rio que corta a cidade e que possui o mesmo nome – Matipó (Mendes, 2009. p. 39).

Consta que em 1891, segundo informações do IBGE, o então denominado São João do Matipó passou a ser um distrito, pertencente ao município de Abre Campo e apenas em 1938 foi elevado, pelo decreto-lei estadual nº 148 de 17 de dezembro desse mesmo ano, à categoria de município, com alteração toponímica distrital para o nome atual.

O território municipal possui uma área de 266.990 km², estando incluído o distrito de Padre Fialho, localizado a 15 km da sede. Pertencente à mesorregião da Zona da Mata mineira e à microrregião de Manhuaçu, Matipó possui uma população de 17.639 habitantes

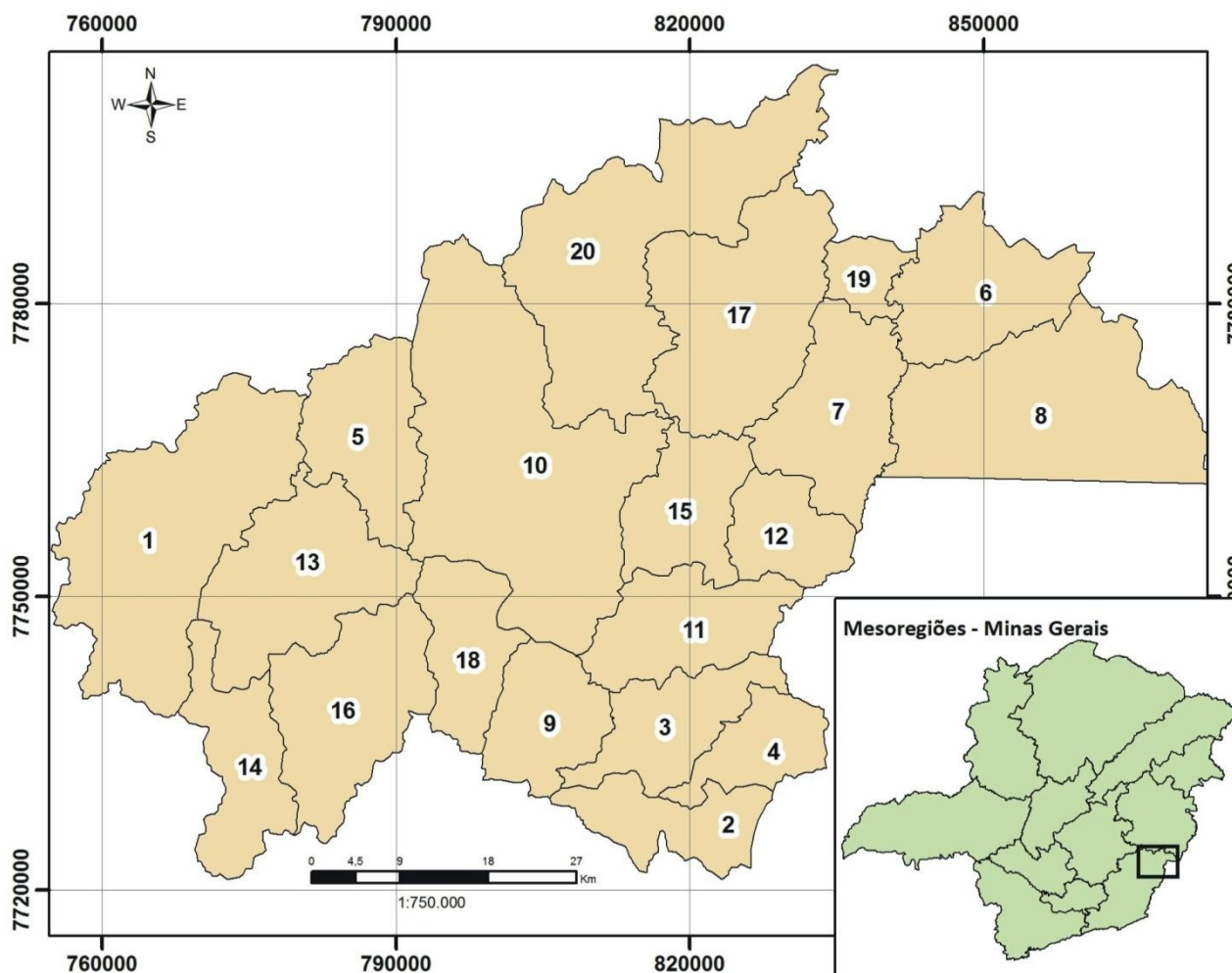
²⁰ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/matipo.pdf>. Acessado em 17/10/2013.

e uma densidade demográfica de 66,07hab/ km² ²¹. O principal acesso à cidade é viabilizado através da BR 262 e a distância até a capital mineira e ao litoral capixaba, especificamente Vitória, é em média 250 km. Os municípios limítrofes a Matipó são Abre Campo, Caputira, Manhuaçu, São João do Manhuaçu, Santa Margarida e Pedra Bonita (ver figuras 1 e 2).



²¹ Conforme o Censo 2010 do IBGE. Ao cruzar as informações, percebeu-se uma diferença entre essas e as contidas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, em que consta que o município possui área de 276,52 km² e uma densidade demográfica de 63,79 hab/km².

FIGURA 02: Mapa da Microrregião de Manhuaçu_MG



Concepção: Alexandra de Jesus Medina Schiavo
 Elaboração: Reinaldo A. Schiavo 18/01/15
 Fonte de Dados: IBGE, 2001

- | | | | |
|------------------|-------------|-------------------|---------------------------|
| 1_Abre Campo | 6_Chalé | 11_Manhumirim | 16_Santa Margarida |
| 2_Alto Caparaó | 7_Durandé | 12_Martins Soares | 17_Santana do Manhuaçu |
| 3_Alto Jequitibá | 8_Lajinha | 13_Matipó | 18_São João do Manhuaçu |
| 4_Caparaó | 9_Luisburgo | 14_Pedra Bonita | 19_São José do Mantimento |
| 5_Caputira | 10_Manhuaçu | 15_Reduto | 20_Simonésia |

Em relação à conformação espacial, não omitindo a dinamicidade que o espaço está sujeito, Matipó possui 9 bairros já consolidados e povoados: Centro, Boa Vista, Exposição, Boa Esperança, Retiro, Loteamento do Jorge, Loteamento do Celinho, Palhada, Loteamento Bom Jesus, e alguns em processo de formação: Loteamento São Paulo, Loteamento Beira Rio, Loteamento Judith Mendes, Loteamento Sizenando e Loteamento do Zé Geraldo²².

²² Nesse mesmo capítulo, no item 3.2, que retrata as percepções sobre a relação cidade e campo relacionadas à dinâmica do solo em Matipó, serão apresentadas mais características da configuração espacial do município.

FIGURA 03
Organização Espacial da Cidade
de Matipó-MG



- Limites entre os Bairros
- A** Boa Esperança
- B** Boa Vista
- C** Centro
- D** Exposição
- E** Loteamento Bom Jesus
- F** Loteamento do Celinho
- G** Loteamento do Jorge
- H** Loteamento Judith Mendes
- I** Palhada
- J** Retiro
- L** Loteamento do Zé Geraldo
- M** Loteamento Beira Rio
- N** Loteamento São Paulo

- 1** Asilo Lar dos Velinhos
- 2** Atacado São João
- 3** Câmara Municipal
- 4** Cemitério
- 5** Clínica Veterinária UNIVÉRTIX
- 6** Drogeria São João
- 7** E. E. do Bairro Boa Vista
- 8** E. E. José Mendes Magalhães
- 9** E. E. Valdomiro Magalhães
- 10** E. E. Waldomiro Mendes de Almeida
- 11** Estádio Boa Vista
- 12** Estádio Manoel Nascente
- 13** Faculdade UNIVÉRTIX
- 14** Hospital Cristo Rei
- 15** Igreja Matriz São João Batista
- 16** Italogard Club
- 17** Parque de Exposição
- 18** Polícia Civil (delegacia)
- 19** Polícia Militar (quartel)
- 20** Policlínica Municipal
- 21** Praça da Exposição
- 22** Praça do Café
- 23** Praça Padre Fialho
- 24** Prefeitura Municipal
- 25** Supermercado e Cafeteria São João
- 26** Terminal Rodoviário

O município conta com uma variedade comercial, sendo que os principais equipamentos da cidade estão situados no bairro Centro, como a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde e Educação, o único Hospital e pronto socorro local, a Igreja Matriz de São João Batista, três hotéis, três, dos quatro supermercados maiores, diversas boutiques e lojas de roupas, calçados e acessórios, açougues, restaurantes, cinco, das oito farmácias, academias de ginástica.

No bairro Exposição localiza-se o “Parque de Exposições” (onde são realizadas as grandes festas locais), além de supermercado, sorveterias, padarias, algumas lojas e duas farmácias. Em 2008 foi instalada uma faculdade de ensino superior, a Univértix, com sede no bairro Retiro, onde também fica o único clube da cidade, que atualmente compõe o campus universitário. Além disso, há diversas mercearias, pequenas vendas e feiras espalhadas nesses e nos demais bairros do município.

Matipó possui cinco agências bancárias, a saber, Banco do Brasil, Itaú, Sicoob, Bradesco e mais recentemente, em 2012 foi inaugurada a Caixa Econômica Federal. Antes de setembro de 2012, a maioria dos serviços relacionados aos direitos trabalhistas, como seguro desemprego e fundo de garantia, eram resolvidos na agência de Manhuaçu, portanto, a instalação da Caixa Econômica representou uma relativa autonomia para resolução dessas demandas aos cidadãos matipoenses.

Essa descrição das pequenas cidades e dos equipamentos que as compõem é um pontapé inicial para o conhecimento da realidade de estudo. Acredita-se na importância de se pesquisar essa escala geográfica e se compreender como são manifestadas as relações sociais e como se concretiza a produção do espaço local, pois, apesar de estarem inseridas de forma desigual deve-se ater, segundo Moreira Júnior (2011) ao “entendimento dessas realidades urbanas, em especial na identificação dos papéis urbanos, das formas espaciais e dos conteúdos socioespaciais que engendram essas cidades”.

Dessa maneira e conforme as ideias de Gomes (2012), é essencial focar as singularidades locais, uma vez que as diferentes localidades produzem particularidades que não harmonizam-se, ao menos aparentemente, com as formas e processos globalizantes que tentam alcançar a homogeneidade das múltiplas realidades, um vez que “lógicas locais se sobrepõem a lógicas globais”.

Para um conhecimento mais apurado da localidade estudada, é pertinente analisar o comportamento demográfico através de alguns dados censitários. As tabelas 2 e 3 se referem à evolução urbana de Matipó entre 1970 e 2010 e retratam a população residente por

situação de domicílio. Acredita-se que “a classificação de população rural e urbana dentro dos municípios se dá apenas em função da localidade” (Rosa e Ferreira, 2010. p.189), por isso, apesar dos números serem importantes, avalia-se que a associação deles a aspectos mais qualitativos permite uma melhor compreensão das relações estabelecidas entre esses espaços.

Tabela 2: População residente por situação de domicílio no município de Matipó-MG (número de pessoas)

| Situação de domicílio | Ano | | | | |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Urbana | 4422 | 6518 | 9157 | 11679 | 13832 |
| Rural | 6648 | 4967 | 5194 | 4612 | 3807 |
| Total | 11070 | 11485 | 14351 | 16291 | 17639 |

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 3: População residente por situação de domicílio no município de Matipó-MG (percentual)

| Situação de domicílio | Ano | | | | |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Urbana | 39,95 | 56,75 | 63,81 | 71,69 | 78,42 |
| Rural | 60,05 | 43,25 | 36,19 | 28,31 | 21,58 |

Fonte: IBGE (2010)

Um fato a se destacar entre as duas primeiras décadas é que na primeira, o índice de população rural (6.648) se sobrepunha à urbana (4.422 pessoas) o equivalente a quase 40%. Contudo, em 1980, 56,75% da população residia na zona urbana. Desde então, há um constante aumento de população nessa área, passando em 1990 a 63,81% e nos anos 2000 e 2010 a um valor superior a 70%. Do total de 11070 habitantes em 1970, visualiza-se um aumento gradativo perpassando as quatro décadas de referência, sendo que entre 1980 e 90 é que se presencia o aumento mais significativo, de quase três mil pessoas.

Como já referenciado anteriormente, o censo de 2010 revelou que o município possui um contingente populacional de 17.639 habitantes, realidade em que 13.832 residem no meio urbano e 3.807 no meio rural, esses valores permitem avaliar o constante aumento das pessoas que vivem e/ou passam a viver em cidades.

Nota-se que, entre 1970 e 1980, a configuração espacial detinha o maior número de pessoas na zona rural e, seguindo uma tendência brasileira observada em outras escalas de análise, Matipó teve uma intensificação do processo de urbanização a partir de 1980, período em que houve uma inversão nos índices populacionais com a concentração da maior

parte da população na zona urbana, ainda que não muito expressiva nos últimos vinte anos. A população rural, por outro lado, tendeu à queda constante pós 1970.

Constata-se, de acordo com as mudanças na estrutura demográfica, que de aproximadamente 40% do total em 1970, a população urbana passa a quase 80% em 2010, ou seja, em 40 anos ela dobra. Inversamente, a população rural decresce de 60,05% em 1970 para uma média de 22% em 2010. Verifica-se, portanto, através das taxas de população residente, que Matipó passa a ser considerado, para fins formais, predominantemente urbano a partir dos anos 1980 e que, mesmo tendo o ritmo de crescimento da cidade diminuído a partir de 1990, a população rural vem se reduzindo.

A taxa de urbanização, conforme o Atlas Brasil (2013), sofreu alterações significativas, de 63,81% em 1991, aumenta para 71,69% em 2000 e, em 2010, se eleva aos 78,42% no município. Acredita-se que a maior taxa de urbanização não significou um isolamento entre espaços urbanos e rurais, pelo contrário, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e o facilitado acesso aos diversos lugares há uma redefinição das morfologias espaciais e uma alteração da tradicional separação entre os papéis e entre os conteúdos sociais e culturais da cidade e do campo, ampliando a impressão de indefinição e superposição entre eles (Sposito, 2010).

O viés qualitativo dos conteúdos e papéis impressos em Matipó através da relação urbano e rural está presente nas ações e nas práticas socioespaciais dos diversos sujeitos que compõem e vivenciam a realidade local. Na citação de 1958 de Orlando Valverde, pode-se verificar a importância da atividade cafeeira para o local e seu entorno:

O café adquire nessas áreas uma importância maior que em qualquer outra parte da Zona da Mata, sendo que perto de Matipó existem fazendas de café realmente muito boas, com sedes luxuosas. As propriedades são grandes, o café é explorado a meia ou 'por turma'. (...) Estas fazendas de café compreendem o trecho que vai de Abre Campo (A Zona da Mata começa a uns 11 quilômetros a leste dessa cidade) até cerca de 6 quilômetros a oeste do povoado de Santo Amaro. (Valverde, 1958, p. 58)

É válido ressaltar que Matipó encontra-se exatamente entre Abre Campo e Santo Amaro, ou seja, é uma das áreas em que o café assume um papel fundamental na economia da cidade. O comércio e o setor de serviços se desenvolveram consideravelmente com o aumento da área urbanizada e com o crescimento populacional. Atrelado a esses setores, a cafeicultura continua sendo um importante fator da economia local, responsável por envol-

ver significativa parte da população, especialmente no período da colheita do café, temática que se desenvolve nas próximas linhas.

3.1: O setor agrícola e a produção do espaço em Matipó: a evidência da cafeicultura

Entende-se que a organização interna de muitas cidades, em especial as pequenas, está diretamente ligada às relações que são estabelecidas com o campo. Matipó, consoante à realidade da Zona da Mata mineira, tem em sua paisagem um destaque para o café como uma cultura representativa que envolve grande parte da população.

Essa cidade carrega consigo alguns traços típicos da ruralidade, porém, as formas e os hábitos urbanos se mesclam a eles conformando a peculiar realidade local, singularidade que merece consideração e que será desenvolvida no decorrer desse capítulo perante uma análise da produção espacial local.

Nas concepções sobre as pequenas cidades abordadas por Corrêa (2011), o autor alega que nessa escala a população local se envolve tanto nas atividades referentes à esfera agrária quanto as direcionadas à transformação e circulação de mercadorias e à prestação de serviços.

De acordo com o Atlas Brasil 2013, em Matipó, no ano de 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 51,38% trabalhavam no setor agropecuário, 0,76% na indústria extrativa, 2,46% na indústria de transformação, 4,21% no setor de construção, 0,69% nos setores de utilidade pública, 10,94% no comércio e 27,04% no setor de serviços.

Embora a população matipoense seja eminentemente urbana, ocupando atividades econômicas na cidade, a maior parte está envolvida com o setor agropecuário, especialmente com o café. Para descrever a produção agropecuária municipal, serão utilizados dados fornecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, (EMATER-MG) referentes ao município e compilados nas tabelas a seguir.

A safra pecuária do município é voltada à bovinocultura de leite e a safra agrícola às plantações de eucalipto, cultura anual de grãos representada pelo café, o milho e o feijão.

Tabela 4: Safra Pecuária - Bovinocultura de Leite 3/2015 - Matipó MG

| Prod. estim. leite/ano (mil litros) | Nº de vacas ordenhadas | Produção de leite mensal (mil litros) | Produtividade (litro leite/vaca/dia) | Pastagem formada (ha) | Nº Agric. Familiares | Nº Agric. Não Fam. | Produção Agric. Fam. (mil litros) | Produção Agric. Familiar (%) |
|-------------------------------------|------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| 3.870,00 | 3550 | 322,5 | 2,98 | 2.000,00 | 200 | 10 | 15,16 | 4,7 |

Fonte: EMATER (2015)

Na safra pecuária do primeiro trimestre de 2015, visualiza-se que são produzidos mais de 300 mil litros de leite ao mês, numa pastagem formada de dois mil hectares, sendo que dos 210 produtores, a maioria são da agricultura familiar, apenas 10 não pertencem a essa categoria. Esse dado revela o contraste no processo de produção, pois, apenas 4,7% do leite é produzido por agricultores familiares, o que corresponde a 15,16 mil litros de um total de 322,5 mil litros.

Tabela 5: Safra Agrícola – Eucalipto – Matipó MG

| Cultura Permanente (Perene/Semi Perene) 4/2015 | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| | Área em Produção (há) | Área em formação (ha) | Área total (ha) | Produtividade (t/ha) | Produção Estimada (t) | Área colhida (há) | Nº Agric. Familiares | Nº Agric. Não Familiares | Produção de Agric. Familiar (t) | Produção Agric. Familiar (%) |
| | 75 | 75 | 150 | 30 | 2250 | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 |
| Total Geral | 75 | 75 | 150 | 30 | 2250 | 0 | 100 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: EMATER (2015)

No primeiro quadrimestre de 2015, na safra agrícola de cultura permanente, perene e semi perene, tem-se uma área total de 150 hectares, somando a área em produção e a ainda em formação, com uma produtividade de 30 toneladas de eucalipto por hectare e uma produção estimada de mais de duas mil t/ha, com 100 agricultores familiares.

Tabela 6: Safra Agrícola – Feijão e Milho – Matipó MG 4/2015

| | Área estimada (ha) | Área plantada (ha) | Área perdida (ha) | Área colhida (ha) | Produtividade (kg/ha) | Produção estimada (t) | Produção colhida (t) | Nº Agricultores Familiares | Nº Agricultores não Familiares | Produção Agricultura Familiar (t) | Produção Agricultura Familiar (%) |
|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Feijão 1a | 600 | 600 | 0 | 600 | 1200 | 720 | 720 | 200 | 0 | 720 | 100 |
| Feijão 2a | 400 | 400 | 0 | 0 | 1200 | 480 | 0 | 200 | 0 | 480 | 100 |
| Milho | 1500 | 1500 | 0 | 500 | 2400 | 3600 | 1200 | 200 | 0 | 3600 | 100 |
| Total Geral | 2500 | 2500 | 0 | 1100 | 1920 | 4800 | 1920 | 600 | 0 | 4800 | 100 |

Fonte: EMATER (2015)

Conforme o relatório de produtos por município da EMATER, nos quatro primeiros meses de 2015, um total de 200 agricultores familiares de Matipó produziram e colheram uma primeira safra de feijão numa área de 600ha obtendo uma produtividade de 1200 kg/ha ou 720 toneladas. Na segunda safra, a área plantada é de 400ha e a estimativa de produção é de 480 toneladas. Na categoria de cultura anual de grãos, mais de 1500ha são de área plantada de milho. Já foram colhidos 500ha, numa produtividade que corresponde a 2400kg/ha ou 1200 toneladas, e a produção total estimada é de 3600 toneladas. Em Matipó, 100% da produção de feijão e de milho é feita pela agricultura familiar.

Tabela 7: Safra Agrícola – Cafeicultura – Matipó – MG (2015)

| | Área em Produção (ha) | Área em formação (ha) | Área total (ha) | Produtividade (saca 60 kg benef/ha) | Produção Estimada (saca 60 kg benef/ha) | Área colhida até esta data (ha) |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|-------------------------------------|---|---------------------------------|
| Café Arábica | 5850 | 500 | 6350 | 20 | 117000 | 0 |
| Total Geral | 5850 | 500 | 6350 | 20 | 117000 | 0 |

Fonte: EMATER (2015)

Com maior representatividade do setor agrícola na produção local, a área em produção da cafeicultura corresponde a 5850ha e a área em formação a 500ha, ocupando um total de 6350ha de terra. Até abril, a produtividade era de 20 sacas de 60kg de café beneficiado²³ por hectare e a produção estimada é de 117 mil sacas de 60kg de café beneficiado, sendo que apenas 468 delas, valor correspondente a 0,40% dessa produção, é mediante a agricultura familiar.

Até esse período, o café ainda não havia sido colhido, pois, o período da colheita se inicia em abril, contudo devido à falta de chuva suficiente, esse ano se iniciou às vésperas de maio e segue, aproximadamente, até agosto/setembro. Essa é exatamente a fase que mais interessa a essa pesquisa, por envolver boa parte da população, além dos agricultores, e demonstrar de modo efetivo as relações urbano e rurais manifestadas através da prática espacial dos sujeitos sociais da cidade e do campo.

O contingente populacional que trabalha na produção do café em Matipó, desde o preparo do solo, adubação até o plantio e a colheita é significativo. No período da safra e, principalmente na época da colheita, é perceptível a maior dinamicidade comercial, sendo que, semanalmente, a renda é distribuída entre a população que, nas entre-safras, ficam

²³ O café beneficiado é aquele que já foi limpo, ou seja, já passou pelo processo de lavagem, secagem e também de remoção da casca, corresponde a grãos crus.

potencialmente desempregadas e/ou não tem um emprego fixo, quando necessário, fazem bicos para obter alguma renda. Os trabalhadores rurais, conhecidos como boias-frias, fomentam o setor comercial principalmente no período enaltecido pela colheita do café a cada ano.

Em alguns apontamentos sobre as pequenas cidades, há uma passagem de Corrêa (2011) que reflete bem uma realidade recorrente em Matipó:

A confluência entre o urbano e o rural estava também presente no ritmo da vida da pequena cidade, que dependia do ritmo das atividades agrícolas. O período da colheita significava abundância e recursos monetários, período de festa e comemorações. A entressafra significava um período no qual a vida econômica e social caracterizava-se por um declínio sazonal. (Corrêa, 2011, p. 8)

Não obstante, faz-se justo reconhecer que, como em outros espaços, em Matipó, “as atividades agrícolas sendo complementadas e consolidadas no espaço urbano, caracterizam, de certa forma, um dos vínculos estabelecidos entre cidade e campo” (Rosa e Ferreira, 2010, p. 197). Os vínculos entre o urbano e o rural tornam pertinente uma análise mais aprimorada sobre a problemática na escala local.

Na época da colheita do café, um número significativo de pessoas intercala ou até deixa seus postos de trabalho cotidiano como de empregadas domésticas, balconistas nos comércios, serventes de pedreiro dentre outros, para se dedicar à colheita, tendo em vista a renda complementar obtida exercendo esse serviço. Essa situação cria uma maior circulação de dinheiro no município em determinados períodos. Entre os meses de maio a agosto/setembro, como já enfatizado, a paisagem da cidade se transforma, muitos cidadãos se envolvem na “panha do café”, termo usado para se referenciar a esse período na cidade e, mais diretamente entre os trabalhadores. Esse fato reflete a pluriatividade desses sujeitos que são rurais e ao mesmo tempo urbanos, demonstrando a intrínseca relação estabelecida entre esses espaços através do exercício dessas atividades.

Cabe enfatizar em relação ao café, que seu cultivo é de grande importância na cidade, e que por si só, é uma atividade responsável por alterar as dinâmicas cidadinas locais e regionais anualmente, pois, nos períodos da safra tornam-se mais atraentes os setores agrícola e comercial. Este último por promover uma maior circulação de renda e, consequentemente, dos produtos e mercadorias entre a maioria da população mais pobre, e aquele por aumentar a oferta de trabalho às pessoas em geral, possibilita aos empreendedores maiores lucros e a realização de novos investimentos. A articulação dos setores econômicos em

Matipó possibilita compreender, como discorre Carlos, que o espaço “se reproduz enquanto condição da reprodução continuada e, nesse sentido, atrai capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução” (Carlos, 2011, p. 67).

Diante dessa reflexão, direciona-se a atenção para o espaço rural em Matipó através de outros dados disponibilizados pela EMATER - MG sobre a safra 2013/2014 e os investimentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF tem como propósito financiar projetos de estímulo e geração de renda para os assentados da reforma agrária e os agricultores familiares. Os créditos são destinados a financiar atividades e serviços rurais relativos (ou não) à agropecuária que são desenvolvidos no próprio estabelecimento rural ou mesmo em áreas comunitárias próximas a ele. Todos aqueles que fazem parte das unidades familiares e lidam com a produção rural podem ser beneficiários desse programa, mas um requisito é obter a Declaração de Aptidão ao Programa (DAP) e se enquadrar em um dos grupos descritos pelo mesmo²⁴.

A tabela 8 trata do fornecimento de crédito através do PRONAF referente à safra 2013/2014 de Matipó e de seus municípios limítrofes. A tabela 9 é sobre a população residente por domicílio localizado na zona urbana ou rural dessas mesmas localidades referentes ao censo de 2010 realizado pelo IBGE.

Tabela 8: Safra 2013/2014

| Cód. Munic. IBGE | Município | Contratos | Valor |
|------------------|----------------------|-----------|---------------|
| 50452 | SÃO JOAO DO MANHUACU | 240 | 2.687.471,43 |
| 7364 | CAPUTIRA | 246 | 2.828.562,49 |
| 10162 | MATIPO | 256 | 4.406.429,60 |
| 28587 | SANTA MARGARIDA | 457 | 7.224.552,20 |
| 33651 | ABRE CAMPO | 496 | 6.062.998,16 |
| 23362 | MANHUACU | 940 | 14.141.880,32 |

Fonte: EMATER (2015)

Tabela 9: População residente por domicílio (2010)

| Município | Zona Urbana | Zona Rural | Total |
|----------------------|-------------|------------|-------|
| CAPUTIRA | 5251 | 3779 | 9030 |
| SAO JOAO DO MANHUAÇU | 4806 | 5439 | 10245 |
| ABRE CAMPO | 7281 | 6030 | 13311 |
| SANTA MARGARIDA | 7626 | 7385 | 15011 |
| MATIPO | 13832 | 3807 | 17639 |
| MANHUACU | 64839 | 14735 | 79574 |

Fonte: EMATER (2015)

²⁴ Para mais informações sobre o PRONAF, os grupos de beneficiários e o DAP, consulte o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFAQ> e <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acessado em 22 de maio de 2015.

A análise desses dados será feita mediante a comparação da população, especialmente a rural, de cada município e o valor recebido pelo PRONAF por número de contratos.

Em São João do Manhuaçu e Caputira foram estabelecidos 240 e 246 contratos, respectivamente, e mais de dois milhões e meio de reais para cada, concedidos pelo PRONAF aos produtores rurais. Ambos os municípios tem população total²⁵ entre nove e dez mil habitantes, sendo o primeiro com uma população rural mais significativa que o segundo.

Em Matipó, foram 256 contratos e quase quatro milhões e meio de reais, o equivalente a uma média de mais de dezessete mil por produtor. Sabe-se que o crédito é concedido conforme o projeto e o investimento de cada agricultor, logo, os repasses são valores diferentes conforme a solicitação e a necessidade, alguns podem receber um valor exorbitantemente maior que outros.

Matipó possui índice populacional superior ao de Santa Margarida, mas os residentes em domicílio rural representam mais nesse município, somando quase metade do total. Lá, foi recebido um valor superior a sete milhões distribuídos entre mais de 450 contratos.

Exceto Manhuaçu, as pequenas cidades retratadas nas tabelas possuem menos de vinte mil habitantes, e, dentre elas, Abre Campo é a que possui mais contratos, 496, e recebe mais de seis milhões do PRONAF. A referência regional, Manhuaçu, é também uma pequena cidade, mas com as peculiaridades que as relações entre seus quase oitenta mil habitantes estabelecem. Com quase quinze mil pessoas residentes no espaço rural, essa localidade recebe um valor superior a quatorze milhões distribuídos entre 940 contratos.

Através do número de contratos e do valor recebido para a agricultura familiar em Matipó, acredita-se que essa pequena cidade se conforma socioespacialmente influenciada pela vivência rural, e se dispõe com base nas relações estabelecidas com o campo. Ainda que não se mensure efetivamente como é feita a distribuição do financiamento e se o investimento é mesmo alocado para o trabalho no campo, são números gerais que permitem avaliar, no mínimo, que esses contratos são firmados entre o governo e algum trabalhador rural.

²⁵ O censo de 2010 é a referência para tecer essa comparação por ter dados mais precisos em relação à população residente no rural, contudo, deve-se considerar que, possivelmente, houve alterações demográficas nos anos posteriores, até o período dos dados do PRONAF sobre a safra 2013/2014.

Este, por sua vez, é um sujeito fundamental para se retratar a realidade matipoense, portanto, as próximas linhas são dedicadas ao entendimento do seu perfil, de sua atuação e seu papel no processo de produção do espaço desta localidade.

3.1.1: Sobre o perfil dos trabalhadores rurais das lavouras de café

Em todo o processo da produção do café há o envolvimento de um grande número de sujeitos, os quais se encarregam de exercer seus papéis conforme o desenvolvimento dessa cultura agrícola, sendo que alguns participam em todas as etapas.

Além do proprietário das lavouras, que arca com os investimentos e arrecada os lucros advindos dessa atividade, os trabalhadores rurais é quem são os responsáveis mais diretos, e atuam desde a plantação até a colheita. Como se verá adiante, é essa a fase que agrega mais quantidade desses sujeitos, por isso, se dará maior ênfase a eles²⁶.

Resguardadas as devidas conjunturas socioespaciais e socioeconômicas, ainda hoje os vínculos entre o produtor rural e as pessoas que trabalham na roça são passíveis de descrição à maneira como fez Orlando Valverde em 1958, quando afirmou que

As relações de produção entre fazendeiros e trabalhadores rurais permanecem as mesmas que na zona vizinha dos latifúndios de criação, as quais são os trabalhos “por turma” para o café e a meação para as demais culturas. No trabalho por turma, os fazendeiros pagam por dia aos agricultores Cr\$ 50,00 a seco, ou Cr\$ 30,00 com comida (Valverde, 1958, p. 57).

Conforme entrevista realizada com dois desses trabalhadores,²⁷ constatou-se como, hierarquicamente se organizam funcionalmente para o trabalho. Antes, porém, frisam-se algumas características desses sujeitos, tão importantes no processo de produção da cafeicultura.

O turmeiro A mora no bairro centro e há 33 anos exerce essa função e há 14 trabalha para o mesmo produtor rural, um dos maiores do município. O turmeiro B mora no Loteamento do Celinho e trabalha há 14 anos nessa função. Ambos já residiram na roça, mas já vivem na cidade há aproximadamente 30 anos.

²⁶ A prioridade é focar no papel e perfil dos turmeiros e dos colheitadores.

²⁷ A entrevista foi realizada no dia 21 de abril de 2015 na residência dos turmeiros. Optou-se por entrevistar o turmeiro, por ser dele o papel de articular e administrar as relações estabelecidas entre o patrão, os trabalhadores e o trabalho em si, no campo.

Foi embasado no relato deles que se descreveu tanto o seu papel como o dos demais sujeitos envolvidos nos trabalhos desenvolvidos na cultura cafeeira. O *patrão* é o contratante de todos os trabalhadores e aquele que direciona as ordens primeiras ao *encarregado*, o qual tem a principal função de repassar essas ordens ao *turmeiro* e não diretamente aos demais. Cabe ressaltar que isso não significa inexistência de um contato entre esse sujeito e o patrão e aquele com os outros, mas que há uma distribuição de papéis a serem desempenhados por cada um.

O turmeiro é o responsável por contatar as pessoas na cidade e com elas formar as turmas que irão para as lavouras, organizar a logística de condução para levá-las até o local de trabalho, além de fiscalizar o serviço de todos os trabalhadores e seu desenvolvimento na atividade de colheita. Esse sujeito social também tem autonomia para administrar e negociar os valores a serem pagos, pois os patrões quase não vão às lavouras. Não é o caso dos sujeitos entrevistados, mas em muitos casos, ele ainda realiza, semanalmente e em sua própria residência, os pagamentos aos lavradores²⁸.

Em relação ao turmeiro A, o pagamento é feito pelo próprio patrão e pelo contador a cada sexta-feira em um escritório na própria fazenda. Ele considera importante não ficar com mais essa função, pois além de todo o trabalho desempenhado dia após dia, lidar com tamanha quantia de dinheiro seria inviável, até por medo de ser roubado.

Percebe-se que esse é o trabalhador responsável pela qualidade da colheita, cuidando para que os pés de café ou cafeeiros não sejam quebrados e para que os colheitadores exerçam sua função com eficiência. Mas, além de fiscalizar, esse profissional atua também na adubação e na capina. De acordo com o turmeiro A, ele poderia também colher o café e teria mais renda, contudo, isso poderia interferir em seu trabalho de acompanhar cada colheitador presente na lavoura, desqualificando seu papel principal.

No caso de necessidade de ausência do turmeiro, é preciso que haja outro sujeito para assumir seu posto e coordenar o trabalho, esse é mais conhecido como o *cachimbo*.

Os *colheitadores*, por sua vez, são aqueles que, como a própria denominação indica, colhem o café nas lavouras e se configuram em um grande número nos meses mais expressivos da safra. Normalmente, os trabalhadores rurais exercem suas atividades na roça de segunda a sábado, sem paralisação aos feriados.

Às vésperas da colheita, os turmeiros vão ao encontro dos trabalhadores, maioria residente nos bairros Boa Vista, Bom Retiro e Loteamento do Celinho (cf. dados da pes-

²⁸ Os dois turmeiros já realizaram pagamentos semanais aos colheitadores, contudo, atualmente não o fazem.

quisa realizada pela Univertix). Algumas vezes, acontece o processo inverso, em que o turmeiro é procurado pelos trabalhadores em sua residência. Alguns deles já trabalham há anos com o café e são antigos companheiros, o que facilita o contrato.

Apesar da maioria dos colheitadores de café ser dos bairros supracitados, o tradicional ponto de encontro deles e dos turmeiros é no bairro Centro, próximo à prefeitura municipal ou à avenida central, onde os ônibus, micro-ônibus, vans e caminhões passam buscando-os para seguir até as fazendas e lavouras. Em menor proporção, há encontro também no bairro Palhada e alguns carros menores vão até o Boa Vista. Apesar de serem proibidos, muitos produtores ainda transportam seus funcionários em carrocerias de caminhonetes e caminhões, sem uma infraestrutura de segurança, correndo risco de vida.

O horário de saída da cidade costuma ser às 6:30, e o deslocamento depende da localização das fazendas em que se direcionam cada veículo. Há uma hora para o almoço e trinta minutos para o café. Às 16:30 param os trabalhos e os colheitadores retornam para o descanso em suas residências na cidade.

Segundo os turmeiros entrevistados, a colheita desse ano se iniciou fraca em abril devido ao baixo índice pluviométrico e a intensidade do sol, e até então, haviam contratado poucos trabalhadores para catar o café e arruar. “A safra desse ano atrasou por causa do tempo, não choveu na hora certa”. A colheita atrasou mais de mês, pois “já era para estar embalada a *panha* que geralmente começa no início de abril” (Turmeiro A). “A colheita depende do tempo, esse ano como faltou chuva, atrasou um bocado” (Turmeiro B).

Com o embalo da *panha*, durante os quatro meses em que a colheita fica mais promissora, o turmeiro A costuma contratar em torno de 100 funcionários, todos eles com registro em carteira e o B, umas 50 pessoas²⁹.

A remuneração aos colheitadores varia de acordo com os patrões, o tamanho das lavouras e a quantidade de café disponível para ser colhida. Em fins da década de 1950 Valverde (1958, p. 58) já retratava como se consolidam os pagamentos, “a diária paga aos trabalhadores é da ordem dos 45-50 cruzeiros; na colheita, eles recebem Cr\$ 20-25 por balaio de 60 litros. O cafezal dura até 30 anos nas terras boas, nas fracas dura somente 20 anos” (Valverde, 1958, p. 58).

Para o ano corrente, estima-se que depende das condições da lavoura, quando ela está fraca, como no caso de abril de 2015, pagam em média R\$20 a diária, quando está mais abundante, pagam entre R\$12 e R\$18 por balaio de café, o equivalente a 65 litros.

²⁹ O turmeiro B não mencionou se os trabalhadores são ou não registrados.

Na colheita de 2014, muitos trabalhadores compraram máquinas de colher café, todavia, esse ano não estão utilizando-as. Muitos patrões compraram para seus funcionários sob a condição de que eles fossem pagando o valor referente a ela por semana. “Geralmente o patrão compra e vai descontando 100 por semana”, afirmou o turmeiro A. Segundo ele, a máquina com vinte dedos acaba com o pé de café, arranca galhos, estraga muito a lavoura. A com dez dedos, não afeta tanto o cafeeiro, mas mesmo assim, os proprietários não estão aceitando. Segundo o turmeiro B, a máquina é muito útil, mas o grão precisa estar maduro, murcho e seco. Se estiver colorido e verde, gasta mais petróleo e ainda estraga a lavoura.

Com esse instrumento, a quantidade de café colhida por dia aumenta exorbitantemente, chegando a 1500 litros e a renda semanal dos trabalhadores pode chegar a 1800 reais. Além de servir para colher o café, a máquina, que gasta em média 3 litros de gasolina por dia, serve também para o roçado, geralmente feito em dezembro. Sem a máquina, as pessoas mais lentas alcançam 4 ou 5 balaios por dia, já as mais ágeis, colhem cerca de 10 balaios, de 500 a 700 litros e a renda média semanal pode atingir até 450 reais.

Com exceção da fase de colheita, há dois principais produtores³⁰ que contratam mais trabalhadores, em média 500, no restante do ano. Segundo A, “durante o ano, devido à falta de serviço na roça, os contratados costumam trabalhar três dias e folgar três, devido ao sol intenso”.

Os entrevistados afirmaram que a maioria dos contratados não tem outro emprego. Alguns empregados em outros locais costumam, estrategicamente, tirar suas férias nessa época para garantir um aumento na renda trabalhando na colheita.

Um fato curioso que ocorre entre as turmas é uma disputa pelos “panhadores” pela manhã, enquanto aguardam o transporte que os levará aos locais de trabalho. Ocorre que, o turmeiro de outra fazenda aborda funcionários já contratados por outro, ofertando melhor pagamento ou prometendo mais dias de serviço.

Para o turmeiro A, se essa abordagem fosse feita na casa dos trabalhadores, no dia anterior, tudo bem, mas, sendo na hora de ir para o trabalho isso é uma ação que se configura como “sacanagem”, pois, desfalca o grupo de companheiros para exercer o trabalho daquele dia em uma lavoura específica.

³⁰ Lúcio Chaves e o Grupo Gardingo.

Para o turmeiro B, os próprios trabalhadores rurais especulam entre si o valor pago pelos diversos proprietários, além de procurar saber onde tem mais café e a possibilidade de colher mais e obter melhores rendas.

Na entre-safra, ainda há alguns postos de trabalho na roça, permanecendo poucas pessoas no restante do ano desempenhando as outras atividades. Quando finda a colheita em Matipó, final de agosto e início de setembro, é rescindido o contrato da maioria, alguns patrões dispensam os funcionários, outros não, pois tem outras tarefas como a adubação, tirar sementes do chão, tem os responsáveis por jogar remédio para segurar a folha. O turmeiro B disse que “fracassou muito esse negócio de serviço de roça, devido a roçadeira e remédio, *roundup*”.

Muitas vezes, os eventuais desempregados reservam uma economia para manter as despesas na entressafra e/ou fazem alguns bicos até a colheita do próximo ano. “Tem dias que se vê a praça cheia de homens, parados, por falta de serviço. Tem gente que passa até falta do rango, de comida, porque não tem lugar de trabalhar” (Turmeiro A). “Terminou a safra, aquele que segura um dinheiro, passa bem, mas quem não consegue passa muito aperto, tem que fazer bicos” (Turmeiro B).

Além de trabalhar na colheita de café em seu próprio município, muitos produtores da região, a exemplo de Manhauçu, costumam buscar esses profissionais em Matipó para atuarem em suas lavouras. Alguns deles se deslocam para colher café no Espírito Santo após cessar a “panha” nessa pequena cidade.

Afim de melhor traçar algumas características desses trabalhadores, utilizar-se-á de dados de uma pesquisa desenvolvida pela faculdade Univértix em 2009 em relação ao perfil dos colheitadores de café do Bairro Boa Vista, derrçadores como intitulado na mesma. As informações constam no relatório final de um programa social e multidisciplinar dessa instituição, o qual retrata informações importantes que abarcam a realidade dessa população na fase de colheita do café em Matipó.

Também foram entrevistados moradores de outros bairros como o Loteamento do Celinho e o Boa Esperança, os quais estão, de certo modo, amalgamados ao Boa Vista pela miscelânea das construções espaciais e pelo convívio dos moradores e a confluência de suas ações sociais. Todos eles, conforme os dados do relatório somam quase 77% dos trabalhadores que atuam na colheita. Além desses, no bairro Bom Retiro, popularmente conhecido como Kelé, residem 17,95% dos agentes e na Palhada, 5,13%. Concebe-se que

esses bairros, especialmente o Boa Vista, concentram a maioria dos agentes que se envolvem mais diretamente na “panha do café” no município de Matipó (vide tabela 10 abaixo).

Tabela 10: Local de residência dos colheitadores de café

| Bairro | % |
|-----------------------|-------|
| Boa Vista | 58,97 |
| Bom Retiro | 17,95 |
| Loteamento do Celinho | 15,39 |
| Palhada | 5,13 |
| Boa Esperança | 2,56 |

Fonte: Univértix (2009)

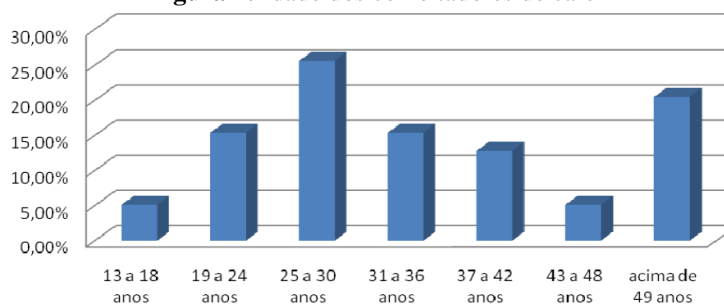
Como discute Carlos (2012), a prática social se efetiva no espaço, e este, por sua vez, é reproduzido enquanto aspecto de reprodução da vida, fato que suscita considerar as relações que se estabelecem entre sociedade e espaço e suas recíprocas influências. Diante disso, serão demonstradas interpretações do projeto referenciado acima, sobre essas relações no seio da sociedade matipoense, frisando-se que a pesquisa não abarca todo o município, mas alguns bairros.

Considerando o café como forte especialidade de Matipó e região, o objetivo principal da pesquisa foi descrever características dos responsáveis por sua colheita, fonte de geração de emprego e renda, além de seu perfil na sociedade. Do relatório final, serão utilizados alguns dados em gráficos e números que são de maior interesse a esse estudo.

A maior parte dos entrevistados é do sexo masculino, em torno de 90% e o restante do sexo feminino, o que se justifica, segundo o relatório, por ser um tipo de trabalho que exige um grande índice de condições físicas, portanto demanda maior esforço das mulheres. Contudo, o gênero se faz presente com vigor, levando em conta a sua presença no mercado de trabalho de um modo geral. Muitas mulheres, inclusive, abrem mão de outros serviços na cidade porque sabem que vão obter uma renda melhor na colheita.

A idade dos trabalhadores varia desde os 13 até acima de 49 anos.

Figura 4: Idade dos colheitadores de café

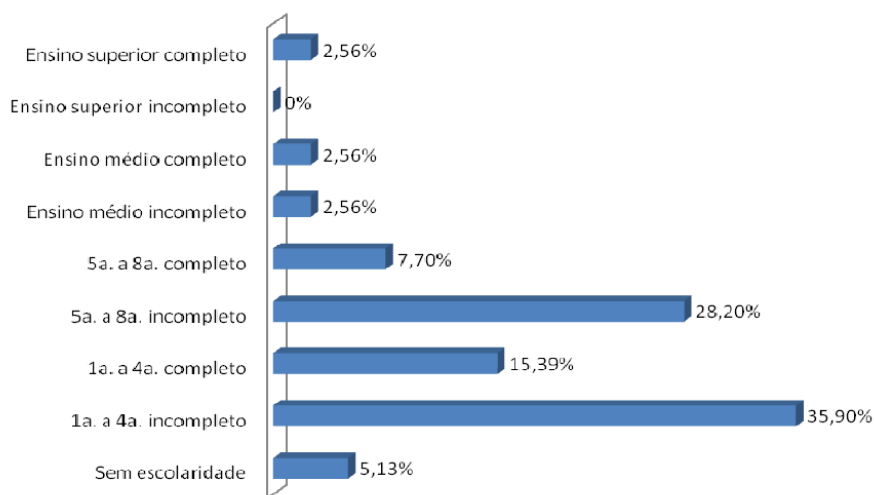


Fonte: Faculdade Univértix, 2009

O público jovem e os adultos de até 42 anos de idade representam em média 65% do total de apanhadores de café. A maioria deles, quase 25%, tem entre 25 e 30 anos, idade ativa de jovens com força e energia para a labuta diária nas lavouras. Um número interessante de se observar é o alto índice de pessoas acima de 49 anos que compõe o quadro desses sujeitos, somam em torno de 20%, isso demonstra a disposição dos adultos e alguns idosos para exercerem esse trabalho, além de demonstrar que fator idade não é limitador da profissão.

Entre os 19 e os 24 anos, e entre 31 e 42, o índice está entre 10 e 15% por grupos de idade, como se pode visualizar no gráfico. De 13 a 18 e de 43 a 48, a representatividade não chega a 5%. Mesmo sendo pequena, a percentagem de pessoas adolescentes e no início da juventude que atuam nessa etapa da produção cafeeira requer uma reflexão, pois, demonstra que, apesar de ser uma fase em que deveriam estar na escola ou realizando atividades próprias a essa idade, já estão no mercado de trabalho. Há de se levar em conta um fator cultural, em que o trabalho na colheita do café é, muitas vezes, repassado de geração em geração no interior das famílias. Em muitas delas, todos os componentes familiares atuam nesse ramo.

Figura 5: Escolaridade dos colheitadores de café



Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

A extrema maioria dos trabalhadores, 64,1%, possui ensino fundamental incompleto, sendo que desse valor, 35,9% não possuem nem o primeiro ciclo dessa etapa de formação escolar. Mais de 15% alcançaram essa fase e apenas 7,70% o fundamental completo.

Do total, mais de 5% não tem nenhuma escolaridade, 2,56% possuem ensino médio completo, 2,56% incompleto e 2,56% superior completo.

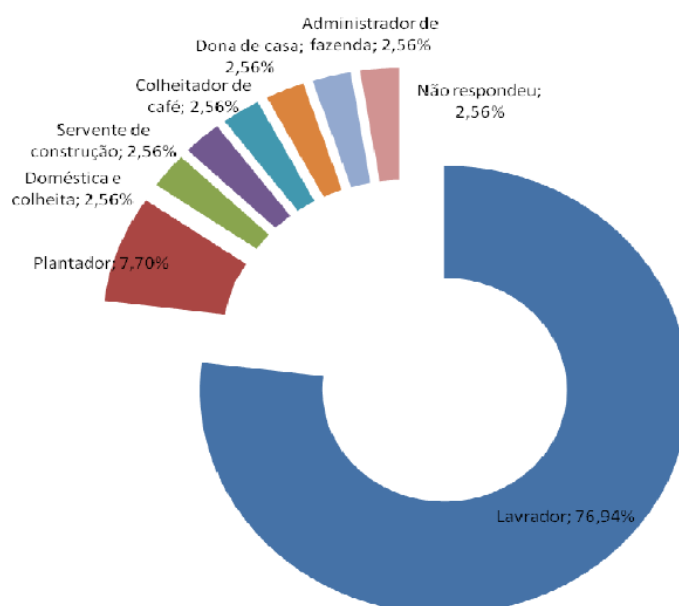
Percebe-se que a maioria não alcança nem o ensino fundamental,

Essa é uma realidade na sociedade, visto que o trabalho de colheita muitas vezes é transmitido de pai para filho. Este trabalho exige um desempenho físico muito grande e muitas vezes impossibilita que o estudo seja realizado. Muitas crianças e adolescentes já crescem sabendo da necessidade de auxiliar os pais na complementação da renda, e ao realizarem o trabalho se privam de estarem dentro de uma sala de aula, aprendendo o que nesta época é necessário para o seu desenvolvimento posterior na sociedade (Univértix, 2009, p. 35).

Com base na escolaridade apresentada no gráfico acima, vê-se que, dos entrevistados, há uma pequena representação de pessoas com ensino superior completo e nenhuma com pessoas frequentando esse grau de formação. Avalia-se que a escolaridade não é um fator exigido para exercer a atividade da colheita do café, é preciso sim, disposição, força física e, obviamente aprender as técnicas através da prática do próprio trabalho. Acredita-se que a maioria desses trabalhadores são menos favorecidos financeiramente, repercutindo nas condições e no modo de vida que desfrutam na cidade.

Em relação ao perfil profissional dos entrevistados, prevalece o de lavrador, com um índice de mais de 76% (vide figura 6 abaixo).

Figura 6: Profissão dos colheitadores de café

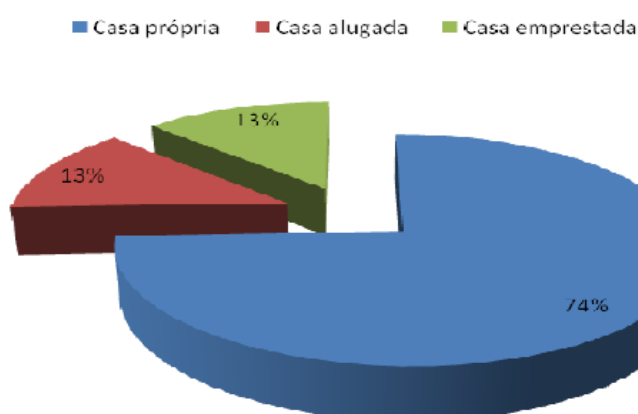


Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

Dentre as atividades que são realizadas, foram referenciadas também a de doméstica, de servente de obras, de administrador de fazenda, de colheitador de café e de plantador. Constata-se que os profissionais se auto-identificaram profissionalmente, e se pode dizer que esses três últimos também se enquadram em trabalhadores do campo, isto é, como os lavradores, lidam com as atividades desenvolvidas no espaço rural. Do total, 2,56% não responderam à questão.

Um fator interessante de se frisar é sobre os tipos de moradia desses colheitadores de café. Como se mencionou anteriormente, a maioria reside no bairro Boa Vista e adjacências, sendo que as moradias são majoritariamente próprias, enquanto 26% são alugadas ou emprestadas (vide gráfico abaixo).

Figura 7: Tipo de moradia dos colheitadores de café



Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

Embora ter a casa própria seja um benefício que traz uma certa segurança a esses sujeitos e evita o dispêndio da renda com aluguel, é preciso mencionar que nem sempre são locais com boas condições estruturais e que propiciam um habitar de qualidade.

Mesmo que esses bairros possuam casas maiores, com boa infraestrutura, essas se mesclam a outras casas minúsculas com precárias condições de moradia. Ambas são geralmente viabilizadas através da autoconstrução, em loteamentos irregulares, situados em morros e barrancos. Acredita-se que há uma omissão por parte do poder público local nas políticas voltadas ao ordenamento territorial urbano desses bairros, fato que compromete a própria qualidade de vida dessas pessoas.

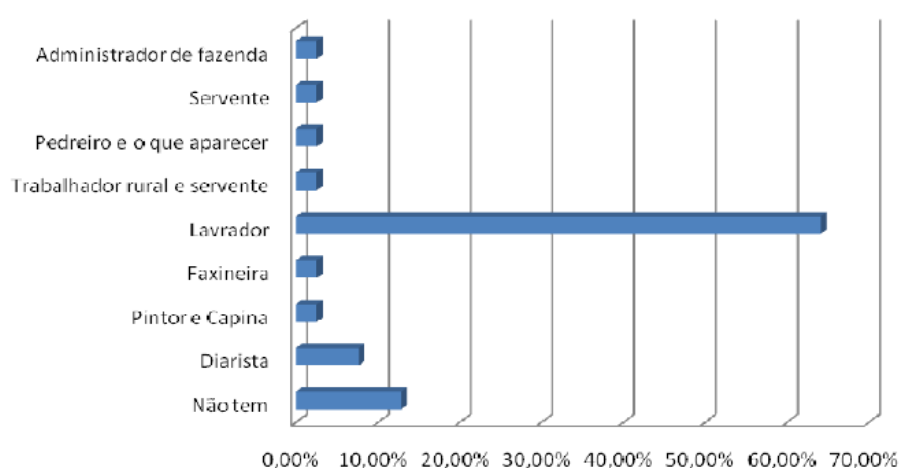
Pôde-se perceber que a maioria dos sujeitos que trabalha na colheita de café mora nos bairros, ou em porções deles, que abrigam a população menos abastada do município.

Com uma configuração um tanto diferenciada dos outros bairros, até mesmo pela localização, cabe uma colocação sobre o Bom Retiro, o qual tem sofrido variações em sua conformação, especialmente pós 2008, com a implantação da faculdade Univértix. Há uma valorização imobiliária que se consolida mais na parte alta do mesmo, em suas delimitações com o bairro Centro, sendo caracterizada por grandes residências, inclusive com uma construção luxuosa impulsionada pelo proprietário da faculdade. Típico do urbano em geral, o traçado desse bairro revela um contraste aparente: de um lado, casas bem simples e menores, do outro, aquelas que se destacam na paisagem pelas dimensões e acabamento. A maioria dos colheitadores, contudo, residem na porção mais popular, visivelmente com um maior aglomerado de população e de casas.

A constatação do local de residência dos responsáveis pela colheita do café em Matipó demonstra o convívio do urbano e do rural através do sujeito social e de sua prática espacial. Moram na cidade e trabalham no campo, saem de segunda a sexta bem cedo de suas casas na cidade e lidam de sol a sol no campo.

Nessa época de colheita, o índice de pessoas da cidade que se direciona ao campo é significativamente maior, mas, durante todo o ano, alguns deles permanecem lidando com a terra, o cultivo e as plantações, efetivando as relações urbano e rural típicas da dinâmica matipoense. No gráfico abaixo, estão representadas as atividades desenvolvidas pelos entrevistados fora da época da colheita.

Figura 8: Atividades dos colheitadores de café



Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

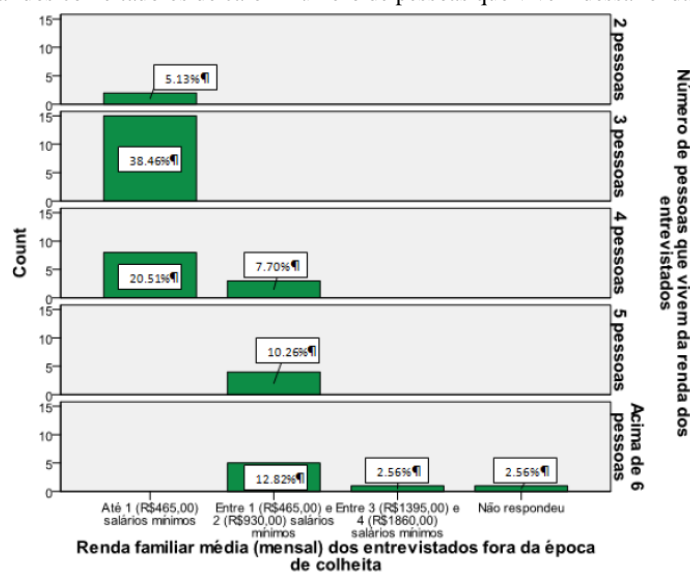
Alguns dos sujeitos (a minoria) que atuam na colheita cafeeira continuam desenvolvendo atividades no campo no decorrer do ano, preparando o solo através da limpeza de áreas, atividades de conservação, plantio, dentre outros, atuando no processo de produção para a colheita do próximo ano. O índice de lavradores ultrapassa os 60% e as demais profissões não chega a 10%, dentre esses, destaca-se a função de diarista que possui um índice pouco maior que as demais atividades.

É relevante mencionar que mais de 10% dessas pessoas não tem outra profissão fora do período da colheita. O que ocorre frequentemente não apenas entre essa parcela, mas também com parte das demais, é que a renda captada como colheitadores de café na época mais abundante da safra serve para abastecer as casas com os alimentos não perecíveis, por exemplo. Além disso, muitos reservam uma poupança para a manutenção das necessidades familiares no decorrer do ano. Conclui-se que, mesmo essa população fazendo alguns “bicos”, são as economias feitas nesse período que se caracteriza como a principal fonte de renda equivalente para todo o ano.

Entretanto, fazer economias com a renda obtida através da colheita do café para o sustento familiar anual, não significa que esses sujeitos gozem de um conforto e que não precisem trabalhar nos outros meses. Ocorre, sobretudo que, geralmente, faltam oportunidades de emprego no mercado, talvez pela maioria não ter uma qualificação profissional, ou simplesmente devido à cidade não ter oferta suficiente de acordo com a demanda.

O gráfico abaixo demonstra a renda familiar dos derriçadores de café em relação à distribuição entre as pessoas que vivem dessa renda. Conforme o relatório da pesquisa, fora da época da colheita, a renda familiar de mais de 60% deles corresponde a um salário mínimo³¹, sendo que em mais de 38% dos casos, a renda é para distribuir entre três pessoas e em mais de 20% é dividida entre quatro pessoas. Mais de 30% recebem dois salários mínimos e desses, quase 13% distribui essa renda com 6 pessoas ou mais e quase 18% a distribui com 4 ou 5 pessoas. Há uma pequena percentagem que recebe entre 3 e 4 salários mínimos e essa renda é distribuída com seis ou mais pessoas. Ainda, 2,56% não responderam.

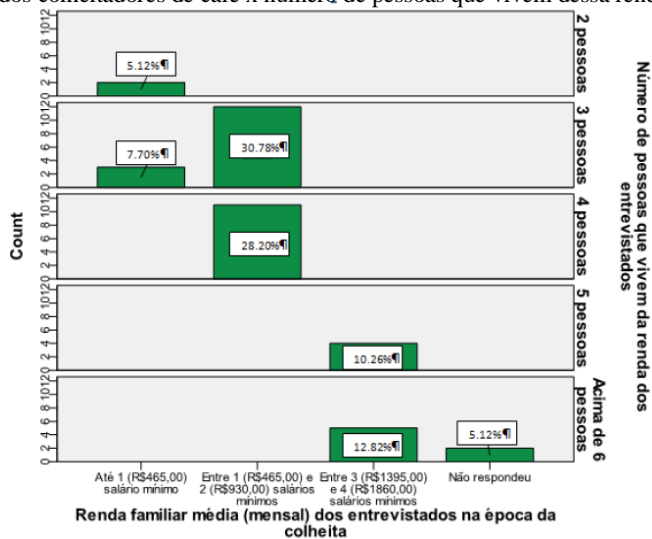
³¹ Em 2009, o salário mínimo nacional correspondia a R\$ 465.

Figura 9: Renda familiar dos colheitadores de café x número de pessoas que vivem dessa renda fora da época da colheita

Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

Avalia-se que a maioria desses trabalhadores possui uma renda baixa, ao se considerar o número de dependentes que vivem desse dinheiro, pois, os impostos sobre os produtos são muito altos, isso sem contar que eventualmente podem surgir despesas extras, como em casos de saúde.

Na época da colheita, o quadro geral muda, configurando um maior índice de trabalhadores, quase 60%, com renda oscilando entre 1 e 2 salários mínimos, com dependentes entre 3 e 4 pessoas. Quase 13% permanecem com a renda mínima de um salário e 23,08% recebem entre 3 e 4 salários mínimos para distribuir entre 5 ou mais pessoas, o que demonstra um aumento de mais de 20% deles com renda maior nessa margem salarial. Mais de 5% não responderam.

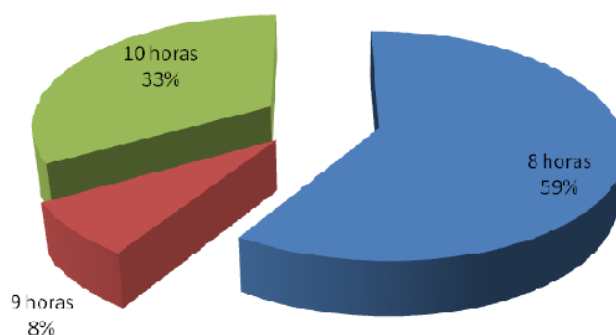
Figura 10: Renda familiar dos colheitadores de café x número de pessoas que vivem dessa renda na época da colheita

Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

O gráfico revela que há alterações na renda desses sujeitos no período da colheita do café, pois o desempenho desse trabalho possibilita um aumento financeiro substancial para muitos deles. Ainda que não seja um acréscimo alto, já é um valor que representa um diferencial, principalmente levando em conta a necessidade de distribuição dessa renda entre mais pessoas.

Esses dados demonstram a importância da colheita do café na vida desses trabalhadores e manifestam o quão são fundamentais as relações sociais estabelecidas entre o urbano e o rural na pequena cidade de Matipó.

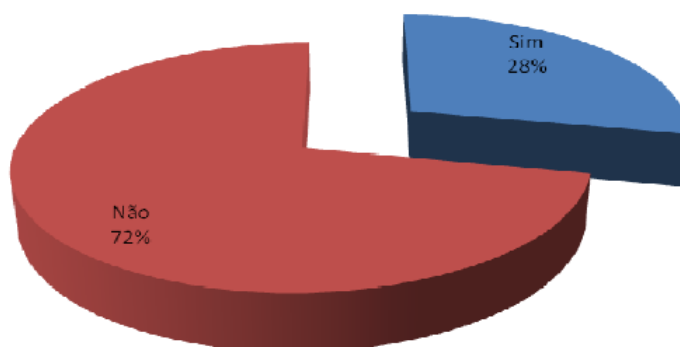
Figura 11: Jornada de trabalho dos colheitadores de café



Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

A jornada de trabalho de 59% dos colheitadores é de oito horas por dia, 33% trabalham 10 horas e 8% 9 horas diariamente. Somados, esses últimos números representam mais de 40% de profissionais que extrapolam a carga horária de oito horas de trabalho. Muitas vezes é desconsiderado o tempo de deslocamento, tanto de casa até o ponto onde tomam o transporte, como o tempo que leva até chegar às fazendas e lavouras de café, o que excederia ainda mais às oito horas.

Figura 12: Índice de colheitadores de café com carteira de trabalho assinada



Fonte: Faculdade Univértix, 2009.

O gráfico acima mostra que apenas 28% dos colheitadores de café possuem carteira assinada e a maioria deles, 72%, não tem nenhum registro de vínculo empregatício. Através dessa informação, avalia-se que, para quase todos, não há uma seguridade social em relação aos direitos trabalhistas, como o fundo de garantia e o seguro desemprego. O relatório informa que dois principais motivos explicam não ser um hábito entre os empregadores assinar a carteira dos funcionários. Um deles diz respeito aos patrões evitarem, por si próprios, a responsabilidade com os encargos profissionais e o outro corresponde à alternância de fazendas porque passam os colheitadores. Crê-se que esse último motivo, justificase devido à possibilidade de melhores ofertas no valor recebido por saca de café colhida, ou mesmo por melhores condições e maior oferta de trabalho. Muitas vezes os próprios trabalhadores evitam o registro para ter essa flexibilidade de atuar em mais de uma fazenda de café.

Outra pesquisa, realizada pelo setor de saúde do município mediante entrevistas aplicadas pelos agentes comunitários de saúde às famílias residentes em Matipó, resultou num consolidado dos dados individuais dos trabalhadores. Com o objetivo de pensar em um plano de ação em saúde desses sujeitos, foram entrevistadas 5389 famílias que conformam um total de 18210 pessoas cadastradas em todas as sete unidades do programa Estratégia de Saúde da Família³². Foram coletados, desde dados mais gerais até aqueles mais específicos, como o perfil ocupacional, este que mais diretamente chamou a atenção para análise de acordo com as finalidades dessa pesquisa.

Desse perfil, retrata-se como, na esfera do trabalho, o rural e o urbano estão imbricados na sociedade matipoense. Do público entrevistado, 12674 são trabalhadores e, desse total, 296 se declararam agricultores e 4383 afirmaram ser lavradores. Esse é um índice que se apresenta exorbitantemente maior em relação ao número das demais profissões que, dentre outras, estão os comerciantes, professores, motoristas, pedreiros, balconistas, cabeleiros, faxineiras e funcionários públicos.

A quantidade de lavradores e agricultores presentes na pequena Matipó indica que são quase 37% aqueles que exercem algum tipo de atividade rural, isso inclui aqueles moradores da cidade e também os do campo, logo, são pessoas que mantêm vínculos com ambas as esferas. Esse é mais um dado que se soma aos anteriores, para declarar como é forte o vínculo cidade e campo e como a dinâmica local se consolida sob a complementaridade das relações estabelecidas entre o urbano e o rural.

³² No próximo capítulo serão retratados mais detalhes sobre as especificidades referentes ao setor de saúde.

Toda essa exposição sobre a cafeicultura, o perfil dos trabalhadores rurais, a fase da colheita e o perfil ocupacional do município demonstram empiricamente a produção espacial em Matipó consolidada através da prática espacial e da manifestação das relações sociais dos sujeitos da cidade e seu convívio diário com o campo. Percebeu-se a confluência das ações desses sujeitos no urbano e no rural, o uso de intensificada absorção de mão-de-obra obtida na cidade para executar os trabalhos típicos do campo e o desfrute posterior, na cidade, da renda conquistada.

As manifestações das urbanidades no rural são levadas através desse próprio sujeito, do mesmo modo que são trazidas as ruralidades para o urbano através das ações dessas mesmas pessoas. São as verduras fresquinhas trazidas da roça, a galinha para a canja, as frutas apanhadas direto no pé.

As relações socioespaciais na pequena Matipó se configuram através da reciprocidade entre cidade e campo, urbano e rural, manifestadas nas ações desses patrões e trabalhadores atuantes na safra cafeeira local.

Numa busca por outras reflexões que retratem as interações urbano-rurais, abordam-se, no próximo tópico, discussões acerca da divisão do espaço em cidade e campo, através das ações dos sujeitos e instituições que compõem a realidade local e procura-se demonstrar como a dinâmica do solo se conforma em Matipó nos últimos anos.

3.2: As percepções sobre a relação cidade e campo relacionadas à dinâmica do solo em Matipó

A ideia de uma divisão espacial entre cidade e campo está impregnada de sentidos diversos, os quais são passíveis de discussões. De um lado, se lida com a imposição de uma demarcação que ‘separa’ a cidade e o campo consolidada pelo perímetro urbano, de outro se percebe que uma delimitação rígida, concebida a partir de marcos físicos como ruas, rios, propriedades particulares, estradas e rodovias, que muitas vezes não compreendem efetivamente o espaço vivido e toda a gama de relações que o configuram.

Não obstante, reconhece-se que esse tipo de divisão pode ser útil do ponto de vista político-administrativo para fins de organização municipal interna, como na cobrança de impostos, mas quando se pensa na implementação de políticas públicas, por exemplo, acredita-se ser importante considerar outros marcos como os simbólicos, os quais representam o cotidiano, o modo de vida e as relações sociais que se estabelecem no espaço.

Há que se repensar as delimitações do perímetro urbano adotada pelos diversos municípios brasileiros, pois são limites de difícil percepção, por serem cada vez mais indefinidos. Logo, “deve-se discutir com mais profundidade a criação de propostas que visem uma reformulação metodológica e legal na forma em que este mecanismo é imposto” (Reis, 2006, p. 6-8).

Pensando essa delimitação nas pequenas cidades em geral e em Matipó de modo particular, se acredita numa fluidez das fronteiras cidade e campo e confirma-se o quanto se faz pertinente abordar as singularidades presentes nessa escala para se entender o processo de produção espacial. Esse processo, como já abordado anteriormente, envolve as relações sociais que são manifestadas no espaço e que o conformam em sua dinamicidade, permeando-o com a subjetividade que caracteriza o vivido.

Com base nessas reflexões, outras serão estabelecidas a fim de demonstrar a dinâmica do solo matipoense, pensando no espaço urbano através da expansão de novos loteamentos e dos investimentos no setor construtivo, incluindo variados prédios, estimulando uma valorização mais expressiva de alguns bairros. No espaço rural, a ênfase é na expansão da construção de chácaras e sítios de passeio objetivando o lazer.

Pode-se julgar que nesse modo de exposição da realidade, há uma separação espacial cidade e campo, ideia que se desconstrói ao se compreender que os sujeitos responsá-

veis por essa dinâmica podem ser tanto de uma quanto de outra instância, e que exercem suas ações em ambas, constituindo a complementaridade urbano-rural existente.

Acredita-se que o espaço é organizado e dividido conforme as necessidades dos sujeitos, podendo se revelar sobre várias facetas, pois, atrelada a fins diversos, uma mesma localidade pode ser organizada de diferentes maneiras pelos sujeitos sociais.

A organização do espaço geográfico das cidades geralmente se configura através de loteamentos e bairros, os quais possuem diversos aglomerados de casas conformando as ruas, praças, travessas e a infraestrutura urbana.

No campo, geralmente as construções são mais esparsas e as casas possuem quintais ou mesmo grandes terrenos em volta, utilizados para diversos fins como plantações, pastagem, dentre outros.

Simbolicamente, o modo de identificar cada localidade rural pode variar dependendo do propósito em questão. Em Matipó, numa perspectiva paroquial, a Igreja Católica divide o rural em treze comunidades de acordo com a própria organização interna das famílias. Geralmente são identificadas através de algum nome que representa aquele local, pode ser um sobrenome tradicional, nomes de santos ou de algum córrego que compõe a paisagem local e, variadas vezes, uma composição de dois deles, como, por exemplo, a “Comunidade dos Lourenço”, o “Córrego São Joaquim”, o “Córrego Cachoeira Alegre”, dentre outros.

Já na organização do Sistema Único de Saúde, essas mesmas comunidades são agrupadas de um modo diferente, através das áreas e microáreas³³, isso significa que há uma estratégia de demarcação territorial em que mais de uma comunidade pode compor uma única microárea para otimizar o atendimento do setor de saúde na zona rural.

No início dos anos de 1990, a cidade de Matipó estava organizada espacialmente em cinco bairros: Centro, Boa Vista, Exposição, Palhada e Retiro. A partir de 1991, período que houve um aumento de 2.639 habitantes na cidade, verifica-se uma expansão urbana considerável. Nesse período, através da doação aleatória de lotes por políticos locais, dois novos bairros começaram a se formar, se consolidando como o Boa Esperança e o Loteamento do Celinho. Tais bairros, como a maior parte da cidade, surgiram através de uma expansão sem um plano prévio de urbanização para garantir os equipamentos básicos. Contudo, essa circunstância não omite a participação e as estratégias dos diferentes sujeitos

³³ No próximo capítulo será detalhada como se efetiva a organização do SUS e a definição das áreas e microáreas.

sociais na conjuntura da formação e produção socioespacial, pois a cidade só se concretiza através de um processo social envolvendo múltiplos sujeitos.

O crescimento urbano continuou se estendendo e a população aumentando, somando 2153 habitantes a mais na cidade entre 2000 e 2010. De acordo com os dados coletados e as informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Matipó em agosto de 2013 e retomadas em março de 2015, outros loteamentos foram tomando forma e se tornando bairros espalhados pelo tecido urbano municipal, como o Loteamento do Jorge, o Loteamento Bom Jesus e o Loteamento Judith Mendes. Atualmente, outros ainda se desenharam, o Loteamento Beira Rio, o Loteamento São Paulo e o Loteamento do Zé Geraldo. Esse não consta na tabela abaixo, a qual retrata a relação dos bairros e loteamentos seguidos do respectivo número de ruas cadastrados na prefeitura, uma vez que é o mais recente e, no início de 2015, o proprietário ainda estava iniciando a terraplanagem e a infraestrutura. Num retorno ao campo em julho do ano corrente, a informação é de que já se iniciaram a negociação da área e a venda dos lotes.

Tabela 11: Bairros e registro de ruas - Matipó MG

| Bairros | Registro de Ruas |
|--------------------------|-------------------------|
| Centro | 38 |
| Boa Vista | 35 |
| Exposição | 27 |
| Boa Esperança | 19 |
| Retiro | 19 |
| Loteamento do Jorge | 17 |
| Loteamento do Celinho | 15 |
| Palhada | 7 |
| Loteamento Bom Jesus | 8 |
| Loteamento São Paulo | 13 |
| Loteamento Beira Rio | 6 |
| Loteamento Judith Mendes | 3 |
| Loteamento Sizenando | 1 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Matipó (2015)

Tomando por base informações oficiais da Prefeitura Municipal, constam nos documentos que a cidade possuía em 2013, 5.717 inscrições imobiliárias e em 2015 são 6083 cadastros, o que caracteriza um aumento de 6,4% em dois anos.

A zona rural de Matipó possuía em 2013, 51 cadastros de lotes e casas em toda a extensão do município, agora em 2015 esses cadastros somam 80 registros. O distrito de

Padre Fialho é configurado espacialmente por 26 ruas e 3 praças³⁴. Tal conjuntura permite destacar que as alterações morfológicas dificultam distinguir, no plano das formas, cidade e campo devido, essencialmente, ao processo de extensão territorial da cidade.

Além do crescimento do Centro mediante investimentos na construção de casas de dois ou mais pavimentos e pequenos prédios, outros bairros tem tido também essa característica e sofrido um processo de valorização, como o Retiro, certamente impulsionado pela faculdade Univértix aí localizada, e a Exposição, em especial a Avenida João Mendes Magalhães, na qual se verifica fortemente uma espraiamento desses prédios. É através dessa avenida que se tem o acesso principal à cidade.

O fomento imobiliário nos últimos anos, vivenciado não apenas na cidade como também nas áreas periurbanas, é resultado de uma dinâmica de valorização mais ampla no mercado imobiliário e que vem repercutindo em todos os espaços, inclusive nas pequenas cidades, guardadas as devidas proporções e características internas.

Destaca-se que a implantação da faculdade em Matipó e o início de seu funcionamento no ano de 2008 têm repercutido também numa valorização dos imóveis na cidade e impulsionado o setor de construção civil.

Consoante às ideias de Castells (2000), argumenta-se que

As formas e processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Há inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais que representam interesses e valores opostos. Ademais, os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores (Castells, 2000. p. 435).

Constata-se que há uma gama de novas formas inseridas e um crescimento constante do processo de verticalização. Do mesmo modo, novos fluxos caracterizam a paisagem que, por sua vez se altera, e as morfologias antigas se mesclam com as recentes trazendo indícios de um caráter do urbano um tanto quanto diferenciado.

Conforme o ex-diretor financeiro da faculdade Univértix, Vandeir Guerra de Oliveira, a partir de 2008, houve uma valorização imobiliária devido à faculdade. “Matipó está vivendo esse boom, Matipó é a bola da vez”. A faculdade tem movimentado a cidade. Concorda-se com a percepção dele de que

³⁴ Informações cedidas pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Matipó em setembro de 2013.

Os imóveis foram valorizados tanto para a venda quanto para a locação. Nos últimos anos, houve um aumento súbito nos preços dos imóveis, tanto de terrenos, quanto de casas e apartamentos, isso configurou um quadro de oferta e demanda imobiliária.

As imagens abaixo (figuras 13 a 16) mostram a verticalização e alguns estabelecimentos comerciais recém instalados na cidade.

Verticalização na Avenida João Mendes Magalhães



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16

Fonte: Trabalho de campo

Na figura à esquerda, a seta indica o restaurante Sabor de Minas, um dos oito que funcionam na cidade nos dias atuais, sendo que antes de 2008, haviam apenas dois. Na outra imagem, merece destaque o prédio à direita, composto por seis apartamentos, nos quais residem alunos da Univértix, isto é, se conformam como repúblicas de universitários. Nessa mesma avenida, há outros prédios em construção, todos acima de três pavimentos.

Figura 17: Verticalização na Praça Padre Fialho**Figura 18:** Verticalização Rua Miguel Monteiro

Fonte: Trabalho de campo

Percebe-se uma expansão da cidade nas direções leste com a implantação do Loteamento Beira Rio, ao norte com o Loteamento do Zé Geraldo e a noroeste com o avanço do Loteamento Bom Jesus.

Vista parcial do Loteamento do Zé Geraldo

**Figura 19****Figura 20****Figura 21**

Fonte: Trabalho de campo

A cidade vai se expandindo e o processo de urbanização ocorre simultaneamente, apesar de muitas vezes ser precariamente conduzido. A interpretação sobre esse modelo de expansão, observado em Matipó, pode ser compreendida a partir da reflexão de Morigi (et al.) ao abordarem algumas estratégias dos proprietários fundiários:

Os proprietários das áreas situadas às margens do perímetro urbano também possuem grandes interesses econômicos em decorrência da possibilidade de venda e loteamento de suas glebas, já que existe pressão para a expansão do perímetro urbano, tanto por parte dos proprietários fundiários quanto por parte do poder político municipal. (Morigi, et al, 2012. p. 235).

Para esses autores, os novos loteamentos ratificam que o crescimento da cidade suscita e impõe de certa forma, uma maior pressão para que novas áreas tornem-se urbanas, algumas delas, diga-se de passagem, qualificadas até então como rurais. Tal realidade tem sido verificada principalmente com relação ao Loteamento Judith Mendes e os que estão sendo mais recentemente implantados na cidade de Matipó, nos quais são nítidos o parcelamento do solo em extensões territoriais mais afastadas da área central da cidade. Ainda, verifica-se uma peculiaridade interessante, em que famílias reduzem seus terrenos (quintais) a fim de lotear devido, dentre outros fatores, a uma valorização da terra local.

Figura 22: Vista parcial do bairro Judith Mendes



Fonte: Trabalho de campo

Toda essa área era o quintal de uma única casa. O proprietário subdividiu o terreno em lotes e colocou à venda. Pode-se visualizar, mais ao fundo, uma residência já finalizada, com moradores e outra ainda em fase de construção. Uma crítica é pertinente nesse

caso, pois, apesar de estarem cadastrados na prefeitura, esse novo loteamento, e outros com características semelhantes, não se conformam necessariamente como bairros, por possuírem, por exemplo, apenas uma rua.

Ferreira (2002) se atenta para o crescimento de áreas rurais periurbanas como uma realidade nas pequenas cidades, a qual se adequa a Matipó, onde se percebe uma relação direta com a cidade proporcionando aproveitar as oportunidades oferecidas pelos dois espaços.

Tendo como base as ideias de España (1991), Alves e Vale (2013, p.35) interpretam que “as áreas periurbanas seriam zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo, podendo, então, ser consideradas como plurifuncionais, que se submetem a grandes e rápidas transformações econômicas, sociais e físicas”.

Os interesses econômicos de diversos proprietários fundiários, por sua vez, não se restringem à venda de loteamentos na cidade, mas também no campo e nas áreas periurbanas. Isso reforça a manifestação de ruralidades e urbanidades nas pequenas cidades. É possível se verificar tanto o envolvimento dos cidadãos nesses locais para fins não-agrícolas, a exemplo do rural como lazer como também daqueles residentes no campo para o acesso aos serviços e equipamentos localizados na cidade.

Pensando a questão da ruralidade no Brasil, Carneiro (1998) retrata dois conjuntos de fenômenos importantes. Um deles aponta para a diferenciação de atividades exercidas/desenvolvidas no rural além da agrícola, um “movimento de reorientação da capacidade produtiva” visando uma reorganização que se expressa como alternativa de permanência da população no campo. O outro apresenta novos valores que atribuem ao campo um espaço alternativo de vida ou de lazer, num sentido de valorização da natureza³⁵, processo que se iniciou na década de 1970, ainda tímido, mas que ganhou outras dimensões e legitimidade nos anos de 1990 com a difusão do pensamento ecológico.

Nessa pesquisa, essa diferenciação de atividades e esses novos valores atribuídos ao rural não necessariamente beneficia e mantém a população aí residente, haja vista que a maioria dos investimentos em lazer, apesar de se consolidar no campo e em áreas periurbanas, é feita pelos cidadãos. Para Wanderley (2001, p.38), o rural é também “um espaço

³⁵ Conforme Carneiro (1998, p. 57), a necessidade de transformar a natureza em mais um bem de consumo toma a forma de turismo, alterando o ritmo de vida local.

diferenciado capaz de oferecer à população urbana, padrões de residência específicos e formas de lazer ligadas ao contato com a natureza”.

Há um “interesse da sociedade urbana por paisagens, atividades, produtos e manifestações culturais representativos do espaço rural e à influência de valores urbanos sobre a população rural, principalmente nos jovens” (Candiotto e Corrêa, 2008, p. 227).

A perspectiva de valorização das paisagens naturais, o rural como lugar de descanso e de lazer são configurações presentes na escala da pequena cidade de Matipó. Podem-se considerar esses novos elementos como dinamizadores espaciais e impulsionadores de resignificação, pois, embora sejam espaços (propriedades) rurais e tenham características próprias desse âmbito, estão imbuídos de símbolos urbanos, o que remete à complexidade atual pela qual perpassa a dinâmica espacial.

Evidencia-se que a produção do espaço local também está atrelada diretamente às relações cidade e campo através de um fomento ao parcelamento de terras em áreas periurbanas e rurais para a construção de chácaras, sítios de passeio, segunda residência e áreas de lazer. É um fenômeno recente que caracteriza a realidade matipoense em três principais eixos, norte, noroeste, sudeste e sul, os quais têm recebido investimentos principalmente de sujeitos residentes na cidade.

Nesses eixos, várias porções do espaço já passaram pelo processo de terraplanagem e os lotes estão sendo vendidos. Apesar de algumas áreas ainda enfrentar obstáculos como a infraestrutura de calçamento das estradas, verifica-se uma valorização, que, de certo modo, tem propiciado uma reserva especulativa do solo. Além disso, já há projetos do asfaltamento de alguns trechos e outros que já contam com essa facilidade. A percepção é de que

(...) a terra rural passará a ser negociada em metros quadrados e não mais em hectares. A manifestação da especulação imobiliária pode ocorrer, então, tanto na venda dos lotes quanto na sua “estocagem” para venda posterior (Alves e Vale, 2013, p. 35).

Constataram-se casos em que os primeiros investidores compraram grandes áreas e fizeram uma divisão de loteamentos menores, promovendo a venda a terceiros. Pôde-se comprovar esse fato através da expansão dos chamados chacreamentos, como se pode visualizar nas imagens abaixo, referentes ao parcelamento do solo às margens da BR 262, zona rural de Matipó.

Vista parcial das Chácaras Alphavila



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26

Fonte: Arquivo pessoal do proprietário

O anúncio na rede social é da venda de chácaras e lotes de 350 a 1000m², com valores a partir de 55 mil reais, como se pode ver também na faixa colocada em frente à propriedade. No caso desse parcelamento, há oferta de uma infraestrutura completa, desde o asfalto até academia ao ar livre, ou seja, características de urbanidades no rural. A próxima imagem mostra uma planta de como estão divididos os lotes nesse local.

Figura 27: Vista parcial da planta das Chácaras Alphavila



Fonte: <http://contatovendasch.blogspot.com.br/>

Diante dessa imagem, destaca-se que o terreno foi dividido, majoritariamente, em lotes menores, caracterizando muito mais um condomínio localizado mais distante da cidade, que, sobremaneira, poderá proporcionar a seus usuários mais tranquilidade, possui algumas características rurais, contudo, não se consolida especificamente como chácaras ou sítios de passeio apenas para o lazer.

A construção de chácaras e áreas diversas de lazer na zona rural tem sido uma tendência que se consolida regionalmente, com referência específica à região que abrange as cidades situadas próximas a Matipó. Segundo Vandeir Guerra de Oliveira, investidor nesse setor, há aproximadamente dois anos teve início uma efervescência nos processos de negociação de áreas para esse fim.

Com uma intenção primária de produzir leite, esse proprietário comprou 38 hectares de um terreno, mas, em pouco tempo, começou a parcelar o solo e vender as áreas para construir chácaras. Atualmente, são onze os proprietários desse terreno, quase todos membros de uma mesma família.

Sobre a realidade desse fenômeno em Matipó, o entrevistado aponta que ainda são construções de chácaras maiores, independentes e mais isoladas, mas que tendem a se aproximar cada vez mais do urbano, devido ao intenso investimento nos arredores da cidade.

Um exemplo interessante é que o espaço onde hoje é um dos novos loteamentos urbanos do município, a princípio, tinha o propósito de vendas para construir chácaras, contudo, sua localização muito próxima à cidade seria, sobremaneira, um empecilho para atingir os objetivos desse tipo de construção (figura 28).

Figura 28: Vista parcial do Loteamento Beira Rio



Fonte: Trabalho de campo

Sobre esse assunto, Vandeir se posiciona:

se alguém compra com a intenção de aproveitar itens típicos do campo, não alcançarão, por estar na cidade. As pessoas estão saindo da cidade pra ir morar junto e sem privacidade da mesma forma, mas eu acho que nesse caso, é preço, porque ninguém consegue comprar um lote em terreno plano, em local de fácil acesso dentro da cidade, porque valorizou muito.

Apesar de haver um aumento na oferta de imóveis para venda e locação no município e de uma possibilidade de negociação de preços, muitos proprietários adiam suas vendas na perspectiva de uma valorização ainda maior, realidade que configura uma especulação imobiliária em algumas áreas. “Quem não vendeu é porque supervalorizou e pensou que ainda não era hora de vender e resolveu esperar para ganhar mais”. Esse fato faz com que muitas pessoas sem condições financeiras para investir num imóvel na cidade, invista em terras na zona rural. “As pessoas começaram a comprar fora da cidade e aí não importava mais se era chácara, ou se era um terreno de 150 m²”.

A procura por terrenos para o investimento em chácaras, atualmente, é por pessoas que antes não tinham esse perfil. Isso significa que quem tem comprado esses locais são majoritariamente a população mais abastada da cidade, seguindo uma tendência em evolução que conforma um espaço de lazer: “todos estão com o pensamento de trabalhar menos, aproveitar mais o tempo, não aguenta mais o barulho da rua, não aguenta mais os vizinhos com o som alto ligado, quer ter certa privacidade”, afirmou Vandeir.

No caso dele e de sua família, e também de alguns outros sujeitos, a intenção é o lazer próprio e o descanso, a princípio sem grandes retornos financeiros. A ideia é construir uma casa, piscina, quadra ou campo, um pomarzinho, ter acesso à internet, energia e água, e usufruir de praticamente toda a infraestrutura que se dispõe na cidade.

O proprietário acredita que há uma maior valorização naquelas áreas em que as chácaras já estão consolidadas, mas de um modo geral, a valorização da terra rural é menor que da terra urbana. “Quem mora na roça hoje, está desanimado com roça, principalmente o pequeno produtor, pois tem uma renda pequena e muitas vezes não tem condições para explorar o seu terreno”.

Figura 29: Chácara

Fonte: Trabalho de campo

Em campo, verificou-se que nem todos visam apenas o próprio lazer, mas um retorno financeiro imediato. Diversos sítios estão sendo alugados através do pagamento em diárias, especialmente em fins de semana, férias e feriados.

Veiga, analisando hipóteses sobre o futuro das relações entre o urbano e o rural³⁶, admite que

O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. (...) Fenômeno novo, que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza (Veiga, 2007, p.140).

Através dessa oferta de liberdade e beleza, concebe-se que o rural também cuida do lazer, certamente que de modo diferenciado daquele vivenciado na cidade, proporcionando uma tranquilidade e um conforto muitas vezes não encontrado nos centros urbanos, ainda que sejam eles pequenos.

Nas interpretações de Alentejano (2003), com o avanço do capital sobre o novo rural através da diversidade territorial, como a construção de chácaras e sítios de passeio para lazer e turismo, há novas formas de desenvolvimento rural. Na pequena Matipó se perce-

³⁶ O autor retrata essa passagem se referindo a países desenvolvidos, mas essas reflexões cabem, em alguma medida, ao contexto das chácaras e áreas de lazer em Matipó.

beu que a implantação desses objetos geográficos está imbuída de outros significados e não contemplam esse desenvolvimento, pelo menos não diretamente para aqueles que efetivamente vivem no rural.

Sobre essa questão, o padre Luís Martins Neiva da paróquia São João Batista de Matipó acredita que as pessoas que ainda moram na roça conseguem sobreviver do trabalho na lavoura, mas não há investimento ou outras opções de trabalho no espaço rural do município. Há grupos de pessoas que, mesmo tendo suas propriedades e produção no rural, optam por morar na cidade por ter mais oportunidades de acesso a bens e serviços, por isso preferem uma residência na cidade, embora não tenha perdido seu vínculo com o campo, na maioria das vezes por uma herança recebida da família. Essas pessoas mantêm as lavouras no campo, até para garantir outra fonte de renda para ajudar a mantê-las na cidade.

Em sua opinião, há de fato uma diferença a se destacar: claro que na cidade, as pessoas têm acesso mais facilitado a infraestruturas diversas, mas a maior parte das comunidades do município tem uma rede de telefonia que, muitas vezes nem precisa de antena interna. “Percebe-se isso nas celebrações”. Já a internet não é tão presente nas comunidades, mas quanto à comunicação de um modo geral, essas pessoas estão inseridas.

Com base nessas afirmações, entende-se que esse movimento novo, ou seja, os investimentos em construções de chácaras e sítios para o lazer, presente na realidade matiponense, se conforma muito mais a partir dos interesses particulares de sujeitos mais abastados, em sua maior parte, residentes na cidade, do que como uma alternativa ao desenvolvimento rural e à manutenção da população do campo em seus locais de origem.

Assim, “desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades, híbridas de urbano e rural (...), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e na natureza (Rua, 2005, p. 54)”. Contudo, em Matipó, essa hibridez de urbano e rural se caracteriza essencialmente com base nas relações dos sujeitos sociais, aqueles residentes na cidade ou no campo, mas que mantém contato com ambos, seja através do lazer, do trabalho, da saúde ou da educação.

Essas últimas temáticas são o foco do próximo capítulo, onde serão expostos dados e discussões para a compreensão da relação cidade e campo nessa pequena cidade.

CAPÍTULO 4

As expressões da relação cidade e campo através dos serviços básicos de saúde e da educação em Matipó

4.1: A organização do setor de saúde e as expressões da relação cidade e campo

O setor de saúde concentra informações fundamentais que possibilitam pensar as relações dos agentes sociais e o espaço em que vivem, ou seja, podem contribuir de modo efetivo para o entendimento da produção do espaço local priorizando, nesse caso, aquelas que viabilizem entender as relações urbano-rurais que são estabelecidas.

Por isso, crê-se que para apreender essas relações através desse setor, é necessário primeiramente que se compreenda como é a sua organização espacial nos dias atuais, justificando-se que é através do espaço que as ações em prol da saúde se consolidam, sendo, portanto, imprescindível contextualizar de modo geral esse sistema para se entender como se configura essa espacialização, focando na escala local, mas tangenciando a nacional e a regional, haja vista que todas estão interligadas.

O Sistema Único de Saúde (SUS) possui um alcance em todo o município e uma cobertura de 100% da população, concentrando uma base de dados rica em informações, a qual reúne desde o número total de cadastros individuais e familiares existentes no município até informações sobre moradia, saneamento básico, energia elétrica, ocupação informal, dentre outras.

O setor de saúde se consolida como um importante eixo para realizar análises socioespaciais, pois, todo e qualquer ser humano é ou está, sobremaneira, sujeito ao seu uso. Com a promulgação da Constituição de 1988, foram tomadas as bases para a seção “da saúde”, sendo um passo importante no histórico da saúde pública brasileira, em que esta passou a ser definida como direito de todos e dever do Estado. Depois de um processo gradual, através da Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - foi cri-

ado o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ainda no final dos anos de 1990, outra lei foi lançada imprimindo o controle social como uma principal característica desse sistema, em que haveria a participação dos usuários no processo de gestão desse serviço³⁷.

Faz-se necessário entender o que são e como funcionam algumas instâncias do setor de saúde e sua organização em escala nacional e local. O principal financiador da saúde pública é a União, a qual formula as políticas nacionais, que, por sua vez, são implementadas pelos estados e municípios, por ONGs e pela iniciativa privada. A Política Nacional de Atenção Básica³⁸ (PNAB) foi desenvolvida, historicamente, através da experiência da atuação dos diversos sujeitos envolvidos no SUS, desde os gestores até os usuários e sua estratégia tem como prioridade a saúde da família, visando desenvolver e expandir a atenção básica.

Esse desenvolvimento se consolida atualmente de modo descentralizado, ou seja, através de cooperação técnica e de repasses financeiros pela União, o que significa ser um processo de transferência de responsabilidades de gestão para os estados e municípios, conforme determinações constitucionais e legais do SUS³⁹.

O município é o principal responsável pela saúde pública de sua população. A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, o gestor municipal passa a assumir, imediata ou paulatinamente a plenitude da gestão das ações e serviços de saúde oferecidos em seu território (Brasil, 2006, p. 4).

No início da década de 1990 foi criado o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e junto com ele, o Programa de Saúde da Família (PSF). Para iniciar suas atividades em 1994, algumas diretrizes nortearam o processo como o uso de algumas formas de delimitação espacial que, sobretudo, apontam para o uso da categoria **território**: adscrição de população, território de abrangência e territorialização⁴⁰.

De acordo com a enfermeira de vigilância em saúde de Matipó, houve uma mudança na nomenclatura de PSF para ESF - Estratégia de Saúde da Família, devido a uma proposta de continuidade do trabalho voltado à reorganização da atenção básica, uma vez que

³⁷ Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/>. Acessado em 20 de maio de 2015.

³⁸ A atenção básica configura-se através das ações executadas para garantir a saúde, tanto no sentido de sua promoção e proteção quanto de sua manutenção, individual ou coletiva.

³⁹ Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2013/agosto/28/cartilha-entendendo-o-sus-2007> Acessado em 20 de maio de 2015.

⁴⁰ Por não abarcar os objetivos dessa pesquisa, não se aprofundará no processo pelo qual o SUS perpassou para a definição e utilização do território, enfatiza-se mais diretamente, para fins de entendimento das relações cidade e campo, a atual configuração espacial utilizada.

um programa precisa se iniciar, se desenvolver e ser concluído, e uma estratégia permite que o processo não tenha uma delimitação temporal para ser finalizado.

A implantação de uma ESF é um dos desafios propostos aos municípios, e se configura como progressivo processo que leva em conta as especificidades locorregionais. Logo, as ações da ESF são programadas e executadas conforme a base territorial singular de cada espaço e os objetivos dessa estratégia seguem os preceitos do SUS para uma reorganização da atenção básica, em que envolvem

(...) uma estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade (Brasil, 2012, p. 54).

A base territorial mencionada corresponde à área em que atuam a equipe de saúde da família (eSF)⁴¹ e os agentes comunitários de saúde (ACS). Para que essa estratégia se consolide, portanto, a organização espacial se efetiva através de alguns padrões gerais, mas que se aplicam conforme a realidade dos diversos municípios brasileiros por meio de diagnósticos das áreas realizados por esses sujeitos que trabalham no setor, especialmente os ACS, os quais estão em constante contato com a população⁴².

O agente de saúde é um sujeito essencial nas estratégias de saúde da família, pois é ele que “liga a equipe à comunidade, destacando-se pela comunicação com as pessoas e pela liderança natural. É um elo cultural do SUS com a população e seu contato permanente com as famílias facilita o trabalho de vigilância e promoção da saúde” (Brasil, 2006, p. 18). Essa abordagem visa demonstrar que a maneira de organização e divisão do espaço advinda desse sistema e sua atualização constante dependem também das informações advindas desses agentes, isso demonstra o quão importante é seu papel e atuação nessas configurações espaciais. Entende-se, como evidencia o Ministério da Saúde, que

⁴¹ Cada eSF é, minimamente, composta por um médico, um enfermeiro, um técnico ou auxiliar de enfermagem e os agentes comunitários de saúde. Além desses, podem ser acrescentados um cirurgião dentista e um auxiliar ou técnico em saúde bucal. Outra informação relevante é que cada uma dessas equipes devem ser responsáveis por, no máximo, 4.000 pessoas, sendo a média recomendada é de 3.000, respeitando critérios de equidade para essa definição. Recomenda-se que o número de pessoas por equipe considere o grau de vulnerabilidade das famílias daquele território, sendo que, quanto maior o grau de vulnerabilidade, menor deverá ser a quantidade de pessoas por equipe (Brasil, 2012).

⁴² Segundo informações obtidas no Portal do Departamento de Atenção Básica. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/> Acessado em: 20/05/2015.

Cada território possui peculiaridades que dizem respeito a seus usuários e equipes, à sua capacidade em termos de estrutura e recursos financeiros, organização social, conflitos e contradições locais. Assim, as estratégias para a melhor condução dos sistemas de Saúde terão que se adequar, necessariamente, a essas diferenças regionais, pois não existe um padrão único e imutável de gestão (Brasil, 2009).

É embasada nessas considerações que se segue a discussão do espaço feito território, sendo que as informações adquiridas sobre a população, suas condições de vida e saúde são territorializadas, ou seja, são coletadas através de um ordenamento territorial que é base organizativa para a implementação e a materialização do planejamento referente ao setor de saúde. “A territorialização permite espacializar e analisar os principais elementos e relações existentes em uma população, os quais determinam em maior ou menor escala seu gradiente de qualidade de vida” (Gondim, *et al*, 2008, p. 15).

Defende-se a ideia de que “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (...) e ao contexto histórico em que está inserido” (Haesbaert, 2011. p. 78). Portanto, estando vinculado a uma realidade social que se transforma conforme o espaço-tempo, pode-se inferir que o território é dinâmico e sua compreensão necessita de constantes reavaliações.

Ao mesmo tempo, deve-se ter cautela para não assemelhar e utilizar a concepção de espaço e de território como sinônimos. Uma análise do território possibilita constatar as características e o perfil de determinado espaço. Como se dá sua configuração de acordo com sua população, as condições a que estão sujeitas, as relações que são estabelecidas entre si, sua utilização objetiva e subjetiva.

Isso significa que “o território é também um espaço, porém singularizado” (Gondim, *et al*, 2008, p. 2) que possui uma identidade. Sua delimitação pode ser física, político-administrativa e também pode ser simbólica, se manifestando através de um caráter mais cultural, do modo de vida e do cotidiano. Assim, o território está em constante transformação porque também se consolida através das relações de poder de agentes institucionais externos, como o Estado em suas diversas esferas, e de agentes locais, que mescla todos os grupos sociais que aí convivem em sociedade. “Daí sua importância estratégica para as políticas sociais públicas na consolidação de ações para o enfrentamento de problemas e necessidade da população que o habita e o produz socialmente” (*Ibidem*, p. 2).

Como uma definição, o território assume, então, desde um caráter físico, de “porção de terra”, como o caráter de um processo, na medida em que é usado pelos diferentes sujeitos sociais de produção do espaço. Compreende-se que essa segunda linha de raciocínio

mais se aproxima do propósito dessa pesquisa, pois, preza por uma dinamicidade que implica a dimensão social do espaço, sendo este considerado como produtor e como produto das relações humanas e sociais.

Todavia, para fins da operacionalização das ações do SUS, percebe-se uma variedade de nomes que são estabelecidos para as divisões territoriais, como o município em si, as áreas, as microáreas, o domicílio, dentre outros.

As *áreas* correspondem à abrangência das unidades de saúde de cada ESF, são formadas pelo conjunto das microáreas em que, cada qual, possui uma equipe de saúde da família responsável pelo atendimento de no máximo 4500 pessoas, sendo que a média recomendada é 3 mil, obviamente, respeitando os critérios de equidade para essa definição. Sua delimitação leva em consideração diversos aspectos, quais sejam: econômico, cultural, geográfico e funcional.

Por sua vez, as *microáreas* são uma subdivisão espacial da área, composta pelos domicílios que, por sua vez, estão sob os cuidados de um ACS. As condições de vida e de saúde dos diferentes grupos populacionais é um dos parâmetros para essa delimitação, que visa planejar e executar ações e serviços de saúde de acordo com os riscos identificados no processo de diagnóstico. A população adscrita sob responsabilidade desse agente seria, em média, de 150 famílias ou 750 pessoas, as quais passam a ser co-responsáveis nos cuidados com a saúde.

Através dessas explicitações sobre a saúde e suas estratégias de ação e serviços, concorda-se com a posição de que as divisões espaciais nessa esfera competem a “recortes territoriais inseridos em um espaço geográfico contínuo, identificadas pelos gestores municipais e estaduais a partir de identidades culturais, econômicas e sociais, de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados do território” (Brasil, 2006b, p. 19). Apesar das ações estratégicas serem voltadas à saúde, não se pode negar que elas refletem também nos espaços de reprodução social das famílias.

As reflexões sobre os territórios utilizados pelo SUS não podem deixar de considerar que, variadas vezes, os recortes são mais arbitrários e utilizados simplesmente como uma delimitação do espaço físico, desconsiderando os processos que estão intrínsecos à realidade que configura todas as territorialidades ali presentes.

Nessa perspectiva, a delimitação do território domiciliar é evidente, mas, nos territórios área e microárea a definição das extensões não é precisa, apesar delas abrangerem as unidades de saúde ou ESF's, pois, “(...) sua lógica alude à quantidade de população, e não

de famílias que habitam num determinado recorte, sob a responsabilidade da unidade de saúde” (Gondim, *et. al.*, 2008, p. 8).

Deve-se chamar a atenção para a necessidade de tratar as informações físicas, econômicas, sociais e culturais sobre determinado território de modo articulado a ele, não o tratando meramente como um palco em que as ações individuais e coletivas se concretizam. Concorda-se com Gondim, *et al.* (2008) que

é importante o reconhecimento dos territórios e seus contextos de uso, pois estes materializam diferentemente as interações humanas, os problemas de saúde e as ações sustentadas na intersectorialidade. O território utilizado pela população pode ser assim operacionalizado, devido a concretude produzida pelas práticas humanas tanto as planejadas e inerentes às políticas governamentais de intervenção setorial, como as práticas circunscritas à vida social cotidiana (Gondim, *et. al.*, 2008, p. 15).

Por isso é viável que o ACS seja alguém daquele território em que atua, para que possa perceber, através da vivência, o cotidiano, os fatores que podem implicar em benefícios ou malefícios para a saúde, para que seja traçado um perfil local e o planejamento e execução das práticas pela equipe de saúde da família.

Atravessando esse universo do concebido, das teorias sobre o território e os processos de territorialização utilizados pelas instâncias de saúde, aproxima-se do empírico, percebido na pequena cidade de Matipó.

O município não possui uma unidade básica de saúde, por não abarcar a infraestrutura física e de pessoal necessária para ser concebida como tal. Verificou-se que no mesmo espaço físico, onde está instalado o ESF Centro, funcionam também outros três diferentes territórios, quais sejam: a Secretaria Municipal de Saúde; a sala de referência do ESF Rural e o Centro de Saúde. Conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e confirmação na secretaria municipal, além dos supracitados, há também na cidade um Pronto Atendimento (PA) e um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Infanto-Juvenil.

Em Matipó, o SUS se especializa territorialmente através de 1 (um) centro de saúde que se divide em 7 (sete) áreas, em que cada qual compreende uma unidade da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Por sua vez, cada uma dessas áreas é subdividida em microáreas, como mostra a tabela 12 a seguir.

Tabela 12: Cadastro familiar e populacional por área de abrangência ou ESF (2014)

| Área/ESF | Número de Microáreas e ACS | Número de famílias | Número de pessoas |
|------------------------------|----------------------------|--------------------|-------------------|
| Centro | 5 | 678 | 2230 |
| Palhada/Boa Esperança | 6 | 727 | 2238 |
| Boa Vista | 9 | 1215 | 4401 |
| Exposição | 6 | 639 | 2120 |
| Kelé | 5 | 688 | 2182 |
| Zona Rural | 6 | 700 | 2485 |
| Padre Fialho | 5 | 744 | 2579 |
| Total | 42 | 5391 | 18235 |

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Matipó - MG (2014)

A tabela mostra o número de áreas, microáreas, agentes de saúde e o número de famílias e de pessoas cadastradas por ESF. Estas áreas de abrangência recebem nomes fantasia que correspondem aos de alguns bairros e que, todavia, nem sempre compreendem apenas a sua delimitação. Por exemplo, o postinho⁴³ referente à ESF Kelé se localiza no bairro Centro e abrange parte da população desse bairro. A Zona Rural de Padre Fialho não é contabilizada pelo ESF Rural, mas pelo postinho do próprio distrito. São exemplos interessantes de se mencionar, pois demonstram uma organização territorial específica que não compreende as mesmas delimitações dos bairros, definidas pela prefeitura.

O índice populacional por ESF é relativamente homogêneo, situando-se em torno de 2000 a 2600 pessoas, 600 a 750 famílias variando entre 5 e 6 agentes de saúde por área, exceto o ESF Boa Vista que concentra maior índice populacional, 4401 habitantes distribuídos em 1215 famílias, necessitando de uma subdivisão maior, contendo 9 microáreas e 9 agentes.

De acordo com esses dados, verifica-se, em dezembro de 2014, uma população de 18235 habitantes cadastrados que compõem 5391 famílias, das quais 700 pertencem à zona rural, ou seja, em torno de 13% das famílias são diretamente vinculadas ao campo.

Pensando numericamente, é pequena a representação, todavia, retomando a análise para a materialização das relações sociais dessa população residente no campo em relação aos serviços de saúde, pode-se verificar uma presença constante na cidade, pois, as equipes de saúde realizam o atendimento nas comunidades quinzenalmente, duas vezes ao mês por meio de uma unidade móvel, ou seja, na maioria das localidades, não há um estabeleci-

⁴³ Posto de Saúde, mais popularmente conhecido como postinho, representa uma unidade destinada à prestação de assistência a uma determinada população, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/>. Acessado em março de 2015.

mento de saúde de referência. Isso demonstra que se essa população precisar de qualquer tipo de atendimento médico ou referente a remédios, precisa se deslocar até a cidade, e geralmente é atendida no ESF Centro ou ESF Palhada, isso considerando apenas a atenção primária, urgência e emergência.

Vale conferir a porcentagem de população com cobertura de planos de saúde, pois essa constatação revela a dependência maior ou menor das instâncias públicas referentes a essa informação.

Tabela 13: Pessoas cobertas com plano de saúde (2014)

| Microárea/ESF | Número de pessoas | (%) |
|------------------------------|-------------------|-------|
| Centro | 2230 | 24,39 |
| Palhada/Boa Esperança | 2238 | 4,96 |
| Boa Vista | 4401 | 0,77 |
| Exposição | 2120 | 22,55 |
| Kelé | 2182 | 9,3 |
| Zona Rural | 2485 | 11,95 |
| Padre Fialho | 2579 | 7,52 |

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Matipó - MG (2014)

As áreas que possuem maior porcentagem de população coberta com plano de saúde⁴⁴ são o Centro e a Exposição, mesmo assim não chega a 25% das pessoas. Na Zona Rural, o número é de 11,95%, ou seja, das 2485 pessoas residentes nessa delimitação, nem 300 possuem um plano de saúde. Em cada uma das demais áreas, não chega a 5% o índice populacional que possui esse serviço.

De toda a população abrangente da área Boa Vista, pouco mais de 30 pessoas, o equivalente a 0,77%, detém algum tipo de plano de saúde, o que representa um percentual irrisório diante do fato de ser a área com maior número de famílias circunscritas. Essa constatação justifica a maior demanda por atendimento do SUS.

Uma relevante situação a se destacar é que essa situação remonta à realidade característica dos sujeitos que, sobremaneira, representam através de suas práticas e ações, as ruralidades presentes na cidade e no urbano, já que é nessa área que residem a maioria dos colheitadores de café.

Pela análise dos dados, constata-se que há uma intensa dependência dos aparelhos públicos ou particulares nesse setor e, para as pessoas residentes no rural, o deslocamento

⁴⁴ Em alguns casos, os planos são funerários, mas geralmente oferecem descontos no atendimento médico e na realização de exames.

para a cidade é fundamental para o alcance mais efetivo desses serviços. Segundo o coordenador do ESF Rural, Osvaldino Alves Dutra, todos os dias há considerável presença de pessoas que moram no campo para serem atendidas na cidade.

Cabe aqui uma reflexão sobre um aumento das relações das pessoas do campo com as pessoas da cidade e vice-versa, devido à acessibilidade facilitada por uma maior fluidez nos transportes e comunicações. Não se pretende uma generalização, pois sabe-se bem que o acesso é desigual, contudo, não se pode omitir que essa é uma característica visível nos dias atuais.

Em particular, percebe-se essa dinamicidade em Matipó e uma maior presença diária na cidade da população residente no campo. Através da vivência nessa pequena cidade, pode-se elucidar que até a década de 1990 e princípios dos anos 2000, a população rural “frequentava a rua”⁴⁵, como assim era expressado, primordialmente aos sábados, para fazer compras nos supermercados e lojas, além da procura por lazer na praça ou no cais, onde ficam os barezinhos mais movimentados.

Em trabalho de campo desenvolvido nos comércios, em especial, nas farmácias e supermercados, foi relatada pelos proprietários a intensidade com que as pessoas que moram na roça vêm pra cidade, um deles disse que já fazem parte da circulação diária do comércio. O município concentra oito drogarias e três supermercados maiores, além de diversas mercearias e vendinhas espalhadas por todo o território. A maioria do comércio viabiliza o crédito mensal para os seus clientes e uma das farmácias e os supermercados fazem entregas em domicílios rurais até três vezes por semana. Na Drogamed, dos 530 cadastrados no sistema de crédito, 127 ou 24% são da zona rural.

É válido dizer que se reconhece um movimento de população do campo para resolver burocracias e necessidades na cidade, por ser aí que se concentram os aparelhos sociais como os comércios, hospitais, cartórios, contadores, dentre outros, inclusive os sindicatos tanto dos produtores quanto dos trabalhadores rurais tem sede urbana. Essas constatações não retiram a possibilidade de pensar na relação entre os espaços urbano e rural, pois se verifica a manifestação das imbricadas relações entre as pessoas do campo e da cidade e é também nesse viés que se justifica que a dinâmica dessa pequena cidade é permeada por vínculos inter-relacionados que, sobremaneira, fazem parte do processo de produção do espaço local.

⁴⁵ Frequentar a rua significa ir à cidade, especialmente ao centro.

No próximo item, se retratam as reflexões sobre a instância educacional, importante setor que também possibilita compreender a manifestação das relações cidade e campo na pequena Matipó.

4.2: As expressões das relações cidade e campo na educação básica

A educação é mais um setor que possibilita examinar as relações urbano e rural nas pequenas cidades, pois, na escola há o encontro e o convívio entre pessoas de diferentes classes sociais e residentes por toda a extensão do município. Por si só, já é, ou pelo menos deveria ser, um ambiente de aprendizado tanto no sentido literal, das disciplinas e conteúdos, como através da convivência e troca de experiências do cotidiano, afinal, as crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam, passam boa parte do seu tempo, quiçá a maior parte dele, numa escola, fato que reforça sua importância para pensar as relações cidade e campo nessa escala.

Pensando a educação escolar como prática social a partir de princípios como o pluralismo de ideias, a manifestação da cultura e do pensamento, a tolerância e o respeito à liberdade, a consideração das experiências para além da escola e os vínculos estabelecidos entre as práticas sociais, o trabalho e a educação escolar⁴⁶, acredita-se que a escola é um espaço que além de ser apropriado, concreta e simbolicamente, pelos diversos indivíduos que aí frequentam, propicia múltiplas relações entre eles, possibilitando tanto uma reafirmação de cada ser como sujeito, quanto redefinindo cada qual conforme as experiências trocadas e o convívio mútuo.

Em relação às escolas urbanas, aos inúmeros estudantes e seus respectivos modos de vida, afirma-se a importância do papel dessa instituição na (trans)formação dos alunos e prioriza-se, nessa pesquisa, pensar nessa convivência, através da relação entre os alunos residentes na cidade, e aqueles que moram no campo e nos reflexos cotidianos que são trazidos diariamente para o ambiente escolar.

Devido às condições estruturais, às características sociais, econômicas e culturais, os estados e municípios tem autonomia para definir e organizar as políticas educacionais e os currículos do ensino fundamental e médio conforme as peculiaridades locais, mas res-

⁴⁶ Com base nos artigos 1º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acessado em 30 de maio de 2015.

peitando as leis e as diretrizes de base estabelecidas pelo Ministério da Educação para o país.

As desigualdades sociais, por sua vez, são inerentes ao sistema vigente, afetando todas as esferas da vida inclusive a educação. Portanto, na conjuntura atual, a oferta gratuita do ensino básico e até mesmo do superior público já não são suficientes para que a população, em especial, aquelas pessoas com menores rendas, mantenham a frequência na escola.

Para tanto, é necessária uma infraestrutura que assegure o acesso e a permanência dos alunos nas salas de aula, como a merenda, o material didático e os meios viáveis para o deslocamento de acordo com as diferentes localidades. Os programas do Ministério da Educação (MEC), através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) consistem respectivamente, na concessão de uma linha de crédito para aquisição de veículos para viabilizar o deslocamento dos alunos e na assistência financeira como suplemento para os estados e municípios custearem as despesas referentes ao transporte escolar⁴⁷. Tais programas visam beneficiar, preferencialmente, os estudantes residentes na zona rural e abrangem toda a educação básica, desde a infantil até o ensino médio.

De acordo com essas considerações, busca-se analisar o aparato educacional existente em Matipó, e, através de alguns dados quantitativos referentes principalmente a 2014 e 2015, mostrar o índice de estudantes das escolas, residentes em áreas urbanas e rurais. Todavia, mais que descrever esses números, desenvolvem-se algumas reflexões sobre como um espaço como a escola possibilita perceber as urbanidades e as ruralidades inerentes à vida cotidiana numa pequena cidade. Tece-se, assim, mais um caminho pertinente para se compreender a produção do espaço a partir das relações de convivência entre os sujeitos sociais.

Há de se convir que a sala de aula costuma ser significativamente heterogênea devido à diversidade de formas de vida que ela envolve, mesclando pobres e ricos, negros, brancos, pardos e mestiços, além de serem muito diversos os contextos familiares de cada aluno, incluindo aí o local de residência e toda a complexidade que ele abrange.

⁴⁷ O Pnate foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 e o Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em 30 de maio de 2015.

É pertinente a apresentação de alguns dados mais gerais contidos no Atlas de Desenvolvimento Humano 2013 sobre Matipó para se conhecer a conjuntura local referente à educação básica.

Inicia-se avaliando a proporção de crianças e jovens que estão frequentando ou que já completaram determinados ciclos escolares, de acordo com as tabelas 14 e 15:

Tabela 14: Fluxo Escolar por Faixa Etária – Matipó MG (%)

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|-------|-------|-------|
| De 5 a 6 anos na escola | 31,17 | 43,7 | 92,38 |
| De 11 a 13 anos finais do fundamental ou com fundamental completo | 19,25 | 63,87 | 92,12 |
| De 15 a 17 anos com fundamental completo | 12,33 | 35,31 | 46,1 |
| De 18 a 20 anos com médio completo | 3,85 | 10,05 | 32,81 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Visualiza-se que o fluxo escolar das crianças entre 5 e 6 anos obteve um aumento substancial de 61,21% no período analisado, subindo de 31,17% em 1991 para quase 93% em 2010. Entre 11 e 13 anos, esse fluxo passou de 19,25% estudantes nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo para 23,87% nos anos 2000 e para 92,12% em 2010, com um aumento na proporção de 72,87%. Daqueles com fundamental completo, nas idades de 15 a 17 anos, a percentagem de aumento foi de 33,77%, sendo que em 1991 apenas 12,33% desse público havia concluído essa etapa e em 2010, esse índice passou para 46,1%. Dos jovens na faixa etária de 18 a 20 anos, nem 4% tinham completado o ensino médio em 1991, em média 10% concluíram essa etapa nos anos 2000 e em 2010, o índice foi superior a 30%, calculando um aumento de 28,96% nesse período.

Tabela 15: Fluxo Escolar por Faixa Etária – Matipó/Minas Gerais/Brasil (%)

| | Matipó | Minas Gerais | Brasil |
|--|--------|--------------|--------|
| De 5 a 6 anos na escola | 92,38 | 92,18 | 91,12 |
| De 11 a 13 anos finais do fundamental ou com fundamental completo | 92,12 | 87,96 | 84,86 |
| De 15 a 17 anos com fundamental completo | 46,1 | 60,94 | 57,24 |
| De 18 a 20 anos com médio completo | 32,81 | 42,82 | 41,01 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

A tabela 15 acima retrata o fluxo por faixa etária no município, em Minas Gerais e no Brasil. Em comparação às percentagens estadual e nacional, o município tem um índice pouco superior em relação às idades de 5 a 6 e de 11 a 13, e na faixa que compreende jo-

vens de 15 a 20 anos, os números representativos de Matipó são inferiores àqueles das outras escalas expostos.

Até aqui, avalia-se como é grande o índice de defasagem a partir do ensino fundamental e inclusive nesse ciclo, se comparado ao número de alunos que entram na escola nos anos iniciais. Ocorre que, muitas vezes, esses mesmos jovens precisam trabalhar para ajudar no sustento da família e não conseguem conciliar estudo e emprego, como se pôde observar daqueles que atuam na colheita do café. Além do fator trabalho, falta maior incentivo e motivação para que esse público permaneça na escola.

A tabela 16 mostra como é a dinâmica da escolaridade da população de 25 anos ou mais entre os anos de 1991 e 2010.

Tabela 16: Escolaridade da população de 25 anos ou mais – Matipó MG (%)

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Fundamental incompleto e analfabeto | 39,6 | 25,5 | 19,4 |
| Fundamental incompleto e alfabetizado | 50,8 | 59,9 | 57,2 |
| Fundamental completo e médio incompleto | 3,1 | 5,4 | 8,9 |
| Médio completo e superior incompleto | 4,7 | 7,5 | 9,5 |
| Superior completo | 1,9 | 1,7 | 5 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Sobre esse público, os dados mostram que na década de 1990, 39,6% deles tinham o fundamental incompleto ou era analfabeto, se reduzindo para 25,4% em 2000 e para 19,4% em 2010. Os números apontam positivamente essa redução, significando que decaiu o índice daqueles com pouca ou sem escolaridade. Aqueles que tinham fundamental incompleto ou eram ao menos alfabetizados aumentou para 9,1% entre 1991 e 2000 e, entre 2000 e 2010, sofreu uma pequena queda de 2,7%. Entre 1991 e 2010, apesar dos índices desses sujeitos com o ensino fundamental e médio completo ser bem pequeno, houve um acréscimo de 4,7% para 8,9%; daqueles com o segundo grau completo e superior incompleto, houve um aumento de 4,7% para 9,5%. Os números são ainda menores quando se refere ao ensino superior abarcando somente 5% desse público em 2010. Conclui-se que essas informações revelam o alto índice de evasão escolar dos estudantes acima de 18 anos de idade.

Os dados quantitativos mais atualizados sobre as matrículas em Matipó do site IBGE Cidades são de 2012. Foram extraídos e compilados aqueles que se considerou mais importante para a análise. Como pode ser visualizado na tabela 17 a seguir.

Tabela 17: Número de matrículas por nível de ensino – Matipó MG (2012)

| | |
|---------------------------|------|
| Pré-Escolar | 460 |
| Ensino Fundamental | 3160 |
| Ensino Médio | 810 |

Fonte: IBGE (2012)

O ensino pré-escolar é ofertado principalmente pelas escolas municipais, com um total de 434 matrículas, sendo que as outras 26 são da única escola privada que há na localidade. Em relação ao ensino fundamental, a maior parte é realizado pelas escolas estaduais, somando 2139 matrículas, 918 pela rede pública municipal e 103 pela rede privada. As matrículas do ensino médio são majoritariamente em escolas estaduais, totalizando 787, sendo, no entanto, 23 na rede particular.

Nas sínteses disponibilizadas pelo IBGE Cidades referentes a 2012, não há informações sobre ensino, matrículas, docentes e rede escolar no nível superior. Nesse mesmo capítulo se retomará a questão desse grau de ensino retratando a faculdade Univértix.

Voltando à educação básica, uma aproximação mais direta ao empírico permite descrever a espacialização das escolas, discutir a presença de sujeitos rurais nas escolas urbanas e demonstrar a efetividade das relações cidade e campo manifestadas através do espaço escolar.

Em Matipó existem nove escolas municipais, cinco delas se situam na zona rural e uma no distrito de Padre Fialho. Além das quatro localizadas na zona urbana, há ainda a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Fundação Educacional do Menor Carente (FEMEC).

A tabela abaixo mostra o número de alunos matriculados nas escolas municipais nos anos de 2014 e 2015.

Tabela 18: Número de alunos matriculados nas escolas municipais – Matipó MG

| Escolas Municipais | 2014 | 2015 |
|---|-------------|-------------|
| APAE | 110 | 117 |
| Vovô Vicente | 147 | 185 |
| Delizete Brandão | 116 | 92 |
| Deputado José Henrique Lisboa Rosa | 527 | 482 |
| Jair Gualberto da Rocha | 181 | 306 |
| Presidente Médici | 209 | 197 |
| Boa Esperança | 54 | 54 |
| Santo Antônio | 29 | 23 |
| Portugal | 16 | 16 |
| Monte Alegre | 56 | 34 |
| Total | 1445 | 1506 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2015)

A APAE está localizada no centro da cidade e atende à educação infantil e do primeiro ao quinto ano, além do atendimento a alunos com idade especial. A instituição tinha um total de 110 matrículas em 2014 e 117 em 2015, sendo que 6 deles moram na roça.

A Escolinha Vovô Vicente oferece apenas educação infantil e funciona em três locais diferentes: utiliza-se de uma sala em uma escola estadual no centro, possui sede também no Loteamento do Jorge e outra no bairro Exposição. No período analisado, houve um aumento de 38 alunos, passando de 147 para 185, sendo que desses apenas 9 eram residentes da zona rural.

Das nove escolas municipais, apenas duas oferecem o ensino fundamental completo, a Presidente Médici está localizada no Córrego São Joaquim, zona rural, e a Jair Gualberto da Rocha no bairro Palhada, nesta também funciona Educação para Jovens e Adultos - EJA. Entre 2014 e 2015, a primeira teve uma redução de 209 para 197 matrículas e a segunda obteve um aumento de 181 para 306 estudantes, dos quais 30 moram na zona rural.

As outras quatro escolas municipais rurais oferecem a educação infantil e o primeiro ciclo do fundamental. A escola Boa Esperança situa-se no Córrego Bonfim e tem um total de 54 matrículas. A escola Santo Antônio está localizada no Córrego de mesmo nome e teve uma pequena queda no número de alunos de 29 para 23. A escola Portugal fica no Córrego do Gambá e possui 16 estudantes e a escola Monte Alegre está situada no Córrego Baú e sofreu uma queda considerável nas matrículas, caiu de 56 em 2014 para 34 em 2015, totalizando um índice de 22 alunos a menos.

No distrito de Padre Fialho está a Escola Delizete Brandão que também oferta desde o pré-escolar até o quinto ano e teve uma queda nas matrículas de 116 (22 da zona rural) para 92 (16 da zona rural) no período em questão.

Situada no Bairro Boa Vista, a Escola Deputado José Henrique Lisboa Rosa é a que abarca o maior número de alunos dentre todas as municipais e além do ensino fundamental até o quinto ano, também trabalha com a EJA. O total de estudantes era 527 em 2014 e reduziu para 482 em 2015.

Com base nessas descrições, atenta-se que, apesar de haver cinco escolas municipais rurais, a única delas que oferece o ensino fundamental completo é a Presidente Médici, as demais proporcionam o ensino desde o pré-escolar até o quinto ano.

Esse fato revela uma importante constatação referente à educação em Matipó, pois, não há escolha, para continuar os estudos e concluir o ensino médio, os estudantes residentes em toda a extensão da zona rural desse município precisam se deslocar até a cidade,

onde o ensino médio é ofertado. E não apenas nessa etapa, afinal, nas outras quatro localidades em que há escolas, esses sujeitos são obrigados a concluir até mesmo o fundamental na zona urbana. Isso sem falar nas demais comunidades em que não há nenhuma escola e os estudantes precisam se deslocar para cursar desde as séries iniciais. Essa é uma realidade inerente a essa pequena cidade.

De acordo com o artigo 28 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural” (Brasil, 2005, p. 16).

Entretanto, o que se percebe é que uma educação adequada para os alunos do campo, no sentido de considerar sua realidade de vida na roça, seus hábitos e suas experiências extraclasse, torna-se inviável quando se precisa ir para a cidade já para cursar o ensino fundamental. Não se pode negar, sobretudo, o desafio que é para esses alunos, bem como para os professores lidar com tamanha heterogeneidade. Ademais, o modelo de educação ofertado pelas escolas urbanas não contempla as especificidades do campo. Os conteúdos curriculares são organizados pelo crivo da urbanidade, privilegiam as demandas urbanas, mesmo que em detrimento das rurais. O cultivo agrícola, a pecuária, a relação com a natureza, a preservação dos rios e matas, a cultura da roça, as relações de compadrio, tudo isso acaba relegado a um segundo plano face às demandas tipicamente urbanas.

Para entender melhor o contexto local, se expõe agora, a espacialização das escolas estaduais, o total de alunos matriculados em 2014 e 2015 e a oferta de ensino como se pode conferir na tabela 19 abaixo:

Tabela 19: Número de alunos matriculados nas escolas estaduais – Matipó MG

| Nome da Escola | Número de Alunos Matriculados | | Localização | Séries |
|-----------------------------------|-------------------------------|------|--------------|-------------------------------|
| | 2014 | 2015 | | |
| E. E. José Mendes Magalhães | 396 | 334 | Centro | Pré ao 5º |
| E. E. Waldomiro Magalhães | 355 | 360 | Centro | Pré ao 5º |
| E. E. do Bairro Boa Vista | 783 | 704 | Boa Vista | 6º ao 9º e Ensino Médio / EJA |
| E. E. Waldomiro Mendes de Almeida | 1180 | 1288 | Centro | 6º ao 9º e Ensino Médio / EJA |
| E. E. Maria Vicência Brandão | 619 | 641 | Padre Fialho | 6º ao 9º e Ensino Médio / EJA |
| Total | 3333 | 3327 | | |

Fonte: Escolas Estaduais

Há cinco escolas estaduais em todo o município, incluindo uma localizada no distrito de Padre Fialho e as demais na cidade de Matipó. Pode-se observar na tabela que as duas primeiras ofertam o primeiro ciclo do fundamental e as três últimas, além do segundo ciclo do ensino fundamental completo, o ensino Médio e a Educação e Jovens e Adultos.

Das cinco escolas, três situam-se no bairro Centro, o que demonstra a concentração seguida de uma desigualdade espacial, visto que o município possui outros bairros sem nenhuma escola. O bairro Boa Vista, por exemplo, concentra o maior índice populacional e também as condições mais precárias, moradias irregulares, dentre outros aspectos que caracterizam até uma segregação socioespacial. Nesse bairro há uma escola estadual, a FE-MEC e uma escola municipal, como já comentado anteriormente.

Entre as escolas que ofertam a primeira fase do ensino fundamental, o número de alunos matriculados em 2014 esteve entre 350 e 400 sendo reduzido em 2015, ficando entre 330 e 360. Já nas escolas situadas na cidade que tem o ensino médio, há um maior índice de matrículas na Waldomiro Mendes de Almeida, mais conhecida como “colégio”. De 1180 em 2014, aumentou para 1288. Na escola do Bairro Boa Vista, houve uma redução, de 783 para 704. Em Padre Fialho, por sua vez, esse índice teve um aumento de 619 para 641. Através da soma do total geral de alunos matriculados em todas as escolas houve uma pequena diferença, com uma redução de apenas seis matrículas de um ano para o outro.

Os próximos dados são para caracterizar o total de estudantes de cada escola estadual e compará-los, com o objetivo de visualizar o índice de estudantes matriculados por local de residência.

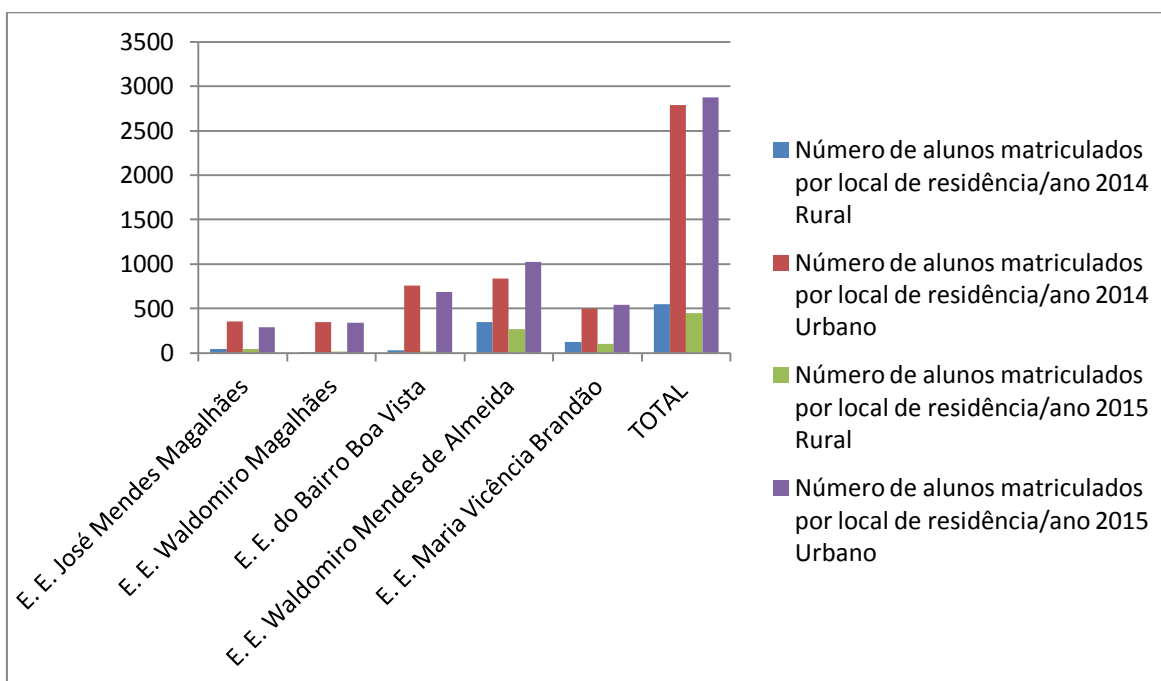
Por estarem situadas na cidade, obviamente que a maioria das matrículas são de sujeitos que vivem nessa instância, contudo, a relevância é demonstrar a representatividade daqueles residentes rurais que precisam se deslocar, diariamente, para alcançar os estudos.

Esse índice é menor nas escolas que oferecem até o quinto ano devido à presença de escola em algumas dessas localidades e/ou pela opção de estudar em alguma escola municipal que, porventura se localize mais perto da comunidade rural. Como exemplo, podem-se citar os alunos que moram no Córrego dos Lourenço e estudam na escola Municipal Jair Gualberto da Rocha no bairro Palhada, onde o acesso é mais próximo.

Tabela 20: Número de alunos matriculados por local de residência/ano – Matipó MG

| Escolas Estaduais | 2014 | | 2015 | |
|-----------------------------------|------------|-------------|------------|-------------|
| | Rural | Urbano | Rural | Urbano |
| E. E. José Mendes Magalhães | 42 | 354 | 45 | 289 |
| E. E. Waldomiro Magalhães | 9 | 346 | 19 | 341 |
| E. E. do Bairro Boa Vista | 27 | 756 | 18 | 686 |
| E. E. Waldomiro Mendes de Almeida | 346 | 834 | 266 | 1022 |
| E. E. Maria Vicência Brandão | 123 | 496 | 102 | 539 |
| Total | 547 | 2786 | 450 | 2877 |

Fonte: Escolas Estaduais

Figura 30: Número de alunos matriculados por local de residência/ano – Matipó MG

Fonte: Escolas Estaduais

Na escola estadual José Mendes Magalhães, do total de 354 alunos residentes na cidade em 2014, houve uma redução para 289 em 2015 e dos moradores do campo teve um pequeno aumento de 42 para 45. Dentre todas as outras, essa é a instituição que está com pouca ou nenhuma preservação e conservação de sua estrutura, os muros estão totalmente destruídos, as carteiras quebradas, se utilizam de salas improvisadas, banheiros mal cuidados, dentre outros. No ato da visita, não foi um objetivo investigar isso, mas foi impossível não observar esses fatores, os quais chamaram bastante a atenção e podem ser uma das justificativas para uma redução no quadro de matrículas.

Já na Waldomiro Magalhães, apesar de obter um aumento de 10 alunos no período retratado, a representação dos alunos rurais é uma das menores, sendo 341 matrículas de alunos urbanos em 2015.

Das escolas que ofertam o segundo ciclo do fundamental e o ensino médio, a do bairro Boa Vista possui poucos alunos da roça, de 27 em 2014 para 18 em 2015, e um expressivo número da cidade, de 756 caiu para 686. O colégio, apesar de ter sofrido uma redução de 346 em 2014 para 266 estudantes rurais em 2015, é a escola que concentra o mais alto índice desse público. Ao mesmo tempo, teve um súbito aumento de 834 para 1022 estudantes urbanos. Desse dado, pode-se pensar na possibilidade de ter algum índice de alunos da roça que, porventura, se mudaram para a cidade. Em Padre Fialho, a escola Maria Vicência Brandão também possui significativa representatividade de alunos do campo, totalizando 102 em 2015 e 539 residentes na área urbana do distrito.

Acredita-se que a descrição sobre a localização e as matrículas é importante, pois possibilita dimensionar a espacialização das escolas e verificar a quantidade de alunos de cada uma delas.⁴⁸ Quando se trata os dados de modo individualizado, como se fez nas últimas linhas sobre cada escola, tem-se o aporte de verificar em que medida cada uma representa e está representada através do número de alunos matriculados.

Os índices podem parecer pequenos para se pensar numa relação cidade e campo sob a dimensão da educação. Quando se pensa na integração desses dados e numa representatividade do total deles em relação à realidade de uma pequena cidade, se pode constatar que as variáveis trazem significativas constatações. Ao se mensurar que em 2014 eram 547 (16,41%) o total de alunos da roça que estudavam na cidade e 450 (13,52%) em 2015, vê-se que, proporcionalmente à diferença existente entre população urbana e rural no município, efetivamente são índices representativos. Pensando para além do quantitativo, se percebe qualitativamente que são crianças, jovens e adultos que estão representados nesses dados e que as relações estabelecidas entre eles e aqueles estudantes residentes na cidade, bem como com o professor ou o diretor e toda a infraestrutura de uma escola urbana, é que podem revelar mais efetivamente o vivido.

⁴⁸ Além das escolas públicas, ainda há um colégio particular, o CEM - Centro Educacional de Manhauçu, unidade Matipó, que foi inaugurada em 2007, é conveniada ao sistema de ensino Positivo e oferece as modalidades de educação infantil, ensino fundamental e médio. Infelizmente, a escola não forneceu os dados sobre a quantidade de alunos matriculados, impossibilitando a análise referente a essa instituição.

Admitindo a relevância dessas interações, argumenta-se que o cotidiano desses alunos da cidade e do campo numa mesma instituição, é uma variável que demonstra a manifestação das relações urbano e rural em Matipó e estão implicadas na produção espacial.

Uma vez que é uma convivência diária, apontam-se alguns dos desafios enfrentados principalmente por aqueles que, dia a dia, precisam se deslocar de maiores distâncias ou das imediações de sua moradia para frequentar a escola na cidade, e também daqueles que conciliam o trabalho com os estudos, seja na roça, seja nos comércios ou em qualquer outra atividade. Problemas como o cansaço físico e a desatenção em sala de aula, períodos de ausência devido às condições das estradas em épocas de chuva, são enfrentados.

Claro que há desafios maiores que outros, por exemplo, por abranger uma educação que é voltada principalmente para um público urbano, os professores e alunos precisam lidar com os processos de diferenciação, os tipos de conhecimentos prévios desse público, pensar em práticas pedagógicas que auxiliam nas diversas abordagens em sala de aula, o que nem sempre acontece.

Em Matipó, principalmente no colégio no período matutino, a maioria das turmas possui uma miscelânea de alunos rurais e urbanos que mantém relações próximas. A convivência diária e a troca de experiências entre esses sujeitos possibilitam, sobremaneira, perceber os laços que são feitos, a aprendizagem que é construída, os conflitos e as manifestações das relações cidade e campo imbuídas no processo de produção espacial em Matipó através do âmbito educacional.

Pensando nas escolas das pequenas cidades de uma maneira peculiar, aponta-se que a reflexão sobre as diferenças dos contextos dos alunos da cidade e do campo como uma realidade múltipla, diversa, e não desigual, é fundamental para se compreender as urbanidades e as ruralidades presentes na escola, a qual se configura também como um espaço social e que promove a integração.

Além desse aparato educacional, a partir de 2008 o município conta também com a oferta de alguns cursos de ensino superior através de uma faculdade privada, a Univértix. Por considerá-la como um objeto geográfico influente na produção do espaço local recentemente, retratar-se-á mais detalhadamente, no próximo subitem, sua dinâmica.

4.3- A interiorização do ensino superior e as expressões das relações cidade e campo

Nos albores dos tempos contemporâneos, o ensino superior tornou-se praticamente indispensável à sociedade, logo, se há necessidade propagada, presume-se que há oferta. Devido à insuficiente oferta desse serviço por parte do poder público, abriram-se as brechas ao setor privado que, por sua vez, aproveita para direcionar ações nessa instância, almejando possíveis resultados positivos daí advindos.

É diante dessa conjuntura que o poder privado adquire maior representatividade no número de cursos de graduação oferecidos no Brasil, haja vista que é necessário suprir as demandas perante a consolidação de um período em que a formação superior e profissional é um ícone cada vez mais visado pela sociedade de maneira geral.

A interiorização do ensino superior, especialmente em direção às pequenas e médias cidades faz parte dessa maré e suscita pensar os processos de mudança e a reconfiguração espacial por que passam esses locais. Em Matipó, a implantação de um novo objeto geográfico, a faculdade Univértix, instiga analisar as novas dinâmicas espaciais vivenciadas e percebidas nessa localidade. É uma instituição privada e seus idealizadores são os empresários da família Gardingo, um grupo de descendentes italianos bem sucedido que reside nessa pequena cidade desde os anos 40 do século XX e exercem influência no processo de produção do espaço local.

Originalmente camponeses, a família morava na zona rural e era produtora de tomates em fins da década de 1960. Já nos anos de 1980, começaram os investimentos na área comercial e na compra de café, período em que tiveram significativos aumentos nos lucros. Hoje, os membros do Grupo Gardingo são proprietários de diversos meios de produção, relevantes proprietários fundiários e também de diversos estabelecimentos comerciais e industriais, atuam nos ramos da cafeicultura e criação de gado de leite e corte⁴⁹. Mais recentemente, atuam também no setor de serviços através da oferta do ensino superior.

Esses sujeitos são camponeses que vão para a cidade em busca de novos horizontes, investem no comércio urbano, mas lidam fortemente com a roça e com produtos do gênero agrícola. Em nenhum momento, o grupo se desvinculou do campo, tampouco das atividades competentes a ele. Esse forte vínculo da família com o rural influencia consequentemente em suas ações no município. Suas projeções se fazem presentes na cidade e no cam-

⁴⁹ UNIVERTIX in: http://faculdadevertice.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=10. Acessado em 12 de janeiro de 2014.

po, interferindo na dinâmica das relações urbano-rurais, pois, como grandes produtores de café e de outros produtos agrícolas, participam da dinâmica de interação entre esses espaços.

A faculdade inaugura suas atividades no ano de 2008 (figuras 31 e 32), mas os anseios dos seus idealizadores para implantá-la nessa pequena cidade é muito anterior, haja vista que todo o arcabouço necessário, desde a infraestrutura até os trâmites burocráticos de legalização perduraram por mais de sete anos.

Figura 31: Vista frontal da sede da Univértix



Fonte: www.faculdadevertice.com.br

Figura 32: Vista lateral da sede da Univértix



Fonte: www.faculdadevertice.com.br

Para iniciar as atividades na instituição, houve uma organização e um direcionamento para que a escolha e a logística dos cursos atendessem às demandas advindas do município e de toda a região de abrangência da mesma, além, obviamente, das demandas do mercado. Para tanto, foi realizada uma pesquisa pela UninCor – Três Corações, visando saber o efetivo interesse local e regional pelo ensino superior e, dessa maneira, buscando atender a esse pleito, foram abertos cursos como Medicina Veterinária, Agronomia e Engenharia Civil, os quais são diferenciais da instituição frente aos que são ofertados na esfera regional.

No primeiro ano de funcionamento, a faculdade contava com quatro cursos de graduação presencial e atualmente consolida o funcionamento de oito (tabela 21). Isso significa que em menos de cinco anos houve uma expansão e variedade na oferta desse serviço educacional. A instituição oferece ainda oito cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Em 2012, inicia-se a escola técnica Vértix com os cursos técnicos profissionalizantes em edificações e mecânica e, no princípio de 2013 abrem-se as vagas para o curso de Estética, em 2014 para o técnico em Enfermagem e agora em 2015, o curso de Segurança do Trabalho. No início, o investimento das mensalidades era feito pelos próprios discentes, pois a oferta dos cursos era particular. Atualmente, alguns deles são subsidiados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A seguir, visualiza-se nas tabelas 21 e 22, o número de estudantes por curso e por semestre a partir de 2008 e o número de estudantes formados a partir de 2011.

Tabela 21: Número de alunos matriculados por curso e por período - Univértix (2015)

| Cursos | 2008/ 01 | 2008/ 02 | 2009/ 01 | 2009/ 02 | 2010/ 01 | 2010/ 02 | 2011/ 01 | 2011/ 02 | 2012/ 01 | 2012/ 02 | 2013/ 01 | 2013/ 02 | 2014/ 01 | 2014- 02 | 2015/ 01 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Administração | 27 | 27 | 56 | 61 | 69 | 64 | 83 | 79 | 95 | 88 | 100 | 84 | 117 | 107 | 133 |
| Agronomia | 15 | 16 | 33 | 36 | 50 | 54 | 65 | 65 | 102 | 101 | 122 | 105 | 129 | 125 | 153 |
| Ciências Contábeis | | | 12 | 8 | 22 | 25 | 47 | 41 | 72 | 72 | 108 | 111 | 147 | 140 | 150 |
| Educação Física | | 20 | 49 | 51 | 75 | 78 | 90 | 76 | 88 | 75 | 88 | 71 | 100 | 88 | 91 |
| Enfermagem | 44 | 50 | 111 | 81 | 85 | 89 | 118 | 105 | 92 | 79 | 76 | 64 | 101 | 93 | 112 |
| Engenharia civil | | | | | | 50 | 95 | 140 | 227 | 220 | 289 | 289 | 344 | 336 | 380 |
| Farmácia | | | 25 | 25 | 53 | 51 | 62 | 61 | 78 | 79 | 73 | 65 | 91 | 93 | 98 |
| Veterinária | | | | 20 | 53 | 61 | 88 | 83 | 132 | 128 | 195 | 200 | 310 | 317 | 427 |
| Técnico Edificações | | | | | | | | | 41 | 32 | 50 | 43 | 61 | 119 | 96 |
| Técnico Mecânica | | | | | | | | | 97 | 80 | 115 | 97 | 97 | 150 | 132 |
| Técnico Estética | | | | | | | | | | | 20 | 20 | 62 | 116 | 97 |
| Técnico Enfermagem | | | | | | | | | | | | | | | 19 |
| Técnico Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | 25 |
| Total | 86 | 113 | 286 | 282 | 407 | 472 | 648 | 650 | 1024 | 954 | 1236 | 1149 | 1559 | 1684 | 1913 |

Fonte: Univértix (2015)

Tabela 22: Número de alunos formados - Univértix

| Cursos | 2011/01 | 2011/02 | 2012/01 | 2012/02 | 2013/01 | 2013/02 | 2014/01 | 2014-02 | Total por curso |
|-------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------|
| Administração | | 11 | 1 | 17 | 8 | 11 | 4 | 5 | 57 |
| Agronomia | | | | 7 | 5 | 16 | 3 | 10 | 41 |
| Ciências Contábeis | | | | 5 | 2 | 4 | 3 | 9 | 23 |
| Educação Física | 13 | 12 | 3 | 15 | 4 | 10 | 3 | 11 | 71 |
| Enfermagem | | 30 | 8 | 29 | 3 | 2 | | 8 | 80 |
| Engenharia civil | | | | | | | | | |
| Farmácia | | | | 23 | 6 | | 1 | 8 | 38 |
| Veterinária | | | | | | | 12 | 15 | 27 |
| Técnico Edificações | | | | | | 26 | | 15 | 41 |
| Técnico Mecânica | | | | | | 65 | | 17 | 82 |
| Técnico Estética | | | | | | | | 16 | 16 |
| Técnico Enfermagem | | | | | | | | | |
| Técnico Segurança do Trabalho | | | | | | | | | |
| Total | 13 | 53 | 12 | 96 | 28 | 134 | 26 | 114 | 476 |

Fonte: Univértix (2015)

No final de 2008, eram 113 o total de alunos matriculados em todos os cursos. Em 2009, se iniciaram os cursos de Ciências Contábeis, Farmácia e Medicina Veterinária, este no segundo semestre do último ano citado, quando o índice era de 282 alunos. A partir de então, esse índice foi aumentando gradativamente atingindo 650 no final de 2011, ano em que se formaram 66 estudantes de três diferentes cursos. Em 2012 se formaram mais 108 alunos de seis cursos e o total de matrículas na faculdade ao final desse ano era de 954 estudantes. Em 2013 já eram 1149 alunos, sendo que se formaram 162 da graduação e 91 dos cursos técnicos. Mais recentemente, em 2014, tem-se nada menos que 1684 matrículas, 140 concluintes em todas as modalidades.

Além dessas descrições ainda estão disponíveis na primeira tabela, dados referentes a 2015, em que há dois novos cursos técnicos, somando 44 matrículas. Um número de destaque nesses índices corresponde às matrículas do curso de Veterinária, que em fins de 2009 tinha apenas 20 e hoje somam 427 alunos, seguido do curso de Engenharia Civil, com 380.

Nota-se que após ter se iniciado a graduação em Engenharia Civil, há um predomínio de matrículas nesse curso em relação aos outros no decorrer dos anos até 2014, quando esse curso concentra 336 estudantes. Como se destacou, esse índice foi superado em 2015 pelas matrículas do curso de Medicina Veterinária, o qual se manteve com o segundo maior número de alunos a partir de 2012. O curso de Agronomia começou com apenas 15 estudantes e hoje somam 153, sendo que já se formaram 41 engenheiros agrônomos pela Univértix. Administração, Ciências Contábeis e Enfermagem possuem cada, acima de 100 matrículas no ano corrente, e se formaram, respectivamente 57, 23 e 80 profissionais no total. Em relação aos demais cursos de graduação, em Farmácia já se formaram 71 alunos e em Educação Física 38, cada um deles possui acima de 90 matrículas em 2015.

A explicação mais plausível para esse substancial acréscimo no total de matrículas do curso de Veterinária foi o investimento no corpo docente qualificado, mas principalmente em infraestrutura moderna e sofisticada, com a construção do Hospital Escola (figura 33).

Figura 33: Obras do Hospital Escola da Univértix



Fonte: <http://www.univertix.net/>

Em 2011 se iniciaram as obras e foi inaugurado no início de 2014, equipado com laboratórios e recursos tecnológicos de última geração. Esse foi, sem dúvidas, um fator de atração a muitos estudantes de Matipó, da região e de outros municípios do estado. Em 2014 se formaram 27 profissionais nessa área.

Figura 34: Hospital Veterinário da Univértix



Fonte: <http://www.univertix.net/>

Relativo aos cursos técnicos, o de maior expressividade é Mecânica, seguidos pelos de Estética e Edificações, dos quais, respectivamente, 82, 16 e 41 já concluíram. Enfermagem e Segurança do Trabalho somam 44 estudantes ao todo. Dentre os discentes matipoenses e advindos de outras tantas pequenas cidades que compõem a região, residentes urbanos e rurais, já se formaram 476 profissionais em diversas áreas nessa instituição.

Considera-se importante a oferta dos cursos técnicos, pois há mais oportunidades para jovens e adultos, concluintes ou em fase de conclusão do ensino médio de se formarem e obterem um título profissionalizante com menores mensalidades e o menor tempo de conclusão em relação aos cursos de graduação. Logo, aumentando a qualificação de mão-de-obra, as oportunidades no mercado de trabalho também aumentam e as chances de ingressar no ensino superior são substancialmente maiores.

É notório enfatizar que além de ter se firmado na cidade e transformado, de certo modo, a realidade local, a Univértix possui uma abrangência regional, que envolve um quadro de 91 professores de 21 cidades diferentes.

De acordo com uma análise documental realizada na faculdade em setembro de 2013⁵⁰, constatou-se que há estudantes de origens diversas, distribuídos entre 97 cidades e distritos, dentre eles, destacam-se pelo número mais elevado de alunos, a própria Matipó com 319, seguida por Abre Campo com 140, Santa Margarida com 83, Manhauçu com 77, Rio Casca com 57, Sericita com 55, Raul Soares com 54, Pedra Bonita com 43, São Pedro dos Ferros com 38, São João do Manhauçu com 30, Caputira com 27, Miradouro com 14, Caratinga com 12, Lajinha com 10 e Governador Valadares com 10 (figura 35)⁵¹.

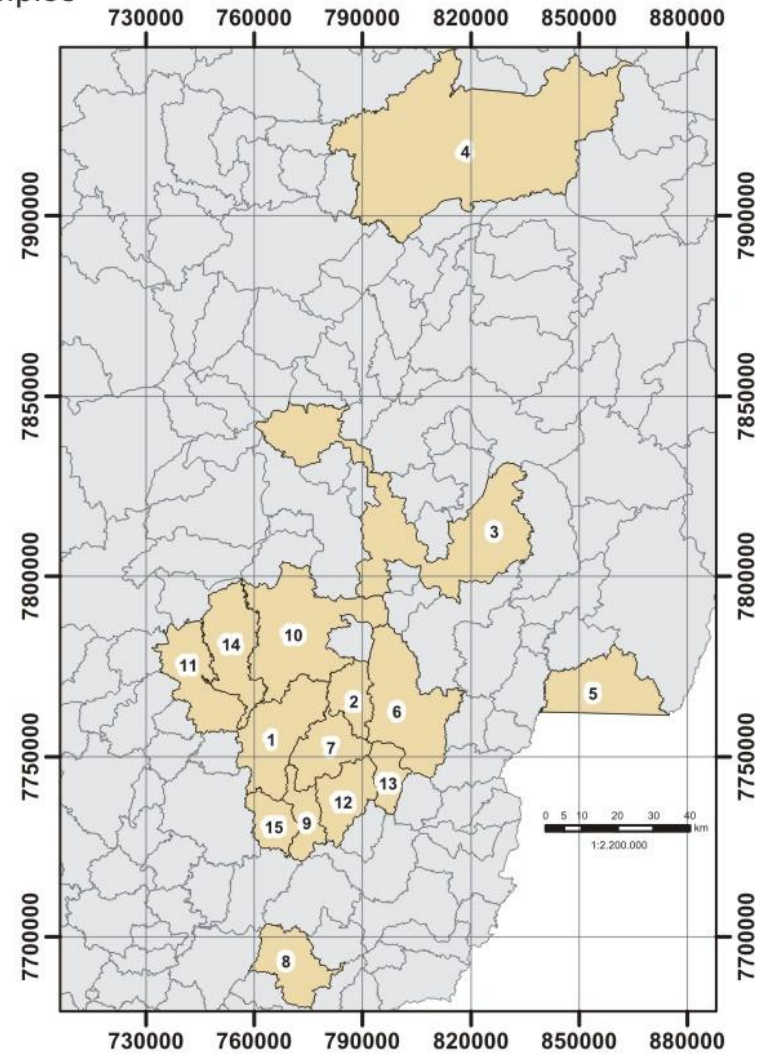
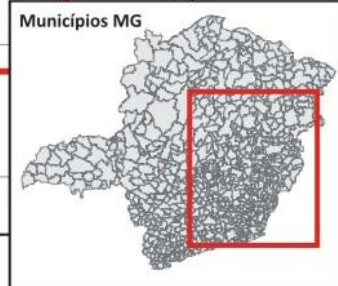
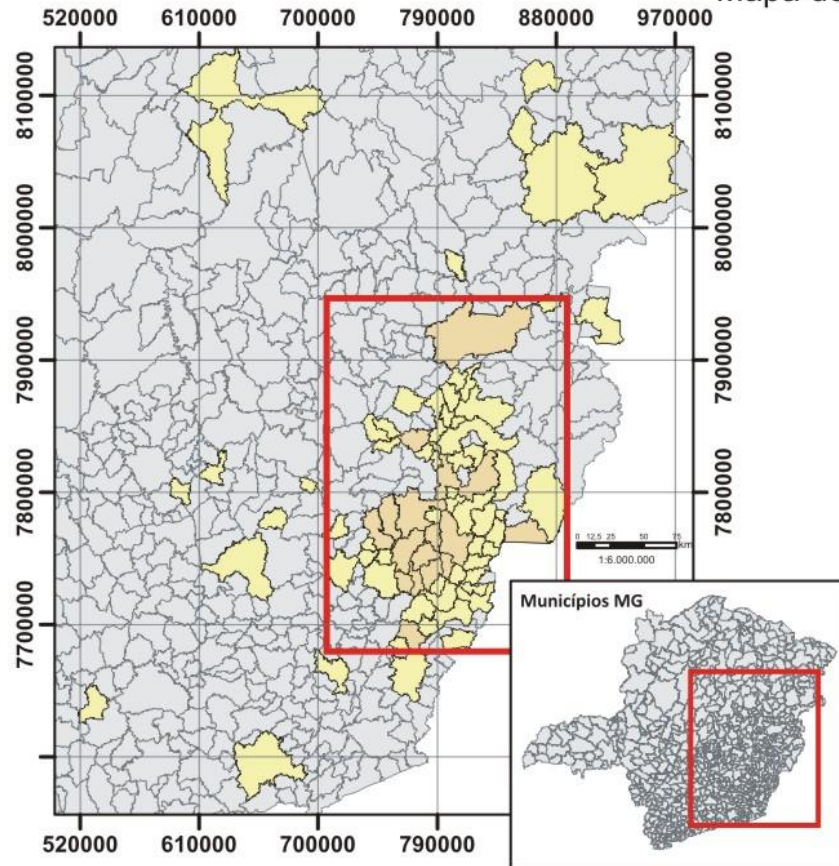
Vale ressaltar a oportunidade que, atualmente, muitos jovens de Matipó e da região têm tido para ingressar numa instituição de ensino superior, afinal, até o fim de 2013 eram mais de 300 alunos nativos matriculados. As vantagens estão no fato de que a oferta desse nível de ensino na cidade, ainda que particular, resguarda gastos como transporte e/ou despesas com aluguel e outros serviços, além de evitar a migração da população por motivos de formação educacional.

Conforme Sampaio (2011, p. 33; 36), “(...) atualmente, mais de 70% dos cursos de graduação no País são oferecidos pelo setor privado” e “por mais diferentes que sejam os

⁵⁰ No trabalho de campo realizado em abril de 2015, a faculdade não disponibilizou uma atualização da descrição detalhada de alunos e professores por município do ano de 2014 e 2015, portanto, os mapas foram elaborados com os dados de 2013.

⁵¹ Foram citadas apenas as cidades que tem representatividade com número igual ou superior a 10 alunos. Os demais estão distribuídos em outras 82 cidades e distritos.

FIGURA 35
Mapa de Alunos por Municípios



Municípios com alunos Matriculados na UNIVÉRTIX

- menos de 10 alunos matriculados
- 10 ou mais alunos matriculados

- | | | |
|------------------------------------|-------------------------|--------------------------------|
| 1, ABRE CAMPO, 140 alunos | 5, LAJINHA, 10 alunos | 9, PEDRA BONITA, 43 alunos |
| 2, CAPUTIRA, 27 alunos | 6, MANHUACU, 90 alunos | 10, RAUL SOARES, 54 alunos |
| 3, CARATINGA, 12 alunos | 7, MATIPO, 327 alunos | 11, RIO CASCA, 57 alunos |
| 4, GOVERNADOR VALADARES, 10 alunos | 8, MIRADOURO, 14 alunos | 12, SANTA MARGARIDA, 90 alunos |

- 13, SAO JOAO DO MANHUACU, 30 alunos
- 14, SAO PEDRO DOS FERROS, 39 alunos
- 15, SERICITA, 55 alunos

Concepção: Alexandra de Jesus Medina
Elaboração: Reinaldo A. Schiavo 24/01/2014
Fontes de Dados: Faculdade UNIVÉRTIX

* Além dos municípios mineiros, a UNIVÉRTIX possui, em 2013, 05 alunos provenientes do Estado do Espírito Santo, 03 do Rio de Janeiro, 02 de São Paulo, 01 de Rondônia, 01 do Pará e 01 da Bahia.

sistemas nacionais de ensino superior, orientam-se por dois eixos: o do acesso e o do conhecimento”.

A Univértix disponibiliza condições de acesso e permanência ao ensino superior através de políticas de bolsas do governo e internas. De fato, 80% dos acadêmicos estudam por meio de descontos ou bolsas, incluindo financiamentos com recursos próprios da mantenedora da faculdade, a SOEGAR, Sociedade Educacional Gardingo Ltda.

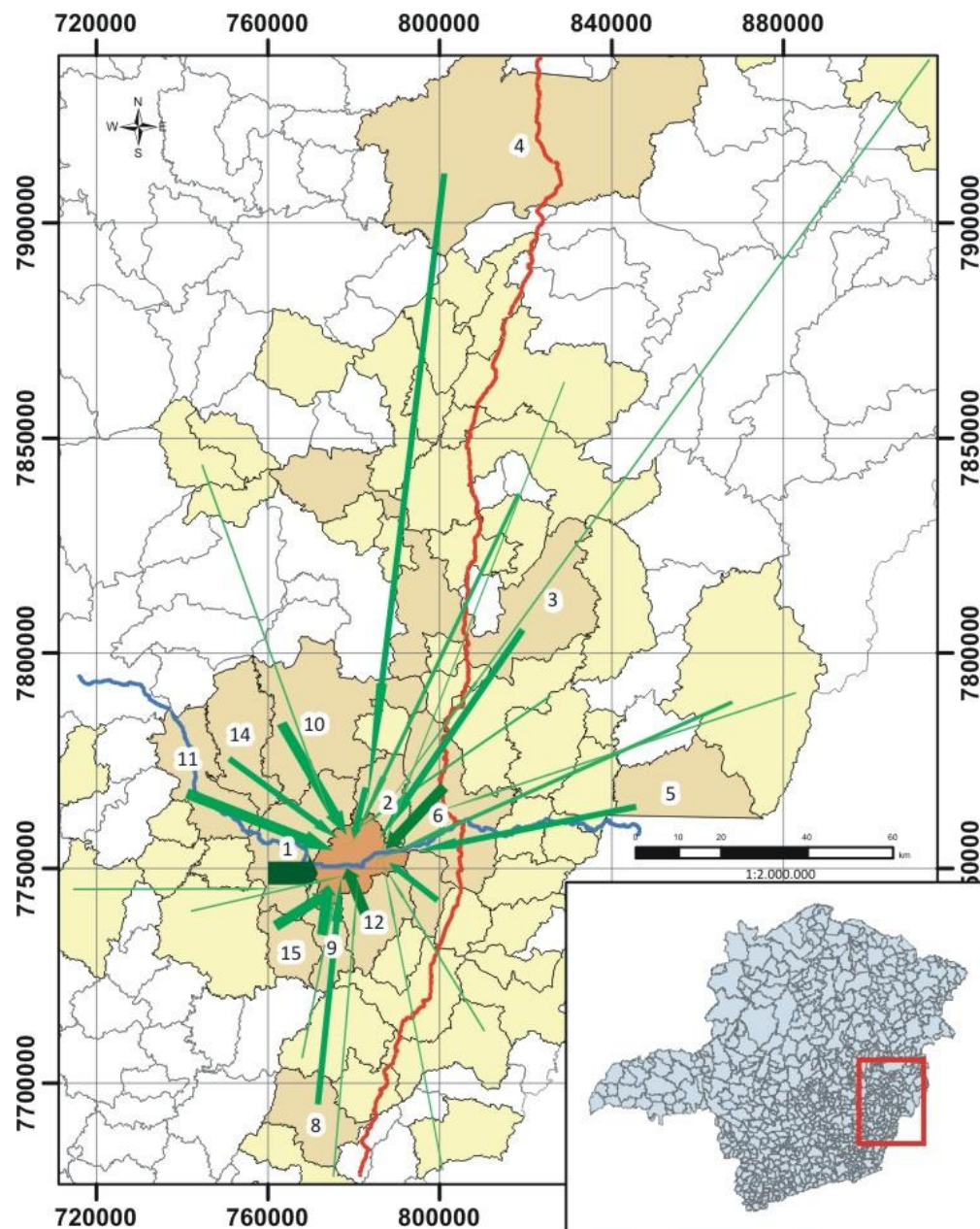
As atividades de extensão desenvolvidas pela instituição avançam para estabelecer um vínculo com a realidade matipoense através do Programa de Assistência Técnica Integrada (PATI), implantado em parceria com a prefeitura municipal. Conforme informações do relatório de extensão 2012, o objetivo é proporcionar assistência técnica a produtores rurais e estabelecer uma relação entre eles e os estagiários, pois além de contribuir para a difusão do conhecimento técnico aos produtores, os estudantes podem agregar conhecimentos e usufruir da experiência de trabalhar com uma equipe multidisciplinar bem como conhecer a realidade da comunidade rural do município. Além dos dias de campo às propriedades rurais, oficinas e palestras foram ministradas para a formação e orientações necessárias aos participantes⁵².

Com base na descrição desse programa e no desenvolvimento de alguns projetos e pesquisas pela faculdade, percebe-se como o rural está presente no urbano e vice-versa, sendo necessário compreender o caráter relacional existente entre o campo e a cidade para um efetivo entendimento do todo.

Sob o argumento de que os fixos ou objetos geográficos não devem ser analisados isoladamente, por estarem interligados em um sistema de objetos e são intercorrentes aos fluxos, que por sua vez, fazem parte de um sistema de ações, atenta-se para o fato de que o panorama de Matipó apresenta, atualmente, uma organização espacial diversa do período anterior à implantação da Univértix, sendo que os novos objetos geográficos gerados tem proporcionado uma gama de fluxos inédita na cidade e aos poucos, direciona uma nova dinâmica permeada pelos anseios da população local e regional.

Sobre essa questão dos fluxos impulsionados pela instituição, são centenas de pessoas entre alunos, professores e funcionários, residentes na zona urbana e rural de Matipó e de outras cidades da região que, semanalmente, circulam pela cidade. O mapa a seguir mostra o fluxo diário dos alunos referente àqueles matriculados em 2013 (figura 36).

⁵² Relatório de Extensão 2012 – Arquivo documental da Univértix, p. 72-78



**FIGURA 36: Mapa
FLUXO DE ALUNOS DA UNIVÉRTIX EM 2013**

FLUXO DIÁRIO DE ALUNOS MATRICULADOS

- menos de 10 alunos
- de 10 a 40 alunos
- de 41 a 70 alunos
- de 71 a 100 alunos
- acima de 100 alunos

— BR-116

— BR-262

■ MATIPÓ

■ menos de 10 alunos matriculados

■ 10 ou mais alunos matriculados

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| 1, ABRE CAMPO | 9, PEDRA BONITA |
| 2, CAPUTIRA | 10, RAUL SOARES |
| 3, CARATINGA | 11, RIO CASCA |
| 4, GOVERNADOR VALADARES | 12, SANTA MARGARIDA |
| 5, LAJINHA | 13, SAO JOAO DO MANHUACU |
| 6, MANHUACU | 14, SAO PEDRO DOS FERROS |
| 8, MIRADOURO | 15, SERICITA |

Concepção: Alexandra de Jesus Medina Schiavo
 Elaboração: Reinaldo A. Schiavo 25/03/2015
 Fontes de Dados: IBGE 2001; Univértix 2013.

Os fluxos, por sua vez, refletem também a dinâmica do espaço sendo produzido, pois possibilita relações sociais diversas e (des) contínuas que modificam ou, pelo menos, interferem no modo de vida local. É nítido o aumento diário de veículos públicos e privados, coletivos ou individuais entre ônibus, vans e automóveis pequenos que se deslocam para a cidade. Atualmente, a mudança na paisagem da área central matipoense e adjacências caracteriza-se, diariamente, por um movimento renovado, diferente, que aos poucos, recria condições e redefinem o lugar.

O moderno torna-se inquietante e a pequena Matipó vai se dinamizando, obtendo novos fixos permeados por novas ações, de novos agentes que permitem novos fluxos. Como atentou Milton Santos, “hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes” (*opcit*, 2012. p. 327).

A realidade atual mostra que Matipó, resguardando o aporte dado pela agricultura com a produção cafeeira e pelo setor comercial, vem adquirindo uma nova função através da oferta do serviço em educação superior. Não obstante, uma especialidade como o ensino superior não retira o valor das demais atividades já evidenciadas nesse município, como a agrícola e a comercial, pois, os próprios agentes responsáveis pela faculdade são também grandes produtores agrícolas e expressivos comerciantes. Além do mais, muitos agentes sociais, dependem prioritariamente dos comércios e da colheita do café como fontes de trabalho.

A Univértix, portanto, é um objeto geográfico instituído sob uma lógica urbana, com instalações centrais na cidade, mas que tem como carro-chefe, cursos voltados principalmente para uma ambiência rural, inclusive, é dado um caráter agrícola à faculdade, através dos cursos de Agronomia e Veterinária. No discurso dos empreendedores, é uma instituição que prima por se tornar uma referência regional em educação, numa região de pequenas cidades que tem também esse perfil de imbricação e indissociabilidade entre os espaços urbano e rural. Isso significa que há uma manifestação de valores urbanos, mas permeada por ruralidades que são intrínsecas à realidade matipoense.

De acordo com informações obtidas no site da própria faculdade, são raras as aprovações do MEC para que cursos como o de Agronomia sejam oferecidos à noite, uma singularidade concedida à mesma. Por sua vez, essa graduação foi escolhida principalmente por se identificar à vocação agrícola local e regional. Os cursos, em sua maioria, são notur-

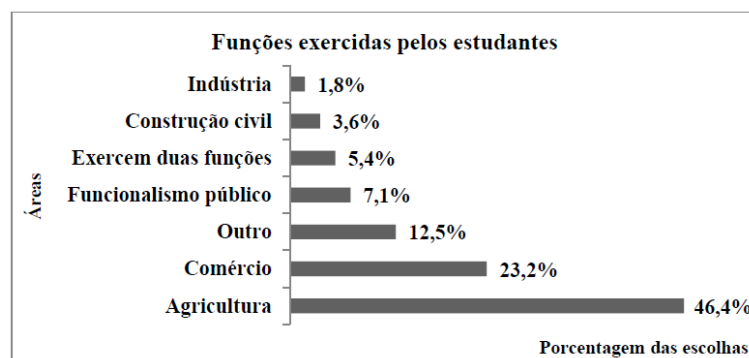
nos devido a grande parte do público-alvo precisar trabalhar durante todo o dia para, dentre outros aspectos, custear a mensalidade.

É necessário ressaltar o caráter mercantil que está imbuído na lógica de implantação de uma instituição privada e a busca pelo lucro. Os investimentos são voltados a esse fim e, apesar de reconhecer as mudanças e oportunidades na vida de alguns sujeitos sociais, as alterações na dinâmica social do acesso e da qualidade de vida da maioria dos cidadãos matipoenses parecem pouco prováveis de se concretizar, pensando em curto e médio prazo.

Em sua dissertação sobre a faculdade Univértix, Paula (2015) entrevistou 78 universitários com o objetivo de compreender as implicações da interiorização do ensino superior na vida dos discentes rurais. Os entrevistados residem em 26 diferentes pequenas cidades⁵³ da região e, os resultados advindos dessa pesquisa demonstram como as relações cidade e campo estão implicadas no processo de produção do espaço nessa escala de análise.

Dos 78 sujeitos, mais de 70% trabalham e estudam e menos de 30% se dedicam integralmente à faculdade. As funções exercidas pelos estudantes são demonstradas na figura a seguir:

Figura 37: Gráfico – Funções exercidas pelos estudantes da Univértix



Fonte: Paula (2015)

Como se pode observar, são mais de 45% desses sujeitos que tem no espaço rural sua fonte de renda, trabalhando com a agricultura, e em torno de 23% trabalham na área comercial, os demais estão distribuídos em outros setores como a construção civil, o funcionalismo público, a indústria e outros.

⁵³ As cidades dos estudantes são: Abre Campo, Martins Soares, Urucânia, Santa Margarida, Matipó, Sericita, Pedra Bonita, Fervedouro, Caputira, Águas Férreas, São João do Manhuaçu, Durandé, Caratinga, Simonésia, Manhuaçu, Santo Antônio do Grama, Rio Casca, Jequeri, Raul Soares, Belo Oriente, Santa Bárbara do Leste, Timóteo, Piedade de Caratinga, Vermelho Novo, Divino e São Domingos de Santa Margarida.

Grande parte desses jovens, 57,1%, tem uma carga horária diária de trabalho de oito horas, 14,3% trabalham por seis horas e esse mesmo índice por dez horas ao dia. A renda mensal de mais de 70% deles é de até um salário mínimo, 21,4% recebem de um a três, e uma pequena percentagem usufrui de uma renda superior a três salários mínimos.

Acredita-se que o trabalho é importante na vida desses jovens, até mesmo para conseguirem se manter diante dos gastos com a própria faculdade, contudo, avalia-se também que esse pode ser um fator prejudicial à dedicação aos estudos e comprometer a qualificação profissional, dentre outros motivos, devido ao cansaço físico da rotina e ao tempo de deslocamento, que em média varia entre 45 minutos e uma hora e meia para mais de 65% desses jovens.

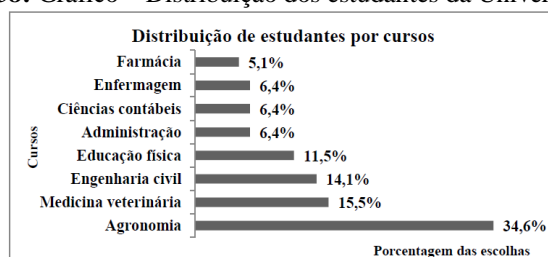
Paula (2015) revelou ainda que 46,2% dos discentes obteve a educação básica na esfera pública em escola localizada na cidade, 42,3% cursaram parte dessas etapas em escolas públicas no meio rural e parte no meio urbano. Do total, 9% estudaram apenas em escolas rurais públicas e 2,5% tiveram ensino privado na cidade.

Como foi demonstrado sobre o ensino básico em Matipó, em todas essas pequenas cidades da região, a realidade se assemelha, devido à ausência de escolas com todas as fases do ensino básico nas áreas rurais, os jovens precisam se deslocar para complementar os estudos na cidade.

Dentre os principais motivos pelos quais os estudantes optaram por estudar na Univértix estão a acessibilidade física ao local e a dificuldade de acesso ao ensino superior público diante desse serviço na esfera privada. Uma fala que representa muitos desses jovens rurais, mas não apenas eles, chamou bastante a atenção e merece destaque: “meu sonho sempre foi passar na Federal, fiquei anos tentando e não consegui. Porém a gente que sempre estudou em escola pública tem menos chance e o tempo foi passando, até que um dia resolvi fazer um curso superior” (Paula, 2014, p. 116).

Dos 78 estudantes rurais, mais da metade cursa Agronomia ou Veterinária, como se constata no gráfico abaixo:

Figura 38: Gráfico – Distribuição dos estudantes da Univértix por curso



Fonte: Paula (2015)

Nas interpretações feitas por Paula (2015), mais da metade deles fizeram a escolha do curso por uma identificação com a área, alguns almejando uma estabilidade financeira, outros por já ter experiência na área, por ter algum contato com o meio rural, seja devido à família ainda viver nessa instância, seja mesmo pela influência de amigos e parentes.

Sobre a permanência desse público em seus lugares de origem, pensa-se ser necessário maior investimento em desenvolvimento local e na criação de mais oportunidades de emprego e renda. Mesmo com essa ressalva, os resultados da pesquisa com esses 78 jovens indicam que eles creem em oportunidades concretas no setor público ou através do empreendedorismo, de não precisar migrar em busca de trabalho. Ao mesmo tempo, alguns desejam buscar outros centros para ampliar as chances de atuação no mercado de trabalho e obter a tão sonhada estabilidade financeira.

A dedicação à apresentação dos dados e reflexões abordados por Paula (2015) sobre esses jovens rurais contribuíram para perceber mais diretamente algumas expressões da relação cidade e campo de acordo com o ensino superior. Apesar de não serem todos nativos de Matipó, são oriundos de pequenas cidades e estão inseridos numa região caracterizada por uma dinâmica semelhante às peculiaridades matipoenses. Além do mais, são sujeitos que tem vivenciado diariamente esse local, construindo laços e atuando, através de suas relações, com a produção espacial.

Outra observação relevante é que ao mesmo tempo em que Matipó adquire um novo parâmetro para se alocar no quadro de locais que ofertam o serviço em educação superior, muda o ritmo e as direções dos fluxos. Pretende-se destacar com isso que, antes dessa realidade, o movimento era diferente, pois, a maioria da população que desejava fazer terceiro grau e tinha condições financeiras para tal, se direcionava para outras localidades como Reduto, Manhauçu, Caratinga e Carangola, sem contar os estudantes que migravam para as cidades que ofertam o ensino público superior, como Viçosa e Juiz de Fora.

Entretanto, a partir da instalação da faculdade em Matipó, há um significativo redirecionamento desses sujeitos e uma tendência, cada vez maior, de Matipó se efetivar como local de recepção desse público, demonstrando que essa instituição tem sido um importante fator de centralidade.

Considerações Finais

As reflexões realizadas em todo o desenvolvimento dessa pesquisa proporcionaram um melhor entendimento sobre o processo de produção do espaço, direcionando o pensamento para focá-lo como a produção de relações sociais de um modo geral e nas pequenas cidades em particular. Comunga-se da ideia de que o espaço é social e deve ser entendido como parte constitutiva da sociedade e não meramente como um receptáculo em que ela se conforma.

Na organização socioespacial, o espaço condiciona a sociedade e é, simultaneamente, condicionado por ela, num movimento dialético. A articulação entre o concebido, o percebido e o vivido (Lefebvre, 2006) é um caminho ainda difícil de ser delineado devido às complexidades envolvidas em uma análise espacial. Mesmo assim, frisa-se a importância de se ensaiar essa tríade em complementaridade para um alcance mais próximo possível do referencial empírico retratado.

Observaram-se algumas dificuldades inerentes à conceituação de pequenas cidades e à escolha dos melhores métodos e metodologias a serem utilizados para abordá-las. Esses desafios, porém, fazem com que esse trabalho seja um esforço de contribuição aos estudos referentes a essa escala, tão presente no território brasileiro.

Apointa-se a relevância de entendê-las de acordo com o seu contexto de formação, sua localização, sua estrutura e as ações e relações exercidas pelos sujeitos locais. Considerar a dinâmica cidade e campo é outro fator de destaque ao se analisar as pequenas cidades, pois, de um modo geral, as inter-relações entre esses espaços são intrínsecas e caracteriza essas realidades, mesmo que algumas mantenham um caráter mais urbano e outras, mais rural.

Através das discussões teóricas e de alguns estudos de casos, pôde-se constatar que as relações urbano-rurais perpassam por diversas abordagens. A realidade matipoense revela a inviabilidade de se abordar essas relações por um viés dicotômico, no sentido de uma divisão e/ou uma separação entre ambos.

Conforme as interpretações do objeto empírico dessa pesquisa, não se acredita em uma urbanização do campo, mas em uma complementaridade entre o urbano e o rural,

pois, sendo parte de um mesmo território, ambos caracterizam a hibridez das relações mantidas entre cidade e campo. A hibridez pode ser percebida através das leituras particulares da localidade em questão, considerando sua população, seus aspectos morfológicos e estruturais e sua conjuntura específica.

Ao analisar a lei do perímetro urbano municipal, foi possível apreender que os marcos físicos não condizem com a realidade do vivido, que vão muito além dessas linhas arbitrárias. É exatamente por isso que se salienta a importância de um olhar voltado às relações que lá se estabelecem, para verificar que cidade e campo se conformam na concretude das ações dos sujeitos sociais, seja através de instituições políticas, eclesiais, econômicas, na esfera da circulação, seja para fins de trabalho, de lazer, de saúde, de educação, etc.

Verifica-se, nessa pequena cidade, uma imbricação com o campo tanto no âmbito econômico e político, quanto social e cultural, avaliando ser impossível compreender a produção do espaço local sem considerar a vivência com o rural.

Algumas constatações demonstram esse argumento, como as diversas manifestações das urbanidades e ruralidades no território municipal. Nas dimensões escolhidas para as análises, é evidente o caráter complementar entre cidade e campo, revelado, dentre outras atividades agrícolas, pela proeminência da cafeicultura e toda a gama de relações que ela abrange, como o envolvimento dos sujeitos residentes na cidade e no campo e suas vivências em ambos os espaços.

Pensar na dinâmica matipoense exige levar em conta a safra do café, os colheitadores, seu perfil e papéis como sujeitos importantes nessa localidade, pois, eles vivem a cidade e seu modo de vida, mas também vivem o campo, através do trabalho. São muitos os cidadãos que tem uma relação direta com o campo, como a maioria desses trabalhadores e os proprietários das fazendas e lavouras. Do mesmo modo, muitos cidadãos rurais buscam alternativas de educação, trabalho, lazer e outros na cidade.

Sobre o lazer, especificamente nos últimos anos, Matipó tem vivenciado uma efervescência nos investimentos em construções de chácaras e sítios de passeio na zona rural com o objetivo de descanso familiar em finais de semana e férias. Efetivamente se verificou que alguns proprietários não pretendem um retorno ou lucro financeiro, porém, se constatou que ocorre a locação de sítios para a realização de festas e, em alguns feriados, algumas chácaras são alugadas para terceiros.

Nessas áreas de lazer situadas no campo e com características que são mais frequentemente atribuídas ao rural, há também outras típicas do urbano. Muitas dessas cháca-

ras são luxuosas e completamente equipadas, dentre outros, com aparelhos eletrônicos, internet, antenas de televisão com acesso a diversificados canais. Isso significa que mesmo buscando a tranquilidade e o aconchego presentes no campo, as urbanidades e a conexão com o “lado de fora” se fazem presentes.

Além das chácaras, há novos espaços já consolidados e outros ainda em andamento, com infraestrutura de pesque-pague, restaurante e piscinas, para possibilitar a diversão do público, que tem acesso através do pagamento de diárias. São novas opções presentes no município que proporcionam uma nova dinamicidade em relação ao lazer.

Na cidade, novos loteamentos já equipados e divididos ou em fase de terraplanagem compõem a paisagem, fato que revela a expansão urbana do município. Algumas áreas, como o bairro Centro e adjacências e o bairro Retiro, passam por um processo de valorização, envolvendo expressivas construções. Os traços do urbano se expandem pela cidade configurando uma paisagem com prédios e inúmeras construções de mais de dois pavimentos, conformando um inicial processo de verticalização.

Muitos produtos necessários para um bem estar social normalmente só podem ser encontrados na cidade, como roupas e acessórios, matéria prima para a construção civil, gás, combustível, etc. A própria produção do café, leite, verduras, ovos, queijos, tem no urbano seu mercado consumidor. Os residentes rurais proprietários de pequenas vendas, botecos e mercearias na roça, comercializam muitos produtos industrializados que chegam via comércio urbano.

No âmbito político se observa uma dependência do urbano, afinal, é na cidade que se exerce o poder do voto, é lá que se concentram os partidos políticos. É paradoxal, mas os próprios sindicatos dos trabalhadores e dos produtores rurais têm sede urbana e impõem um deslocamento de seus filiados para atendimento.

Devido a alguns equipamentos, infraestrutura de órgãos importantes e de decisão como cartório, prefeitura, câmara, fórum, delegacia, determinados tipos de serviços como escolas de ensino médio e superior, hospital, bancos, etc., estarem sediados e/ou serem ofertados exclusivamente na cidade, inevitavelmente os moradores da zona rural precisam se deslocar e manter relações diretas com o urbano. Nessa pesquisa, isso foi constatado através das dimensões escolhidas para se aproximar dessa realidade.

No setor de saúde cabe uma relativização, pois, é um serviço que é prestado no campo, mas seus núcleos centrais estão na cidade, inclusive a sede referência do ESF Rural. Além do mais, apesar de serem realizadas consultas médicas e visitas dos agentes de

saúde nas comunidades rurais, muitas vezes, os remédios, os serviços de urgência e emergência precisam ser buscados nas farmácias da área urbana.

Referente à educação, observou-se um representativo índice de jovens que precisam estudar na cidade e, portanto, mantém relações com os sujeitos urbanos. As interações socioespaciais entre eles faz parte de uma convivência diária que permite uma troca de saberes e vivências, mas também de conflitos e diversidades. São urbanidades e ruralidades se manifestando e se articulando através das relações interpessoais dos sujeitos, com todos os aparatos culturais e simbólicos que cada qual carrega em si.

A presença de uma instituição privada de ensino superior trouxe características novas ao município. Apesar de ainda estar distante de uma oferta igualitária dessa modalidade educacional, considerando a ausência de gastos com moradia, alimentação e transporte, muitos nativos da cidade e do campo estão aproveitando a oportunidade de ingressar nessa faculdade, seja por intermédio de bolsas ou não.

Considerar a ruralidade como característica típica da localidade foi um fator primordial para o empresário idealizador da faculdade. Mesmo a pesquisa de mercado não apontando o curso de Agronomia como potencialmente lucrativo, a opção foi priorizar o lado rural e agrícola do município e adjacências, implementando-o. Além disso, tem-se também a graduação em Veterinária, que engloba traços rurais. Ao mesmo tempo, os traços urbanos se manifestam, novos fixos e novos fluxos compõem a paisagem matipoense devido à prestação desse serviço. A formação superior agora faz parte da realidade dessa pequena cidade e são inegáveis as mudanças e as novas dinâmicas advindas pós 2008, ano de instalação da Univértix.

Ao associar os aspectos que compõem a realidade matipoense, o que se percebe é a interdependência entre cidade e campo, tanto no sentido de que concretizam paisagens complementares, como por meio das interações dos sujeitos nas duas esferas.

Em Matipó, a própria identificação de inúmeros sujeitos como lavradores e trabalhadores rurais, mesmo residindo e vivenciando também o modo de vida urbano, é um fato que demonstra as interações socioespaciais nessas instâncias. A vivência dos estudantes que moram na roça, mas convivem diariamente com as pessoas e a estrutura da cidade, os cidadãos que investem em construções de sítios no rural, seja para o lazer, seja para locação, a dependência da oferta de alguns serviços como a saúde e de equipamentos que só se encontram na cidade, faz com que muitos rurais frequentem e convivam constantemente com a cidade e seu modo de vida próprio.

Através dessas constatações, salienta-se que as ruralidades e urbanidades, sendo constituídas por práticas e identidades, são manifestadas na cidade e no campo através dos objetos, os quais são concretizados como sendo do urbano e do rural pelos próprios sujeitos que os vivenciam cotidianamente.

Diante de toda essa exposição, avalia-se que há um vínculo fundamental entre o urbano e o rural, na medida em que hábitos, cultura e atividades diversas se imbricam e estão presentes na paisagem. A produção do espaço em Matipó se consolida através da prática socioespacial de sujeitos da cidade e do campo que mantêm relações, ora mais cotidianas, ora mais esparsas, sobremaneira arbitrarias ou espontâneas. O fato é que essa pequena cidade está repleta de ações que são manifestadas no urbano e no rural, proporcionando um caráter particular de complementaridade entre ambos.

Conclui-se, destacando como a pequena cidade de Matipó, com pouco mais de 20% de seus habitantes residindo no meio rural, mantém viva uma cultura rurícola através das manifestações do rural no urbano. Ao mesmo tempo, alguns traços de urbanidades se expandem pelo campo, seja pela proliferação das chácaras ou pelo fluxo promovido pelos setores da saúde e educação.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. “Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo”. *Ministério do Planejamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Texto para discussão. nº 702, Rio de Janeiro, 2000. p. 1-31.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. “As relações campo-cidade no Brasil do século XXI”. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-46, jul./dez. 2003.

ALVES, Flamarion Dutra. “A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos”. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v.16, n.3. 2012. p. 7-18.

ALVES Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. “A relação campo-cidade e suas leituras no espaço”. *ACTA Geográfica*, 2013. p. 33-41.

ANDRADE, Artur Leonardo; ALVES, Flamarion Dutra. “As representações socioespaciais da relação campo-cidade, rural-urbano na geografia agrária brasileira: análise do período entre 1998 e 2012”. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v.9, n.17. 2014. p. 166-193.

BAGLI, Priscilla. “Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição”. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BIAZZO, Pedro Paulo. “Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária”. *Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP*. São Paulo. 2008a. p. 132-150.

_____. “Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento”. *Geo UERJ*. Ano 10, n.18, v.1. 2008b. p. 111-126.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. Vol. 1. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRÊA, Walquíria Kruger. “Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo”. *Campo-território: revista de Geografia Agrária*, v.3, n.5, 2008. p. 214-242.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.1. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. *GE- OUSP*, nº 13, São Paulo, 2003.

_____. “A questão da cidade e do campo: teorias e política. *Mercator: Revista de Geografia da UFC*, ano 03, nº 05, 2004. p. 7-13.

_____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. “Da ‘organização’ à ‘produção’ do espaço no movimento do pensamento geográfico”. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. E. B. (orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo. 1989.

_____. “Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades”. *Revista Território*, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999, p.43-53.

_____. “As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural”. *GEOUSP. Espaço e tempo*, São Paulo, nº 30, 2011. p. 05 – 12.

_____. “Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão”. In.: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. E. B. (orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

DAMIANI, Amélia Luisa. “Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos”. In. LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. 2006.

DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio. “Cidades médias e pequenas: considerações introdutórias”. In.: DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio. (Orgs.) *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Salvador. 2012.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: UNESP, 2009.

FAVARETO, Arilson da Silva. “A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural”. *Ruris*, v.1, n.1. 2007, p. 157-190.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. “Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.18. 2002. p. 28-46.

FRABETTI, Giancarlo Livman. “Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: do modelo clássico aos novos desafios”. *Agrária*, nº6, 2006.

FRESCA, Tânia Maria. “Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias”. *Revista Mercator*, nº especial, 2010. p. 75-81.

GOMES, R. “Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização: uma leitura a partir da realidade brasileira”. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, nº 2 (dezembro). 2012, p. 117-138.

GONDIM, Gracia M. M. *et. al.* “O território da Saúde: A organização do sistema de saúde e a territorialização”. In.: MIRANDA, A. C. *et. al.* *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HENRIQUE, Wendel. “Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias”. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. “Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo”. *Mercator*, v. 12, n. especial 2. 2013. p. 103-112.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

MENDES, Andréia Almeida. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre campo e Matipó – M.G.* Dissertação de Mestrado, UFMG, 2009.

MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Contexto. 2012.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. “A produção do espaço urbano em cidades pequenas de regiões não-metropolitanas: uma reflexão a partir de um estudo de caso”. In: *Anais XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Belo Horizonte. XII SIMPURB - Ciência e Utopia. Belo Horizonte, 2011.

_____. *As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço*. Tese de Doutorado, UNESP, São Paulo, 2014.

MORIGI, Josimari de Brito. *et. al.* “Processos de formação socioespacial e de produção do espaço urbano de Mamborê (PR) Brasil”. *Geo UERJ*, Ano 14, nº 23, v. 1, 1º semestre, 2012. p. 223-243

OLANDA, Elson Rodrigues. “As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia”. *Ateliê Geográfico*. Revista Eletrônica. UFG – IESA, 2008. p. 183-191.

PAULA, Débora Brandão de. *As políticas de interiorização do ensino superior e perspectivas de Trabalho para jovens rurais* – um estudo de caso de Matipó, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, UFV, 2015.

PEDRA, Joyce de Lima; NOGUEIRA, Marly. “Breves considerações sobre as pequenas cidades”. *Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – BH*, 2011. p. 1-20.

REIS, Douglas Sathler. “O rural e o urbano no Brasil”. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambú-MG, 2006. p. 1-13.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. “As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*”. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RUA, João. “A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica”. *Revista ANPEGE*, nº 2, 2005. p.45-65.

_____. “Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades”. *Revista de Geografia Agrária de Uberlândia*, v.1, n.1. 2006. p. 82-106.

SAMPAIO, Helena. “O setor privado de ensino superior: continuidades e transformações”. *Revista Ensino Superior*. UNICAMP. 2011, p. 28-43.

SANTOS, Milton. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. In: *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A urbanização brasileira*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Maria do Socorro dos Santos. “A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo”. *Mneme: Revista de Humanidades*, v. 2, n. 04. 2000. p. 72-85.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. “Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais”. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs.) *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão . “Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas”. In.: Reis, Nestor G.; TANAKA, Marta M. S. (orgs.). *Dispersão Urbana: segundo diálogo*. São Paulo: LAP-USP, 2009.

_____. “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. In.: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. “A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais”. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. E. B. (orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

VALVERDE, Orlando. “Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Geografia* - Ano XX, nº 1, janeiro - março de 1958, p. 38-60.

VEIGA, José Eli da. “Mudanças nas relações entre espaços urbanos e rurais”. *Revista de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR*, v.3, nº1. 2007. p. 123-149.

_____. “A dimensão rural do Brasil”. *Anais do 46º Congresso da SOBER*, Rio Branco, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo*. Recife: UFPE, 2000.

_____. “A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural”. *CLACSO: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p. 31-44.

Sites Consultados

dab.saude.gov.br

www.atlasbrasil.org.br

www.bcb.gov.br/pronaffaq

www.faculdadevertice.com.br

www.ibge.gov.br

www.matipo.mg.gov.br

www.mda.gov.br

www.mec.gov.br

www.saude.gov.br

www.univertix.net

www2.senado.leg.br

Anexos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ**
MATIPÓ - ESTADO DE MINAS GERAIS**LEI N.º 1.897/2006**
De 30 de março de 2006.

Altera Perímetro Urbano do Município de Matipó, e dá outras providências.

O Povo do Município de Matipó, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Joaquim Bifano Magalhães, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterada a linha perimétrica que demarca o novo perímetro urbano da cidade de Matipó, Estado de Minas Gerais, passando a mesma figurar com a seguinte descrição:

"Partindo do ponto inicial M-00 (marco zero, medição com aparelho GPS: K0778460 / 7754723), situado à margem do Rio Matipó, no Bairro Retiro, junto à divisa do referido Bairro com propriedade de herdeiros de João Carlos Pereira, sobe pelo espigão junto à cerca divisória, até atingir o ponto M-01 (marco um, medição com aparelho GPS: K0778439 / 7754739), em seguida o ponto M-02 (marco dois, medição com aparelho GPS: K0778321 / 7754799) e, logo após, o ponto M-03 (marco três, medição com aparelho GPS: K0778146 / 7754983), situado 70 (setenta) metros antes da Rua Professora Zélia Rodrigues de Oliveira, no mesmo bairro; Segue do ponto M-03 (marco três, medição com aparelho GPS: K0778146 / 7754983), ainda pelo mesmo espigão, e atinge o M-04 (marco quatro, medição com aparelho GPS: K0778086 // 7755207) divisa do Bairro Retiro com terras de Sudário Pereira; Partindo do ponto M-04 (marco quatro, medição com aparelho GPS: K0778086 / 7755207), segue até o ponto M-05 (marco cinco, medição com aparelho GPS: K0777849 / 7755440), situado depois do alto da vertente, em divisas com propriedade de herdeiros de Adalberto Leão Pereira e de sucessores de Jorge Bifano, e segue até o ponto M-06 (marco seis, medição com aparelho GPS: K0777610 / 7755839), situado ao lado da estrada Matipó/Granada, junto a cerca divisória de terras de propriedade de herdeiros de Wander de Abreu Pessoa e Loteamento do Celinho; A partir do ponto M-06 (marco seis, medição com aparelho GPS: K0777610 / 7755839), continua em linha reta até o ponto M-07 (marco sete, medição com aparelho GPS: K0776856 / 7755904) localizado no morro, junto à divisa de herdeiros de Wander de Abreu Pessoa e Loteamento do Celinho, e segue até atingir a estrada para a Serrinha, onde está o ponto M-08 (marco oito, medição com aparelho GPS: K0776728 / 7755240), na cerca que delimita os terrenos da Prefeitura Municipal de Matipó/Bairro Boa Esperança e Aníbal de Abreu Machado; A partir do ponto M-08 (marco oito, medição com aparelho GPS: K0776728 / 7755240), desce pela divisa até atingir o ponto M-09 (marco nove, medição com aparelho GPS: K0776336 / 7754645), passa pelo ponto M-10 (marco dez, medição com aparelho GPS: K0776437 / 7754504) onde divide à direita com Aníbal de Abreu Machado e à esquerda com herdeiros de João Lourenço da Costa, até atingir o ponto M-11 (marco onze, medição com aparelho GPS: K0776377 / 7754169) junto à vertente, na divisa com propriedade de herdeiros de João Lourenço da Costa e pela direita com propriedade de herdeiros de José Canuto da Silva; Partindo do ponto M-11 (marco



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
MATIPÓ - ESTADO DE MINAS GERAIS

onze, medição com aparelho GPS: K0776377 / 7754169), continua descendo pela vertente até atingir o ponto M-12 (marco doze, medição com aparelho GPS: K0776954 / 7753826) localizado na rua Capitão Félix Gomes, onde divide à direita com herdeiros de José Canuto da Silva e à esquerda com Ruth Aguiar Cunha, seguindo no mesmo alinhamento até o Rio Matipó, descendo pelo seu leito até o encontro com o Rio Santa Margarida, e sobe pelo leito deste até a ponte situada na BR-262, Km 72, onde se encontra o ponto M-13 (marco treze, medição com aparelho GPS: K0779327 / 7751621); A partir do ponto M-13 (marco treze, medição com aparelho GPS: K0779327 / 7751621), segue no sentido Manhuaçu por aproximadamente 170 (cento e setenta) metros, onde atinge o ponto M-14 (marco quatorze, medição com aparelho GPS: K0779500 / 7751786), deste atravessa a Rodovia Ozires Linhares Firaga, seguindo à margem desta rodovia rumo a Matipó, mantendo sempre uma distância aproximada de 100 (cem) metros da mesma, até atingir o ponto M-15 (marco quinze, medição com aparelho GPS: K0778470 / 7754356), localizado a 100 (cem) metros do entroncamento da Rua Antônio Carlos Pereira Sobrinho com a estrada Matipó/Caputira, no sentido Matipó/Caputira; Continua do ponto M-15 (marco quinze, medição com aparelho GPS: K0778470 / 7754356), e desce em linha reta, ao final, rumo ao ponto M-00 (marco zero, medição com aparelho GPS: K0778460 / 7754723), marco inicial, fechando assim a linha demarcatória do Perímetro Urbano do Município de Matipó, Estado de Minas Gerais."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 1.329, de 24 de abril de 1990.

Prefeitura Municipal de Matipó, aos 30 de março de 2006.


Joaquim Bifano Magalhães
 Prefeito Municipal

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ EM 30.03.06
 CONFORME DETERMINA O ARTIGO 31 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL SEU PARÁGRAFO 2º.
 ASS: _____ MAT: _____

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2014

MUNICIPIO: MATIPO

SEGMENTO : 01 - SEGMENTO 01 - (ZONA RURAL)

EQUIPE : 0001 - ESF BOA VISTA - MATIPO IDENT. NACIONAL DE EQUIPE NO CNES: 0000255793

| Sexo | Faixa Etaria (anos) | | | | | | | | | | Total |
|-------------------|---------------------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|------|-------|
| | < 1 | 1 a 4 | 5 a 6 | 7 a 9 | 10 a 14 | 15 a 19 | 20 a 39 | 40 a 49 | 50 A 59 | > 60 | |
| Masculino | 26 | 132 | 92 | 141 | 254 | 280 | 666 | 217 | 173 | 179 | 2.160 |
| Feminino | 27 | 149 | 88 | 131 | 248 | 256 | 675 | 254 | 193 | 220 | 2.241 |
| Numero de Pessoas | 53 | 281 | 180 | 272 | 502 | 536 | 1.341 | 471 | 366 | 399 | 4.401 |

| Faixa Etaria (anos) | Doencas referidas | | | | | | | | | | | Faixa etaria (anos) | Condicao referida | |
|---------------------|-------------------|-------|-----------|-------------|-------|------------|--------------|-----------|-------|------|-----------|---------------------|-------------------|--|
| | ALC % | CHA % | DEF % | DIA % | DME % | EPI % | HA % | HAN % | MAL % | TB % | GES % | | | |
| 0 a 14 | | | 1 0,08 | | | 1 0,08 | 1 0,08 | | | | | 10 a 19 anos | 13 2,58 | |
| 15 anos e mais | 29 0,93 | | 6 0,19 | 101 3,24 | | 16 0,51 | 574 18,44 | 3 0,10 | | | 2 0,06 | 20 anos e mais | 36 2,68 | |
| Total | 29 0,66 | | 7 0,16 | 101 2,29 | | 17 0,39 | 575 13,07 | 3 0,07 | | | 2 0,05 | Total | 49 2,65 | |

| N. de familias estimadas | | | ABASTECIMENTO DE AGUA | | | DESTINO DO LIXO | | |
|---------------------------------|-------|-------|-----------------------|-------|--------|---------------------|-------|-------|
| No | % | | No | % | | No | % | |
| N. de familias cadastradas | 1.215 | | Rede publica | 1.213 | 99,84 | Coleta publica | 1.191 | 98,02 |
| 7 a 14 anos na escola | 631 | 81,52 | Poco ou nascente | 2 | 0,16 | Queimado/Enterrado | 4 | 0,33 |
| 15 anos e mais alfabetizados | 2.505 | 80,47 | Outros | | | Ceu aberto | 20 | 1,65 |
| Pessoas cobertas c/ plano saude | 34 | 0,77 | | | | | | |
| N. Familias no Bolsa Familia | | | TIPO DE CASA | | | DESTINO FEZES/URINA | | |
| No | % | | No | % | | No | % | |
| N. Familias no Bolsa Familia | 208 | 17,12 | Tijolo / Adobe | 1.215 | 100,00 | Sistema de Esgoto | 1.201 | 98,85 |
| Familias inscritas no CAD-Unico | 11 | 0,91 | Taipa revestida | | | Fossa | 13 | 1,07 |
| | | | Taipa nao revestida | | | Ceu aberto | 1 | 0,08 |
| | | | Madeira | | | | | |
| | | | Material aproveitado | | | | | |
| | | | Outros | | | | | |
| TRAT.AGUA NO DOMICILIO | | | | | | Energia Eletrica | | |
| No | % | | No | % | | No | % | |
| Filtracao | 1.201 | 98,85 | | | | Energia Eletrica | 1.213 | 99,84 |
| Fervura | 3 | 0,25 | | | | | | |
| Cloracao | | | | | | | | |
| Sem tratamento | 11 | 0,91 | | | | | | |

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2014

MUNICIPIO: MATIPO

SEGMENTO : 07 - SEGMENTO 07 - (ZONA URBANA)

EQUIPE : 0007 - ESF EXPOSICAO - MATIPO IDENT. NACIONAL DE EQUIPE NO CNES: 0000255815

| Sexo | Faixa Etaria (anos) | | | | | | | | | | Total |
|-------------------|---------------------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|------|-------|
| | < 1 | 1 a 4 | 5 a 6 | 7 a 9 | 10 a 14 | 15 a 19 | 20 a 39 | 40 a 49 | 50 A 59 | > 60 | |
| Masculino | 3 | 46 | 38 | 40 | 101 | 100 | 300 | 128 | 118 | 143 | 1.017 |
| Feminino | 8 | 36 | 35 | 55 | 67 | 92 | 358 | 156 | 126 | 170 | 1.103 |
| Numero de Pessoas | 11 | 82 | 73 | 95 | 168 | 192 | 658 | 284 | 244 | 313 | 2.120 |

| Faixa Etaria (anos) | Doencas referidas | | | | | | | | | | Faixa etaria (anos) | Condicao referida | | |
|---------------------|-------------------|-------|-----------|------------|-------|-----------|--------------|-------|-------|------|---------------------|-------------------|------------|--|
| | ALC % | CHA % | DEF % | DIA % | DME % | EPI % | HA % | HAN % | MAL % | TB % | | GES % | | |
| 0 a 14 | | | 1 0,23 | | | 3 0,70 | | | | | | 10 a 19 anos | 3 1,89 | |
| 15 anos e mais | 8 0,47 | | 1 0,06 | 53 3,13 | | 5 0,30 | 316 18,69 | | | | | 20 anos e mais | 8 0,99 | |
| Total | 8 0,38 | | 2 0,09 | 53 2,50 | | 8 0,38 | 316 14,91 | | | | | Total | 11 1,14 | |

| N. de familias estimadas | % | ABASTECIMENTO DE AGUA | | No | % | DESTINO DO LIXO | | No | % |
|---------------------------------|-------|-----------------------|--|-----|-------|---------------------|--|-----|--------|
| | | | | | | | | | |
| N. de familias cadastradas | 639 | | | 406 | 63,54 | Coleta publica | | 407 | 63,69 |
| 7 a 14 anos na escola | 216 | 82,13 | | 232 | 36,31 | Queimado/Enterrado | | 180 | 28,17 |
| 15 anos e mais alfabetizados | 1.550 | 91,66 | | 1 | 0,16 | Ceu aberto | | 52 | 8,14 |
| Pessoas cobertas c/ plano saude | 478 | 22,55 | | | | | | | |
| | | TIPO DE CASA | | No | % | DESTINO FEZES/URINA | | No | % |
| N. Familias no Bolsa Familia | 40 | 6,26 | | 636 | 99,53 | Sistema de Esgoto | | 502 | 78,56 |
| Familias inscritas no CAD-Unico | 2 | 0,31 | | 2 | 0,31 | Fossa | | 28 | 4,38 |
| TRAT.AGUA NO DOMICILIO | No | % | | | | Ceu aberto | | 109 | 17,06 |
| Filtracao | 507 | 79,34 | | | | | | | |
| Fervura | | | | | | | | No | % |
| Cloracao | 22 | 3,44 | | | | Energia Eletrica | | 639 | 100,00 |
| Sem tratamento | 110 | 17,21 | | | | | | | |

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2014

MUNICIPIO: MATIPO

SEGMENTO : 06 - SEGMENTO 06 - (ZONA RURAL)

EQUIPE : 0006 - ESF KELE - MATIPO IDENT. NACIONAL DE EQUIPE NO CNES: 0000255807

| Sexo | Faixa Etaria (anos) | | | | | | | | | | Total |
|-------------------|---------------------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|------|-------|
| | < 1 | 1 a 4 | 5 a 6 | 7 a 9 | 10 a 14 | 15 a 19 | 20 a 39 | 40 a 49 | 50 A 59 | > 60 | |
| Masculino | 9 | 60 | 33 | 52 | 105 | 93 | 357 | 121 | 113 | 88 | 1.031 |
| Feminino | 12 | 57 | 26 | 48 | 91 | 116 | 390 | 158 | 109 | 144 | 1.151 |
| Numero de Pessoas | 21 | 117 | 59 | 100 | 196 | 209 | 747 | 279 | 222 | 232 | 2.182 |

| Faixa Etaria (anos) | Doencas referidas | | | | | | | | | | Faixa etaria (anos) | Condicao referida | | |
|---------------------|-------------------|-------|-----------|------------|-------|-----------|--------------|-------|-------|------|---------------------|-------------------|------------|--|
| | ALC % | CHA % | DEF % | DIA % | DME % | EPI % | HA % | HAN % | MAL % | TB % | | GES % | | |
| 0 a 14 | | | | 3 0,61 | | | | | | | | 10 a 19 anos | 4 1,93 | |
| 15 anos e mais | 4 0,24 | | 8 0,47 | 65 3,85 | | 1 0,06 | 303 17,94 | | | | | 20 anos e mais | 9 1,12 | |
| Total | 4 0,18 | | 8 0,37 | 68 3,12 | | 1 0,05 | 303 13,89 | | | | | Total | 13 1,29 | |

| N. de familias estimadas | | | ABASTECIMENTO DE AGUA | | | DESTINO DO LIXO | | |
|---------------------------------|-------|-------|-----------------------|-----|-------|---------------------|-------|-------|
| | No | % | No | % | | No | % | |
| N. de familias cadastradas | 688 | | Rede publica | 686 | 99,71 | Coleta publica | 676 | 98,26 |
| 7 a 14 anos na escola | 254 | 85,81 | Poco ou nascente | 2 | 0,29 | Queimado/Enterrado | 5 | 0,73 |
| 15 anos e mais alfabetizados | 1.568 | 92,84 | Outros | | | Ceu aberto | 7 | 1,02 |
| Pessoas cobertas c/ plano saude | 203 | 9,30 | | | | | | |
| N. Familias no Bolsa Familia | | | TIPO DE CASA | | | DESTINO FEZES/URINA | | |
| | No | % | No | % | | No | % | |
| N. Familias no Bolsa Familia | 2 | 0,29 | Tijolo / Adobe | 685 | 99,56 | Sistema de Esgoto | 681 | 98,98 |
| Familias inscritas no CAD-Unico | 9 | 1,31 | Taipa revestida | 2 | 0,29 | Fossa | 4 | 0,58 |
| | | | Taipa nao revestida | 1 | 0,15 | Ceu aberto | 3 | 0,44 |
| | | | Madeira | | | | | |
| | | | Material aproveitado | | | | | |
| | | | Outros | | | | | |
| TRAT.AGUA NO DOMICILIO | | | | | | Energia Eletrica | | |
| | No | % | | | | No | % | |
| Filtracao | 680 | 98,84 | | | | 684 | 99,42 | |
| Fervura | | | | | | | | |
| Cloracao | 6 | 0,87 | | | | | | |
| Sem tratamento | 2 | 0,29 | | | | | | |

SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2014

MUNICIPIO: MATIPO
SEGMENTO : 03 - SEGMENTO 03 - (ZONA RURAL)
EQUIPE : 0003 - ESF PADRE FIALHO - MATIPO IDENT. NACIONAL DE EQUIPE NO CNES: 0000255769

| Sexo | Faixa Etaria (anos) | | | | | | | | | | Total |
|-------------------|---------------------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|------|-------|
| | < 1 | 1 a 4 | 5 a 6 | 7 a 9 | 10 a 14 | 15 a 19 | 20 a 39 | 40 a 49 | 50 A 59 | > 60 | |
| Masculino | 10 | 79 | 48 | 63 | 118 | 149 | 449 | 150 | 121 | 124 | 1.311 |
| Feminino | 17 | 66 | 40 | 63 | 126 | 122 | 410 | 135 | 120 | 144 | 1.243 |
| Numero de Pessoas | 27 | 145 | 88 | 126 | 244 | 271 | 859 | 285 | 241 | 268 | 2.554 |

| Faixa Etaria (anos) | Doencas referidas | | | | | | | | | | Faixa etaria (anos) | Condicao referida | | |
|---------------------|-------------------|-------|------------|------------|-------|-------|--------------|-----------|-------|------|---------------------|------------------------|------------|--|
| | ALC % | CHA % | DEF % | DIA % | DME % | EPI % | HA % | HAN % | MAL % | TB % | | GES % | | |
| 0 a 14 | | | 1 0,16 | | | | | | | | | 10 a 19 anos | 3 1,21 | |
| 15 anos e mais | 10 0,52 | | 12 0,62 | 52 2,70 | | | 298 15,49 | 1 0,05 | | | | 1 20 anos e mais | 20 2,47 | |
| Total | 10 0,39 | | 13 0,51 | 52 2,04 | | | 298 11,67 | 1 0,04 | | | | 1 Total | 23 2,18 | |

| N. de familias estimadas | | | ABASTECIMENTO DE AGUA | | | DESTINO DO LIXO | | |
|---------------------------------|-------|-------|-----------------------|-----|--------|---------------------|-----|-------|
| No | % | | No | % | | No | % | |
| N. de familias cadastradas | 742 | | Rede publica | 559 | 75,34 | Coleta publica | 558 | 75,20 |
| 7 a 14 anos na escola | 275 | 74,32 | Poco ou nascente | 182 | 24,53 | Queimado/Enterrado | 151 | 20,35 |
| 15 anos e mais alfabetizados | 1.651 | 85,81 | Outros | 1 | 0,13 | Ceu aberto | 33 | 4,45 |
| Pessoas cobertas c/ plano saude | 272 | 10,65 | | | | | | |
| N. Familias no Bolsa Familia | | | TIPO DE CASA | | | DESTINO FEZES/URINA | | |
| No | % | | No | % | | No | % | |
| N. Familias no Bolsa Familia | 3 | 0,40 | Tijolo / Adobe | 742 | 100,00 | Sistema de Esgoto | 591 | 79,65 |
| Familias inscritas no CAD-Unico | 5 | 0,67 | Taipa revestida | | | Fossa | 96 | 12,94 |
| | | | Taipa nao revestida | | | Ceu aberto | 55 | 7,41 |
| | | | Madeira | | | | | |
| TRAT.AGUA NO DOMICILIO | | | | | | | | |
| No | % | | | | | No | % | |
| Filtracao | 603 | 81,27 | Material aproveitado | | | | | |
| Fervura | | | Outros | | | Energia Eletrica | 740 | 99,73 |
| Cloracao | 92 | 12,40 | | | | | | |
| Sem tratamento | 47 | 6,33 | | | | | | |

CONSOLIDADO DAS FAMILIAS CADASTRADAS DO ANO DE 2014

MUNICIPIO: MATIPO

SEGMENTO : 04 - SEGMENTO 04 - (ZONA RURAL)

EQUIPE : 0004 - ESF PALHADA/BOA ESPERANCA IDENT. NACIONAL DE EQUIPE NO CNES: 0000255785

| Sexo | Faixa Etaria (anos) | | | | | | | | | | Total |
|-------------------|---------------------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|------|-------|
| | < 1 | 1 a 4 | 5 a 6 | 7 a 9 | 10 a 14 | 15 a 19 | 20 a 39 | 40 a 49 | 50 A 59 | > 60 | |
| Masculino | 8 | 60 | 31 | 60 | 96 | 113 | 329 | 151 | 100 | 129 | 1.077 |
| Feminino | 10 | 64 | 37 | 50 | 97 | 126 | 335 | 166 | 107 | 169 | 1.161 |
| Numero de Pessoas | 18 | 124 | 68 | 110 | 193 | 239 | 664 | 317 | 207 | 298 | 2.238 |

| Faixa Etaria (anos) | Doencas referidas | | | | | | | | | | Faixa etaria (anos) | Condicao referida | | | |
|---------------------|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|---------------------|-------------------|----------------|------|------|
| | ALC % | CHA % | DEF % | DIA % | DME % | EPI % | HA % | HAN % | MAL % | TB % | | GES % | | | |
| 0 a 14 | | | | | | | | | | | | 10 a 19 anos | 2 | 0,90 | |
| 15 anos e mais | | | 5 | 93 | | | 370 | 2 | | | | 1 | 20 anos e mais | 18 | 2,32 |
| Total | | | 5 | 93 | | | 370 | 2 | | | | 1 | Total | 20 | 2,00 |
| | | | 0,22 | 4,16 | | | 16,53 | 0,09 | | | | 0,04 | | | |

| N. de familias estimadas | | | ABASTECIMENTO DE AGUA | | | DESTINO DO LIXO | | |
|---------------------------------|-------|-------|-----------------------|-----|-------|---------------------|-----|-------|
| | No | % | No | % | | No | % | |
| N. de familias cadastradas | 727 | | Rede publica | 689 | 94,77 | Coleta publica | 675 | 92,85 |
| 7 a 14 anos na escola | 227 | 74,92 | Poco ou nascente | 38 | 5,23 | Queimado/Enterrado | 43 | 5,91 |
| 15 anos e mais alfabetizados | 1.478 | 85,68 | Outros | | | Ceu aberto | 9 | 1,24 |
| Pessoas cobertas c/ plano saude | 111 | 4,96 | | | | | | |
| N. Familias no Bolsa Familia | | | TIPO DE CASA | | | DESTINO FEZES/URINA | | |
| | No | % | No | % | | No | % | |
| N. Familias no Bolsa Familia | 5 | 0,69 | Tijolo / Adobe | 726 | 99,86 | Sistema de Esgoto | 685 | 94,22 |
| Familias inscritas no CAD-Unico | 1 | 0,14 | Taipa revestida | | | Fossa | 10 | 1,38 |
| | | | Taipa nao revestida | | | Ceu aberto | 32 | 4,40 |
| TRAT.AGUA NO DOMICILIO | | | | | | | | |
| | No | % | | | | | | |
| Filtracao | 685 | 94,22 | Madeira | | | | | |
| Fervura | | | Material aproveitado | 1 | 0,14 | | | |
| Cloracao | 34 | 4,68 | Outros | | | Energia Eletrica | 723 | 99,45 |
| Sem tratamento | 8 | 1,10 | | | | | | |

